



GOVÊRNO CHRISTIANO DIAS LOPES FILHO

UM
ESTADO
EM
MARCHA
PARA O
DESENVOLVIMENTO

53.98152

277u

1969 v.2

ex.1



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento

(vol. II)

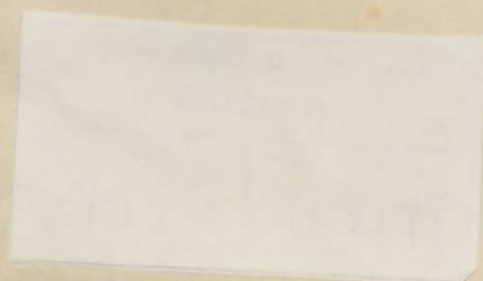
Governo
Christiano Dias Lopes Filho

— 1969 —

M
353.98152
E77 m
1969
V. 2
XX. 1



ARQUIVO PÚBLICO DO ESP. SANTO	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
1004	28-8-78



A Constituição Estadual de 1967 não mais obriga o Governador do Estado, como o fazia a Carta anterior, a relatar os fatos administrativos de cada exercício.

Entendendo, entretanto, como entendemos, que o Poder Executivo deve franquiar tôdas as informações sôbre o estado dos negócios públicos, enviamos à augusta Assembléia Legislativa do Espírito Santo o presente Relatório das nossas atividades administrativas, correspondente ao exercício de 1968.

O presente trabalho complementa a prestação de contas, exigida pela Carta Estadual.

Constitue, por outro lado, a definição do nosso Govêrno em face dos problemas estaduais.

É uma tomada de consciência.

E como tal a entregamos aos nossos leitores.

CHRISTIANO DIAS LOPES FILHO
GOVERNADOR DO ESTADO

I — INTRODUÇÃO

I — INTRODUÇÃO

Não há desenvolvimento sem planejamento. Isto pode ser afirmação acaciana e surrada, mas a sua inobservância tem sido responsável por muitos anos de atraso d'este Estado, como de resto, de várias unidades federadas e até do próprio País.

A implantação das técnicas de planejamento na administração constitui, sem dúvida, uma das conquistas mais extraordinárias da Revolução de 1964. Longe vão os tempos das improvisações, dos investimentos públicos ao sabor das vaidades dos administradores, das preferências dos governantes por determinados setores da administração pública.

O desenvolvimento requer visão global dos problemas de uma região e ação integrada do Governo. A maior ou menor ênfase, em um ou outro ano de execução do plano, endereçada a êste ou aquêlê setor, decorrerá de indicações extraídas dêsse equacionamento amplo dos problemas e potencialidades.

Ainda mais: o planejamento resultante de uma visão conjunta da economia estadual constitui excelente instrumento para obter uma coordenação e integração da ação dos órgãos Federais e Estaduais, possibilitando convencer àqueles a modificação de suas prioridades ou a ampliação dos repasses de recursos financeiros.

Quem não está familiarizado com a apreciação da ação assim planejada de Governo, pode ser levado a equívocos ridículos. Isto ocorre, por exemplo, quando o crítico ou analista censura o Governo porque está reservando, dos recursos orçamentários, percentuais baixos para determinado setor em relação a outros, sem observar que expressivos recursos não orçamentários podem estar sendo mobilizados para restabelecer o equilíbrio.

Melhor exemplificando, é ríizível, por exemplo, a restrição dirigida ao Governo Estadual pelo fato de, no orçamento, os percentuais de recursos para a agricultura serem assaz inexpressivos em relação a outros. Nesse caso, o crítico esquece-se de considerar que expressivos recursos não orçamentários podem estar sendo mobilizados através de órgãos como a CODES, Banco de Crédito Agrícola e o Banco do Brasil, que atuam motivados pelas mesmas indicações extraídas de amplo equacionamento da economia estadual.

Pelo quadro demonstrativo abaixo, se pode verificar a evolução da política de crédito executada, no setor da agricultura, pecuária e agro-indústria, no último triênio, pelos estabelecimentos que operam no Estado:

Em NCr\$ 1.000,00

Entidade	1 966	1 967	1 968
B C A E S	3 988	2 181	10 263
Banco do Brasil ..	7 820	19 010	27 000
B N C C	—	—	1 858
C O D E S	496	536	8 588
T O T A I S	12 304	21 727	47 709

Este relatório deve ser, pois, considerado e analisado em função de um planejamento que está sendo cumprido. Os setores que aqui aparecerem menos dinamizados serão ativados no curso e em razão da execução do planejamento. E porque, para bem analisar a ação do Governo, urge conhecer os elementos que informaram e justificaram seu plano de ação, julgamos essencial reproduzir neste relatório o que esparsamente já tem sido divulgado.

II — PLANEJAR PARA DESENVOLVER

1 — CONHECER PARA PROGRAMAR

II — PLANEJAR PARA DESENVOLVER

1 — CONHECER PARA PROGRAMAR

Especialmente nas regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, em que os problemas, dificuldades e deficiências a serem transpostas possuem razoável semelhança, é comum a montagem de planos baseados em elementos, dados e informações genêricamente conhecidos. E o plano de Governo, então, limitar-se-á em documento sintético, que não vai além da justificativa dos investimentos estabelecidos. Aqui, porém, há o risco de ser o plano influenciado pela preferência ou entusiasmo do planejador ou, ainda, do administrador por determinado setor da atividade governamental, responsável pelas conhecidas qualificações:— Governo, ou mais precisamente, para dar o toque pessoal na ação do Governo, "Governador amigo da Agricultura", "Governador amigo da Educação", "Governador apaixonado pela Assistência Social", etc., etc.

Assim não é, porém, quando o plano de Governo resulta de indicações colhidas em amplos diagnósticos da problemática estadual. Foi essa a nossa opção, no Espírito Santo.

Entendemos que não bastava simplesmente conhecer e localizar problemas do Estado. Era preciso conhecê-los em nível de análise e diagnóstico, a fim de identificá-los, não somente como unidades isoladas, senão também pelas suas conotações no complexo econômico, sem o que não seria possível estabelecer prioridades e dimensionar esforços.

Ainda não empossado no cargo de Governador e contando com a valiosa colaboração da Federação das Indústrias, foi possível contratar, com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico (INED), a análise e equacionamento global da economia Capixaba, de que surgiu **O Diagnóstico Para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo**, de onde pudemos extrair as indicações para estudos posteriores sobre pecuária bovina, reflorestamento e indústria de madeira, diversificação agrícola, fruticultura, etc., para o que contamos com a decisiva ajuda do IBC-GERCA.

Por outro lado, pessoalmente, fizemos uma análise da estrutura administrativa do Estado, com o que obtivemos as indicações para a Reforma Administrativa.

E em nosso discurso de posse anunciávamos as linhas mestras da ação do Governo e das quais não nos temos distanciado a não ser em um ou outro ponto de menor importância, o que não desfigura a rota inicialmente traçada.

2 — COMPONENTES DA CRISE

2 — COMPONENTES DA CRISE

Através dos estudos e diagnósticos realizados, poudo o Governo ter a dimensão da crise em que se engolfava o Estado e que assinalou seu paroxismo nos anos de 1966/1967.

Assumimos o Governo com o Estado em crise: crise econômica, crise na administração, crise psicológica.

Os programas de erradicação de cafézais executados em 1962 e, sobretudo, em 1965 e 1966 fizeram explodir uma crise econômica, que já vinha se delineando há algum tempo.

Na administração, uma estrutura de mais de 30 anos era um autêntico 'sapato apertado', que dificultava a caminhada do Estado, além dos males da corrupção, das liberalidades, da alienação e omissão de autoridade, triste lembrança de desastrosos períodos de irresponsáveis governantes, que acabaram por lançar o Estado na grave crise política dos fins de 1965 e início de 1966.

O impacto da erradicação, provocando o êxodo de milhares de pessoas, antes direta ou indiretamente dependentes das atividades ligadas, à cafeicultura, provocou o que denominamos de crise psicológica: o Estado estava perplexo, estupefacto, desorientado, estatelado diante de sua própria imagem.

Não se pode, todavia, debitar nossa crise econômica exclusivamente à erradicação dos cafézais. É verdade que este foi o dado mais expressivo, que a fez explodir com extrema virulência. Há que se reconhecer, porém, que ela vinha sendo tecida desde recuados anos. E fatores de natureza diversa podem ser identificados na diabólica teccedura. Vale, sem dúvida, registrar alguns: o desconhecimento sobre o Estado, sua histórica marginalização, peculiaridades de sua economia, efeitos da erradicação dos cafézais, o insulamento econômico, estrangulamento na infra-estrutura, ausência de estrutura para o desenvolvimento, consequências da reforma tributária, distorções morais e técnicas na administração, pelo afrouxamento da autoridade.

Um Estado Desconhecido Aos primeiros contatos que mantivemos, em razão da nossa eleição para Governador, para tratar, com órgãos da administração federal, de problemas do Estado, verificamos

que, em áreas importantes de vários desses órgãos, havia um desconhecimento inexplicável e injustificável sobre o Espírito Santo. E isto dificultava extremamente as conversações e a apresentação dos problemas do Estado. Não raras vezes ouvimos dizer que o Espírito Santo era um Estado sem problemas; que o Espírito Santo, tendo um suporte tão próspero para o seu desenvolvimento, como é a Companhia Vale do Rio Doce, só poderia ser um Estado a desfrutar de inegável prosperidade. Guarapará era o mais conhecido privilégio do Espírito Santo, ao lado do Porto de Tubarão. Em um jantar, em homenagem a uma comissão do Clube de Engenharia, que viera visitar a Usina de Suiça, realizado, em 1967, no Tabajara Praia Hotel, quando saudamos os visitantes e lhes transmitimos certos dados da crise em que o Estado se debatia, tivemos a surpresa de ouvir, do orador eleito para agradecer, a repetição de vários equívocos sobre nossa situação. Travou-se, então, ligeiro debate e, dali surgiu a idéia de ser organizado, sob a responsabilidade daquela instituição um Simpósio sobre problemas do Espírito Santo. Foi o que se realizou em janeiro de 1968.

Não se há de debitar esse desconhecimento à omissão ou à inação dos governantes ou dos homens públicos do Estado. Talvez a culpa fôsse do regime político anterior a 1964 em que só se dava importância aos Estados eleitoralmente poderosos. Talvez, ainda, porque o Espírito Santo fôsse sempre muito modesto no querer: pedia, em lugar de reclamar. E pedia ajuda para contornar problemas, em lugar de convocar apoio para conquistar soluções definitivas e definidas, concebidas e propostas à vista de dados e estudos convincentes. Confirmando a procedência desta observação, dois episódios há-dentre muitos outros, que vamos citar para ilustração: lembramo-nos de que, no início de nossa vida pública, quando, na condição de Oficial de Gabinete, acompanhávamos o ex-Governador Jones dos Santos Neves ao Rio de Janeiro, o Espírito Santo, por seu intermédio, comparecia, perante o Presidente da República e Ministros de Estado, mostrando, discutindo, a viabilidade dos projetos para os quais reclamava apoio, como ocorreu no caso da Usina de Rio Bonito; e mais recentemente, no Governo Carlos Lindenberg, o Estado obteve expressivo empréstimo de dois milhões de dólares, junto ao BID, para investimentos na agricultura através do Banco de Crédito Agrícola.

Um Estado Historicamente Marginalizado.

Já temos dito algumas vezes e cabe repetir nesta análise dos componentes da crise, que o Espírito Santo, numa como que condenação bíblica, tem sido colocado à margem das grandes oportunidades que, no curso da história econômica do Brasil, têm bafejado outras regiões.

De fato, quem quer que investigue a História, há de verificar que o nosso Estado não participou dos ciclos econômicos que assinalaram os períodos de crescimento deste País. Um conluio de fatores

e de circunstâncias impuseram-nos êsse lamentável rôl de oportunidades perdidas. Não se pode atribuir, a êsses fatores e a essas circunstâncias, invariavelmente, as mesmas origens e a mesma natureza. Se, em certo instante, resultaram das condições do meio agreste e, em outro momento, decorreram de motivos geográficos, não raro conveniências políticas e razões de Estado aparecem como responsáveis pelas melhores oportunidades perdidas.

No ciclo da cana de açúcar, apesar do florescimento de várias dezenas de engenhos e engenhocas, como referidas em velhas crônicas, não se conseguiu firmar aqui, definitivamente, a indústria canavieira, que criou o fastígio das Capitanias da Bahia e Pernambuco, e, mais tarde, de outras regiões nordestinas.

E embora não se possa considerar como caracterizando um ciclo da economia do Brasil, o algodão e a pecuária, ainda no período das Capitanias, constituíram fonte de desenvolvimento de várias regiões. O Espírito Santo, porém, ainda essa oportunidade perdeu: a pecuária acompanhou os canaviais, e o algodão, que se revelava altamente promissor, foi prejudicado pelas limitações impostas pelos Senhores da Capitania para que os colonos não abandonassem outras culturas.

O advento do ciclo da mineração poderia ter representado novas perspectivas para a Capitania do malogrado Vasco Fernandes Coutinho. Afinal, o Rio Doce seria caminho muito mais curto para as Minas Gerais, do que o Rio Tietê. O Conselho Ultramarino, no entanto, arrebatou ao Espírito Santo essa oportunidade, ao determinar o fechamento de outros acessos às minas, com receio de que novos caminhos multiplicassem os descaminhos do ouro. Nêste caso das minas em lugar de benefícios, sofreu a Província consequências negativas, quando, no movimento de refluxo das populações minerais, pelo esgotamento das lavras, vieram levar e mais levar de gente à procura de terra para plantio, gerando o problema de limites com Minas Gerais, que, durante tantos séculos, constituiu triste lembrança de mais uma oportunidade perdida.

O ciclo do café iria fazer o Espírito Santo experimentar algum surto de progresso. O rompimento do nosso secular idílio com o café, imposto por superiores interesses nacionais, deu-se, porém, em condições dramáticas.

O início do ciclo industrial no Brasil foi marcado pela construção de uma extensa rede rodoviária ligando os diversos pontos do País. E a Rio-Bahia haveria de abrir o Nordeste às manufaturas do Sul. Na hora da construção da importante rodovia, contrariando todos os critérios econômicos e geográficos, que indicavam o traçado pelo litoral

cortando o Espírito Santo de Sul a Norte, preferiu-se a rota pelo interior. E o Espírito Santo perdeu outra oportunidade.

A longa história das oportunidades perdidas teve mais um capítulo nos critérios para a delimitação da área de ação da SUDENE.

Relance Sobre a economia Estadual

Dados extraídos dos diagnósticos e estudos da economia estadual oferecem excelentes elementos para se perceber a formação e eclosão da crise, bem assim para se justificar a montagem da ação do Governo.

O comportamento do setor primário, nos resultados alcançados pela economia capixaba, não só indica a distância que nos separa dos demais Estados da região geo-econômica em que nos achamos colocados, como mostra os percalços de nosso desenvolvimento, e indica as correções que devem ser feitas, entre as várias regiões fisiográficas do Estado.

Observando-se, nos componentes do produto interno, o que se poderia chamar produção física (agricultura-indústria), verifica-se que o Espírito Santo, em 1964, aparece com uma produção física por habitantes de cerca de 72 mil cruzeiros velhos, considerada a produção total em torno de 96 bilhões de cruzeiros antigos. Este índice nos situava, naquele ano, bem abaixo da média brasileira, que era de 108 mil cruzeiros novos e abaixo ainda de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com médias, respectivamente, de 88 mil e 99 mil cruzeiros velhos, aproximadamente, sem falar na Guanabara, com a média de 146 mil cruzeiros velhos.

Por outro lado, tomando-se por base o ano de 1960, último em que se dispõe de dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, tem-se, na composição do produto interno, a predominância da agricultura sobre a indústria, comércio e serviços, expressa nos percentuais 49%, 10% e 11%, respectivamente.

Com índice de contribuição agrícola, na composição do produto, próximo ao do Espírito Santo, só aparece Minas Gerais. (47%). A indústria, porém, comparece com 17,5%, índice bem mais expressivo que o nosso. Enquanto isto, no Rio de Janeiro e São Paulo, o valor da renda gerada pela indústria ultrapassa largamente o da agricultura, respectivamente 33% e 26%.

Analizados os resultados no período 1950/1966, verificam-se progresso e recuos da economia espiritosantense, revelando uma base precária de sustentação das atividades geradoras de renda, motivada pela estreita dependência das mesmas aos resultados obtidos pelo setor primário. Nota-se que em alguns dos períodos (1950/1966), há

valores que não contêm quaisquer avanços, enquanto o ano de 1966 apresenta resultados próximos aos de 1962.

Ainda no mesmo período, observa-se que a contribuição do setor primário na formação do produto interno apresentou tendência de crescimento: a agricultura evoluiu de 44,5%, no quinquênio de 1950 a 1958, para 47% no quinquênio 1958 a 1966, enquanto que os setores secundários e terciário perderam em participação, passando de 55% para 53%. O dado é expressivo porque mostra que o grau e a natureza do desenvolvimento no setor primário não foram suficientes para acionar os demais setores de atividades e fazer com que os mesmos adquirissem margens adicionais de ampliação dos seus principais ramos componentes, quais sejam, a indústria e o comércio.

Outros dados merecem, ainda, referência.

Nota-se, no período considerado, o declínio da participação do café no produto bruto da agricultura. Tendo obtido o percentual de participação, até o ano de 1958, de 17% sobre o produto total, o café começou a declinar, principalmente nos últimos anos, passando a representar 15%. Mesmo assim, a participação individual do café, no PIB, garantia-lhe excepcional importância na economia do Estado, que resvalava para a crise à medida que se deterioravam as condições de rentabilidade da lavoura cafeeira, apesar do incremento que experimentavam outras lavouras, como arroz, milho, feijão, banana e mandioca, e não obstante os índices promissores de desenvolvimento registrado na pecuária. É que, em torno do café, havia uma estrutura econômica, que vinha atuando há mais de um século no Espírito Santo: as atividades direta ou indiretamente ligadas ao café eram a maior fonte de renda e emprêgo no Estado, pelo elevado contingente de mão de obra que absorviam: até há pouco tempo, metade da área cultivada do Estado era voltada para a cafeicultura; outras culturas se desenvolviam em torno ou no meio dos cafèzais; das propriedades agrícolas, 85% se dedicavam ao café; de toda a mão de obra agrícola, 92% se ocupavam em atividades ligadas à cafeicultura.

Impacto da Erradicação

Em uma economia assim tão estreitamente dependente de café, pode-se imaginar o impacto verdadeiramente catastrófico do programa de erradicação dos cafèzais realizado a partir de 1962 e, mais intensamente, no período de 1966/1967.

Sem enfatizar a repercussão desastrosa na renda tributária do Estado, a observação das consequências sociais pode oferecer a visão dramática desse importante componente da crise capixaba.

Em pesquisa, que realizou, para elaboração do Plano de Diversificação Agrícola, encomendado pelo Governo Estadual, a ASPLAN,

inegavelmente um escritório de planejamento do mais alto conceito neste País, traçou, com a frieza dos números, o quadro que sub-segue:

“As informações obtidas na pesquisa direta indicam que uma família, em média, trabalha 1 (um) alqueire de café (correspondendo a 4,84 hectares, exatamente, mas em geral, arredondado para 5 ha, segundo o uso local), enquanto outras informações estimam entre 3 a 5 mil pés de café, a capacidade de trabalho de um homem.

No Espírito Santo, uma família rural possui, em média, 6 membros, segundo dados dos censos agrícolas e das pesquisas IBC—OEA, realizadas em 1961.

Embora alguns estudos apontem que, em média existem 2,5 forças de trabalho em uma família de 6 membros, comparando-se os dados de pessoal ocupado nas atividades agrícolas com os de população rural, quer a partir dos censos, quer com base nas pesquisas diretas citadas, esta relação cai para 2 forças de trabalho por família de 6 membros na zona rural capixaba. Portanto, de cada 3 habitantes da zona rural, 1 exerce plenamente atividades agrícolas.

Aliás, em função da retração do mercado de trabalho na zona rural, acarretada pela erradicação do café, há indícios de que esta relação possa diminuir ainda mais, aumentando assim o número de dependentes em relação àqueles que trabalham.

O alqueire de café corresponde, em termos locais, a aproximadamente 6 mil pés de café, e é trabalhado por uma família. Considerando, portanto, a predominância da mão-de-obra familiar no Estado e que das duas enxadas da família, em grande número de casos, a segunda corresponde ao trabalho da mulher e de filhos menores, pode-se concluir que a relação de 1 força de trabalho para 3 mil pés de café é próxima da realidade rural capixaba.

A partir destes elementos, a erradicação de 180 milhões de pés de café poderá acarretar a liberação de 60.000 empregos, e, conseqüentemente, de cerca de 180.000 pessoas na zona rural do Espírito Santo, ressaltando-se que essa liberação já foi iniciada a partir dos últimos anos.

Dos 150.000 hectares erradicados, 40% foram ocupados com pastagens, parte para gado leiteiro, parte para gado de corte. Essa ocupação substitutiva ofereceu a possibilidade de reocupar cerca de 3.000 empregos equivalentes a uma

reabsorção de aproximadamente 10.000 habitantes rurais liberados do café pela erradicação. Este cálculo aproximado considera que a utilização de mão-de-obra nas atividades leiteiras é bem maior que nas de pecuária de corte, na qual 1 trabalhador pode cuidar, de aproximadamente, 35 hectares de pasto.

Dos 60% restantes da área erradicada, uma parcela, por ser de erradicação recente ainda não tinha sido devidamente aproveitada, enquanto a maior parte estava substituída, ainda que provisoriamente, por culturas anuais, especialmente, por: milho, feijão e mandioca. Como já foi visto, a grande maioria dos agricultores dedicou-se a estas culturas apenas para cumprir o contrato com o GERCA, havendo grande propensão a passarem, depois, para a pecuária.

Esta substituição precária reabsorve ao redor de 20 mil empregos, isto é, de 60 mil pessoas do total liberado pelo café. Este dado global é aproximado, pois as informações da pesquisa não possibilitaram a determinação exata das áreas ocupadas pelas culturas de substituição. Os índices de reabsorção de mão-de-obra aqui utilizados serão estudados com mais detalhes no capítulo específico sobre mão-de-obra.

Em consequência disto, depreende-se que das 180.000 pessoas liberadas pela erradicação do café, cerca de 60 mil foram reabsorvidas pelo programa de substituição da agricultura capixaba, embora a maioria delas em condições bastante instáveis; o êxodo rural foi da ordem de 120.000 pessoas, com incidência muito acumulada no período de 1966 e 1967, quando a erradicação se deu em maior escala.

Estes elementos calculados a partir da pesquisa de campo, servem como fatores de correção das estimativas feitas para a população; assim, em lugar de 180.000 pessoas saídas do meio rural como foi estimado, houve uma evasão de 120 mil pessoas. O surgimento de favelas constatado nas circunvizinhanças de Vitória, especialmente em Cariacica, bem como nos arredores de outros centros urbanos, por exemplo, Colatina, Cachoeiro do Itapemirim e Linhares, vem comprovar a estimativa de 30.000 pessoas oriundas da zona rural, assimiladas, ainda que em condições precárias, pela zona urbana. Este total, deduzido da população liberada na zona rural, forneceu uma emigração de 90 mil pessoas, que formaria o contingente capixaba, que, segundo informações esparsas obtidas, teria se dirigido, em parte para a Guanabara (aumentando o problema social das favelas naquele Estado) e, em parte, para o Norte do Paraná, integrando-se no

processo de penetração do café, rumo ao Oeste daquela região, já que os trabalhos da cafeicultura eram os únicos conhecidos tradicionalmente pela população emigrada.

Em se supondo mantidas as mesmas proporções do fenômeno para a zona do Contestado, não incluída na pesquisa, teria havido naquela região uma evasão da zona rural da ordem de 24 mil pessoas, das quais 6 mil estariam englobadas na população urbana e 18 mil teriam deixado o Estado, havendo ainda 12 mil reabsorvidas provisoriamente na zona rural”.

UM ESTADO ILHADO

Com uma economia preponderantemente embasada nos resultados do Setor Primário, como ficou evidenciado, embora em traços panorâmicos, páginas atrás, no subtítulo **Relance sobre a Economia Estadual**, não conseguiu o Espírito Santo acompanhar, sequer de longe, o desenvolvimento industrial do eixo Rio-São Paulo, registrado nos últimos quinquênios. E porque constitui lei universal e irreversível que as áreas economicamente desenvolvidas exercem incontável poder de absorção sobre as sub-desenvolvidas que lhe são tributárias, um dado a mais passou a atuar no nosso processo de empobrecimento, seja através da atração de fatores econômicos, como mão de obra especializada, seja através da imobilização da dinâmica econômica pelo retraimento do empresário local, sem possibilidade de competir no mercado dominado pelo complexo industrial altamente desenvolvido, seja pela hibernação de potencialidades econômicas, conhecidas e proclamadas, mas em favor das quais, não atuaria a dinâmica dos investimentos voluntários, contingenciada pelos fatores antes alinhados.

O processo se agravou ainda extremamente quando o Governo Federal definiu as regiões subdesenvolvidas do País para efeito da implantação da política de incentivos fiscais, buscando superar os desequilíbrios regionais no crescimento econômico do Brasil.

Por volta de 1960, segundo a Fundação Getúlio Vargas, foi encontrada, para o Espírito Santo, uma renda **per capita** de 17.300 cruzeiros velhos, enquanto, no mesmo ano, a cifra média para o Nordeste foi de 13.500 cruzeiros velhos. Deve ter isto influído para que o limite do sub-desenvolvimento regional do País fôsse traçado justamente por onde passa a linha divisória entre o Espírito Santo e a Bahia. E nosso Estado ficou fora da SUDENE.

Esqueceram-se, porém, os técnicos do Governo Federal de considerar outros dados. Nêsse mesmo ano, a renda média da região Centro-Sul era de 49.000 cruzeiros velhos, quase três vezes, portanto, a do Espírito Santo. E em relação à renda média do Brasil

(27.000 cruzeiros velhos), também em 1960, a nossa representava 60% (sessenta por cento). Assim, apenas porque nossa renda per capita superava em 28% a do Nordeste, fomos considerados desenvolvidos em um País cuja renda média superava a nossa em mais de 35% e fomos incluídos em uma região geo-econômica cuja renda era três vezes superior à nossa.

Ficamos, então, economicamente ilhados e, pior do que isso, economicamente achatados, porque não participamos do impulso dinâmico do Centro-Sul e não nos beneficiamos da política de incentivos endereçada para o Norte e o Nordeste.

ESTRANGULAMENTO NA INFRA-ESTRUTURA

Neste esboço dos componentes da crise capixaba, por nós considerados ao formular o plano global de ação do Governo, não seria possível ficar sem referência o que denominamos estrangulamento na infra-estrutura, representado pelas deficiências e distorções nos setores de transportes e comunicações, energia, educação e saúde.

A paralização total ou a enervante lentidão das obras da BR-101 e BR-262 representavam, ao assumirmos o Governo, um dado importante no complexo de nossas dificuldades. A primeira delas tem o destino de abrir para o Espírito Santo os mercados em crescimento do Nordeste, para onde poderão ser exportados, em condições competitivas, nossos produtos agrícolas, que não conseguem disputar os mercados do Sul.

Em o “Estudo Preliminar de Polarização da Rede Urbana Brasileira”, do Ministério do Planejamento, a ação integradora da BR-101 e da BR-116 foi apontada como um dos fatores do processo de polarização do Rio de Janeiro sobre a macro-região de sua influência, na qual se inserem os sub-centros de Campos, Vitória, Juiz de Fora, Governador Valadares e Teófilo Otoni. Na medida, pois, em que a importante rodovia (BR-101) continuasse parada na fronteira com a Bahia, depois de já ter feito a ligação asfáltica de Vitória com o Rio de Janeiro, menores se tornaram as perspectivas de fortalecimento da micro-área de Vitória, para atenuar nossa dependência do Rio de Janeiro.

Da mesma forma, a paralização da BR-262 contribuía para o estrangulamento de nossas possibilidades, porque distanciava nosso Porto das extraordinárias perspectivas que seu “hinterland” lhe oferece, sem falar na sua significação para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Internamente, a rede rodoviária não apresentava sentido de integração, pois não procurava eleger as rodovias federais como eixos principais, nem Vitória como destino. Os 13.897 Kms de estra-

das internas (585 Kms. federais, 3.125 Kms. estaduais e 10.062 Kms. municipais) em tráfego, em 1964, embora representassem, pela sua extensão, índices expressivos na relação Km de estrada por habitante e Km de estrada por Km² de território, não constituíam, em verdade, um sistema rodoviário montado no sentido da promoção ordenada do desenvolvimento.

No setor de comunicações a situação era dramática. Basta dizer que de Vitória para o Norte, com exceção de Colatina, nenhum município era servido de comunicação telefônica com a Capital. E a mesma coisa acontecia com todos os municípios localizados no oeste do Estado.

O estrangulamento no setor de energia alcançava também ares de dramaticidade. Basta dizer que, no período de 1930 a 1935, a potência instalada no Espírito Santo representava aproximadamente 1% da potência instalada no Brasil. Daí para frente, esta taxa foi declinando progressivamente, até alcançar 0,47% em 1955. Com a construção das Usinas de Rio-Bonito e Suíça, passamos a uma potência instalada de 75.000 Kw. Assim, de 1955 a 1965, voltamos ao índice de 1% da potência instalada no Brasil. Esses números revelam que, após a segunda guerra mundial, quando se acelerou o processo de industrialização no Brasil, o Estado do Espírito Santo permaneceu marginalizado, entre outras razões, pela deficiência de disponibilidades de energia elétrica.

E o que era pior, a análise da situação em 1966 revelava que nos 10 anos seguintes deveria haver um crescimento geométrico da demanda a uma taxa média de 17%, sendo que de 1967 a 1968 a referida taxa deveria alcançar a surpreendente cifra de 57%, declinando, em seguida, para se fixar, no final do decênio, em 6%. A projeção da demanda, influenciada pelas obras programadas no Porto de Tubarão, indicava **deficits** acentuados de energia até 1961, mesmo concluído o projeto de ligação com a CEMIG.

Nos setores da Educação e da Saúde não eram mais animadores os dados indicados nas análises procedidas.

Cêrca de 39% das crianças de 7 a 14 anos não tinham escola para estudar, abaixo, portanto, da média nacional. E a população escolarizada o era de maneira extremamente precária, pela super utilização das salas de aulas, ou pelo superpovoamento destas, ou ainda por suas precaríssimas condições físico-pedagógicas. Basta dizer que, dos grupos escolares existentes em 1966, 15% funcionavam em 4 ou mais turnos, 60% funcionavam em 3 turnos e apenas 25% em 2 turnos. E das 1.657 escolas singulares, 49% funcionavam em prédios cedidos ou alugados, a maioria dos quais em precaríssimo estado. O quadro descrito indicava a necessidade da criação de mais 3.000 classes para ampliar a taxa de escolarização e a construção de, no mínimo, 4.000 salas para abrigar as novas

classes, para substituir as salas cedidas ou alugadas e para corrigir as distorções dos 3, 4 e 5 turnos.

No setor de saúde, excluindo Vitória, havia, no Estado, 1 médico para cada 4726 habitantes: índice bem próximo do Nordeste. E se, além de Vitória, fossem excluídos também Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, a relação passaria a ser de 1 médico para cada 5.600 habitantes. Em 11 municípios não havia sequer um médico.

Ausência de Estrutura para o desenvolvimento

Além dos fatores já registrados que, no curso de longos anos, conluiaram-se contra o desenvolvimento do Estado e teceram a crise que marca o presente instante de sua história, há que se assinalar ainda a total inadequabilidade da estrutura administrativa, como instrumento de execução de qualquer esforço desenvolvimentista. As leis que lhe introduziram modificações após 1930, não a libertaram de certos obsoletismos vindos do primeiro quartel do século. Havia atritos de competência entre Secretarias de Estado; havia indefinições quanto às atribuições de alguns órgãos; havia esclerosamento em várias unidades; havia acentuada desarticulação; havia hipertrofiado poder de arbítrio do Governador na orientação dos gastos públicos; algumas secretarias, como Agricultura e Saúde chegaram ao limite insuportável do desmantêlo; a Secretaria de Educação inchou em lugar de crescer, gerando a balbúrdia, que não permitia sequer saber-se exatamente quantas unidades escolares primárias funcionavam em prédio próprio; a ausência de assessoramento ensejava as soluções atabalhoadas e improvizadas, provocando, não raro, descontinuidade de ação dentro de um mesmo período de Governo; havia ausência de órgãos captadores de recursos e encarregados de programar, projetar e fomentar atividades econômicas.

O Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, por seu turno, em lugar de ser instrumento de uma política de desenvolvimento do Estado, vivia o seu próprio destino, divorciado do Governo. Também não havia essa política globalmente estabelecida. E não era êsse o único dado negativo da posição do Banco. Na análise que procedemos, antes de sermos empossados no cargo de Governador, dos órgãos com que poderíamos contar para o estabelecimento de uma estrutura voltada para o desenvolvimento do Estado, verificamos que, excluídos os resultados altamente positivos decorrentes da criação da Carteira de Crédito Agrícola e da aplicação, com absoluto êxito, do empréstimo de 2 milhões de dólares obtidos no BID, não era tão lisonjeira, como parecia, a situação do BCAES. Para absoluta fidelidade, valem transcritas as considerações do "Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo":

“Levando em consideração apenas os dados publicados, a impressão inicial é a de uma entidade em constante e rápido crescimento. Infelizmente, essa impressão não é confirmada pela simples manipulação dos elementos informativos disponíveis. O BCAES registrou uma fase inicial de crescimento que culmina em torno de 1951, depois uma queda constante daí por diante só interrompida em 1964 e 1965 quando começaram a atuar os fatores exógenos ligados ao empréstimo do BID e ao aumento dos recursos do Fundo do Crédito Rural. Os depósitos, que em 1951 haviam atingido o nível de 39 milhões de cruzeiros em 1937, situavam-se em 24 milhões, aproximadamente, em 1963. Os depósitos e descontos caíram entre as mesmas datas de 37 para 27 milhões de cruzeiros. Enquanto isso a despesa bruta subia incessantemente. Entre 1951 e 1963, enquanto caem drasticamente depósitos e empréstimos a despesa bruta aumenta de cerca de 60%. Ainda mais grave é o fato de que o capital e reservas do BCAES, em termos de poder aquisitivo de 1937, declinaram de cinco milhões no ano da fundação para 3,6 milhões em 1965. Significa isso que o BCAES não conseguiu aumentar o capital e reservas em ritmo suficiente para compensar o desgaste da inflação. Colocando a questão em outros termos, o BCAES é hoje potencialmente mais débil do que em 1937.

Tentando uma visão comparativa da eficiência operacional do BCAES dentro do sistema brasileiro de bancos comerciais, descobre-se que, entre 1952 e 1963, enquanto os empréstimos do BCAES aumentavam de dez vezes, os bancos comerciais no seu conjunto registravam um acréscimo de cerca de dezoito vezes. Quanto aos depósitos, o BCAES registrou um incremento entre as duas datas de 16 vezes e o conjunto dos bancos comerciais de 23 vezes. A conclusão a ser tirada dessas cifras é de que o Banco do Estado não conseguiu se expandir no mesmo ritmo que o conjunto do sistema bancário, reduzindo, conseqüentemente, sua participação. Colocando a questão de outra forma diríamos que o BCAES é hoje, no conjunto do país, relativamente menos importante do que era em 1937.

Outra medida externa da eficiência operacional é a relação depósitos e empréstimos sobre o capital e reservas. O quadro nos permite comparar o que ocorreu no BCAES e no conjunto do sistema dos bancos comerciais. As taxas reveladas pelo Banco do Estado são sistematicamente inferiores às encontradas no conjunto do sistema bancário. O coeficiente médio depósitos/capital e reservas entre 1952 e 1963

foi, para o BCAES, de 4,77 e para o conjunto dos bancos de 7,23. Quanto ao coeficiente empréstimo/capital e reservas os resultados foram respectivamente 4,34 e 5,83. Os resultados do Banco do Estado foram, portanto, bastante inferiores aos desejáveis e possíveis.

Assinalemos que a comparação com o conjunto do sistema bancário é vantajosa para o BCAES. Se levássemos em conta apenas os principais bancos as diferenças encontradas seriam bastante maiores. Em dezembro de 1963 a relação depósitos sobre capital e reservas nos cinquenta maiores bancos do país era de 11,8. No conjunto do sistema bancário era de 9,2 e de 4,9 no BCAES.

Resumindo: Os dados disponíveis nos permitem concluir que o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo regressiu em termos absolutos e relativos nos últimos dez anos e, êsse simples fato nos autoriza a afirmar que sua contribuição para o desenvolvimento do Estado foi inferior àquela que se teria direito de esperar”.

A ausência de uma estrutura estadual para o desenvolvimento fazia com que alguns órgãos, extremamente úteis em um esforço coordenado, como o caso da ACARES, CEPLAC e outros, agissem de maneira isolada, com programas próprios, às vezes, sequer tomando conhecimento do Governo.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Conquanto não se possa incluí-la como componente da crise econômica do Estado, a reforma tributária, no entanto, foi res-

ponsável por grande parte de nossas dificuldades no ano de 1967. Representou, assim, um dado a mais na crise.

Sobre êste aspecto registramos em nossa mensagem anterior (Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento):

“A Reforma Tributária, adotada em 67 por força dos Atos Complementares do Governo Revolucionário, teve para vários Estados repercussão desastrosa no início de sua implantação.

Estado predominantemente consumidor, o Espírito Santo foi dos que mais sofreram em suas rendas pela nova

sistemática do ICM, que substituiu o antigo Imposto de Vendas e Consignações.

Basta dizer que no regime do I.V.C., a alíquota estadual, fixada em 7.79, incidia com o mesmo percentual sobre todas as operações mercantis. O ICM, ao contrário, passando a incidir sobre o valor acrescido das mercadorias — ou sejam sobre o lucro — iria beneficiar mais os Estados produtores, em detrimento dos Estados consumidores, já que a maior incidência tributária seria recolhida na primeira operação mercantil.

Tal fato gerou, por outro lado, os chamados créditos fiscais, atraindo os comerciantes ao expediente de reforçar os seus estoques sem o ônus de imediato desembolso para satisfazer as obrigações fiscais devidas ao Estado.

Felizmente, a legislação federal, que serviu de paradigma às leis estaduais reguladoras do novo sistema, previa a possibilidade de ser exigido dos contribuintes o controle de seus estoques, tendo, por isso, a Secretaria da Fazenda partido para a sua adoção obrigatória, salvo a opção por um critério de lucro presumido.

E isto era tanto mais justo porque viria vincular a cada mercadoria o respectivo crédito fiscal.

Inconformados com a nova fórmula, centenas de contribuintes, notadamente da Capital, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, ingressaram em Juízo para fazer valer os seus créditos fiscais, o que veio a afetar não só os serviços normais de fiscalização, como retardar o recebimento dos impostos devidos.

Somente no atual exercício, depois de verem frustradas em primeira instância as ações consignatórias, foi possível chegar a um acordo com a maioria desses contribuintes pela adoção de nova fórmula, que vem sendo executada com geral aceitação e em regime de experiência.

Além da nova sistemática tributária, a fiscalização do Estado estava desprovida, desde alguns anos, de pessoal devidamente habilitado, em decorrência dos critérios de provimento dos cargos nesse setor, geralmente firmados em razões políticas, agravado pelo regime de concessões e omissão da autoridade, quando não havia cumplicidade, durante os últimos anos.

Havia, até mesmo, alguns focos de corrupção no

órgão arrecadador, que exigiu uma série de providências administrativas, das quais resultou um grande número de demissões a bem do serviço público.

Juntando-se a todos esses fatores o equipamento deficiente, por falta de viaturas, poder-se-á avaliar o baixo rendimento da ação fiscal inobstante a existência nos quadros da Receita Pública de funcionários leais e dedicados”.

AFROUXAMENTO DA AUTORIDADE

Quando se bosquejam os componentes da crise econômica do Espírito Santo não se deve silenciar sobre um aspecto que se não pode ser medido em termos econômicos, tinha, no entanto, efeito deletério da mais alta gravidade, porque atingia, em profundidade, o prestígio do Estado. Referimo-nos ao relaxamento dos padrões morais na administração pública. Isto aliás não era fenômeno local, senão andaço nacional, triste herança de um regime que não só envelheceu cedo como se envileceu demais e contra o qual a Nação se levantou, ao lado de suas Forças Armadas, em 1964.

O Espírito Santo havia saído, em 1966, de um período que era o vórtice desse regime: concessões ilegais, irregularidades, imorais ou amorais na administração pública; indisciplina nos quadros do funcionalismo, que, sem a proteção dos princípios salutarres de responsabilidade funcional e de avaliação de mérito, em razão do imperante regime de concessões, de favores, de omissão e fuga da autoridade, não tinha outra alternativa senão buscar também “oportunidades”, mesmo ilícitas, e apadrinhamentos, mesmo humilhantes; favores à custa do Erário Público; “negócios inexplicáveis”; malbaratamento de recursos e do patrimônio do Estado; razões políticas sobrepondo-se às razões da administração; insegurança generalizada pela campeação do banditismo, não só nas mais recuadas regiões, como nos mais adiantados centros, inclusive na Capital, porque a autoridade era frouxa e os pistoleiros, organizados em grupos, tinham a proteção ou o respeito de prestigiosos políticos e influentes figuras das mais diversas atividades, chegando a possuir elementos infiltrados nas fileiras da Polícia Militar e nos quadros da Polícia Civil.

Era a moldura moral do quadro da crise.

3 — O GRANDE DESAFIO: ROMPER A CRISE

Conhecidos os componentes da crise, diagnosticada esta e conhecida sua dimensão, restava ao Governo, que se iniciava, arregimentar todos os instrumentos para sobrepujá-la.

A ação tinha de se desenvolver em várias frentes: restabeleci-

mento da confiança nos destinos do Estado; projeção de uma imagem realista do Espírito Santo sem ufanismo, sem derrotismo, com humildade; sensibilização do Governo Federal para nossos problemas; coordenação dos projetos e programas em execução ou a serem executados por órgãos da União com a ação do Governo Estadual; desenvolvimento de uma ampla frente interna de ação, desde a substituição ou adequação de órgãos captadores e repassadores de recursos para investimentos até aos programas específicos de investimentos de infra-estrutura, sem descuidar da reformulação administrativa e do saneamento moral da administração.

MENSAGEM DE CONFIANÇA

Já em nosso discurso de posse fixávamos as linhas mestras de ação e a tônica de confiança:

“Urge, pois, inicialmente, recuperar a confiança de nosso povo em sua própria capacidade e nas potencialidades do Espírito Santo. Esta é a primeira mensagem que dirigimos ao nobre povo de nosso querido Estado: vamos lutar diariamente, diuturnamente, tôdas as horas, todos os dias todos os meses nesses próximos quatro anos, para que possamos mudar a fisionomia do Espírito Santo. Ao lado do café, que deverá ser cultivado apenas nas regiões ecologicamente favoráveis produzido, assim, em melhores condições, criaremos novas fontes de sustentação econômica”.

AÇÃO CATALIZADORA EXTERNA

Através de conferências, entrevistas, reportagens, publicações, estudos, temos procurado projetar imagem mais autêntica do Estado, o que tem facilitado a compreensão de nossos problemas. E conseguimos criar um clima de boa vontade para o Espírito Santo junto ao Governo Federal, não só em todos os Ministérios como, ainda, em órgãos da importância do IBC, Banco do Brasil, Banco Central, BNDE, BNH, DNER, Eletrobrás, Fisan, Fundo Rural, INDA, CEPLAC, DNPVN, SUNAB, CFP, etc.

OS SIMPÓSIOS

Além disto, em janeiro de 1968, promovido pelo Clube de Engenharia e sob o patrocínio do Governo do Estado, foi realizado o Simpósio sobre Problemas do Espírito Santo, ao qual compareceram vários Ministros de Estado e Diretores de órgãos da administração descentralizada federal. Vários problemas do Estado, direta ou indiretamente ligados ao programa do Governo Federal foram amplamente debatidos e em torno de vários deles foram estabelecidos compromissos de apressamento das respectivas soluções, como no caso das construções rodoviárias, expansão portuária, comunicações, energia elétrica, etc.

Não se pode deixar de consignar que os programas do Governo Federal no Espírito Santo passaram a se coordenar com os do

Governo Estadual, numa desejada integração de ação, a partir do Simpósio de janeiro de 1968.

Os temas das conferências e debates, bem assim os respectivos conferencistas foram:

- 1 — Construções Rodoviárias no Espírito Santo — Engenheiro Eliseu Rezende;
- 2 — Planos da RFFSA — Gal. Antônio Adolfo Manta;
- 3 — Plano Portuário — Alte. Luiz Clovis de Oliveira;
- 4 — Expansão dos Serviços Telefônicos — Gal. Landry Sales Gonçalves;
- 5 — Plano de Comunicações - Eng. José Maria Couto de Oliveira;
- 6 — Perspectiva da Exploração Petrolífera — Carlos Walter Marinho Campos;
- 7 — Plano Energético para o Espírito Santo — Eng. Mário Bhering;
- 8 — O Plano de Saneamento — Eng. Carlos Krebs Filho;
- 9 — Problemas e Perspectivas Econômicas do Vale do Rio Doce — Eng. Antônio Dias Leite Júnior;
- 10 — Problemas e Perspectivas do Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo — Econ. Jayme Magrassi de Sá.

Ainda em 1968, em julho, foram realizados novos debates sobre nossos problemas no I Simpósio sobre o Desenvolvimento do Espírito Santo, promovido pelo Dep. João de Medeiros Calmon. Tivemos, então, novamente a presença, em Vitória, de Ministros de Estado e Diretores de autarquias federais. Foram suscitados e debatidos vários problemas ligados ao desenvolvimento. Este Simpósio ofereceu valiosos subsídios ao Governo Estadual, inclusive para rever pontos de seu programa de ação.

Os conferencistas e respectivos temas debatidos foram:

CAFÉ — Jornalista Theóphilo de Andrade, Diretor de "O Jornal".

DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA — Dr. Walter Lazzarini, Secretário Executivo do GERCA

O IBC e a POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO — Dr. Caio de Alcântara Machado, Presidente do IBC.

TURISMO — Jornalista Marien Calixte, Diretor do Serviço de Turismo, Promoções e Certames da Prefeitura Municipal de Vitória.

PLANEJAMENTO LOCAL INTEGRADO — Dr. Harry James Cole, Superintendente do SER FHAU.

CRÉDITO À AGRICULTURA — Dr. João Napoleão de Andrade, Diretor da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

PESCA — MERCADO E DISTRIBUIÇÃO — Ruy Francisco Soares, Membro da Colônia — Z-1.

PESCA — Comandante Paulo Moreira da Silva, Cientista Chefe do Instituto de Pesquisas da Marinha

DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA — Dr. Guilherme Pimentel Filho — Secretário de Agricultura do Espírito Santo.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS — Dr. Manoel Moreira Camargo — Presidente da Associação Brasileira dos Municípios. Secção do ES.

FUNDAÇÃO PREFEITURA — ESCOLA — Dr. Alvino Gatti, Secretário Extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa.

ESFORÇO COMUNITÁRIO — Dr. Geraldo Lucas, Engenheiro Agrônomo da ACARES.

FIXAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE MEDICINA NO INTERIOR DO ESTADO — Dr. Hamilton Machado de Carvalho, Secretário de Saúde.

PROBLEMAS DE SAÚDE PÚBLICA — Dr. Wanderley de Almeida Serrão, Diretor da Diretoria de Epidemiologia e Profilaxia da Secretaria da Saúde.

ELETRIFICAÇÃO RURAL — Eng. Arthur Arpini Coutinho — Diretor Gerente da Empresa Luz e Força Santa Maria.

O PORTO DE VITÓRIA E SUAS LIGAÇÕES COM O "HINTERLAND" — Eng. Máximo Borgo Filho, Chefe de Gabinete da Administração do Porto de Vitória.

EXPANSÃO FÍSICA DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO — Prof. Elio Ceoto, Diretor da Escola Normal Pedro II.

EXPANSÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO — Antônio de Souza Basílio, Presidente da Comissão de Planejamento da UFES.

INTEGRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NUM ORGANISMO REGIONAL E DISTRITO INDUSTRIAL.

PRONUNCIAMENTOS FEITOS SOBRE O TEMA:

Gal. Afonso Augusto de Albuquerque Lima, Ministro do Interior — Dr. Luiz Viana Filho — Governador da Bahia — Dr. Israel Pinheiro da Silva — Governador de Minas Gerais — Dr. Vinicius Fonseca — representante do Sr. Ministro do Planejamento.
Dr. Renato Tinoco Faria — representante do Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro.

INCENTIVOS FISCAIS:

Dr. Cleto Henrique Mayer, Diretor Geral do Departamento do Imposto de Renda.

**VISITA DO
PRESIDENTE**

Fato da maior importância para o Estado foi a visita, em janeiro de 1968, do eminente Presidente da República, Mal. ARTHUR DA COSTA

E SILVA. Sua Excelência, por dois dias, transferiu o Governo Federal para Vitória, aqui debatendo conosco os problemas que mais nos afligiam. Presidiu o encerramento do Simpósio Sobre Problemas do Espírito Santo e seu pronunciamento, na ocasião, foi afirmação expressiva de seu desejo de colaborar para a superação de nossas dificuldades. E nessa mesma ocasião, assinou decreto instituindo grupo de trabalho interministerial incumbido de estudar e propor soluções para nossos problemas econômicos.

Frentes Internas Ao lado dessa ação que se poderia chamar externa e catalizadora, cuidou o Governo de ordenar e executar um plano de ação interna.

Inicialmente, e com prioridade, era preciso orientar a ação do Governo para o processo da reforma administrativa, para o saneamento da administração pública e para a montagem de um sistema da captação de recursos a serem aplicados no Estado, e que se poderia chamar de sistema financeiro do desenvolvimento.

Concomitantemente, deveriam ser armados os principais programas de investimentos na infra-estrutura econômica e social: rodovias, energia elétrica, comunicações, porto, educação, saúde pública, agricultura, justiça e segurança, urbanização, saneamento básico, bem estar do menor e industrialização.

Durante longos e longos meses, Secretários de Estado, assessores e técnicos estiveram mobilizados para esses trabalhos penosos, mortificantes, silenciosos, dos quais o grande público não toma conhecimento. E, por isto mesmo, às vezes se impacienta.

Para o Governador, uma mobilização assim do Governo, é extremamente penosa. Sua presença é necessária em todos os setores em que se desenvolvem os trabalhos de estruturação e formulação programáticas. A multiplicidade de tendências, as divergências técnicas no enfoque dos problemas, muito comuns quando várias pessoas são chamadas para o trabalho em equipe, exigem que as últimas soluções — e não raras as decisões intermediárias — sejam entregues ao Governador, a fim de que haja unidade na doutrina e na metodologia dos programas. Sem isto, não haveria um plano global, senão um conjunto de projetos, sem qualquer linha de harmonia na concepção e no enfoque, e sem qualquer comunicação em relação ao objetivo comum que é o desenvolvimento. E por causa disto, o Governador é obrigado a se desdobrar e a se tresdobrar para poder inteirar-se de todos os estudos, que se desenvolvem setorialmente, a fim de que não fique se arrimando ora em uma ora em outra opinião, quando chamado para as decisões intermediárias ou finais. Registre-se, porém que essas idéias só são válidas para Governos que se dispõem a romper rotinas e a reformular posturas administrativas, eleitas como imutáveis.

Reforma Administrativa

O processo da reforma administrativa foi desencadeado com a Lei n. 2 296, de julho de 1967, e com as 26 Leis Delegadas, promulgadas naquele ano. Prosseguiu com o recenseamento do funcionalismo, com os decretos que complementaram a estrutura de vários órgãos, com a implantação do sistema de assessoramento (jurídico, de programação e orçamento e de assuntos administrativos

correntes), com a criação e início de implantação das regiões administrativas, além do aceleramento dos estudos relativos ao novo quadro do funcionalismo. O processo é lento, para evitar o colapso, que a substituição violenta de estruturas poderia provocar. Vai consumir todos os anos do atual Governo e prolongar-se, ainda, pelo próximo quadriênio.

Saneamento da Administração

O saneamento da administração também não pode ter tratamento de choque, porque isto criaria um clima de medo, em lugar de respeito, uma atmosfera de terror, em lugar de confiança. Para iniciar o processo, o Governo necessita, inicialmente de promover o impacto da ação saneadora, a fim de mostrar que houve mudança. Daí para frente, tem de prosseguir com firmeza, sem concessões, aplicando rigorosamente a Lei, restabelecendo o princípio da autoridade, mas sem provocar traumas. Dentro desta linha de ação, o Governo, após as medidas iniciais, que provocaram o impacto da mudança, prosseguiu inflexivelmente o processo de saneamento moral da administração pública, pela eliminação dos focos de corrupção inquistados na estrutura administrativa; pela punição dos que se descaminharam no serviço público (mais de três dezenas de servidores já foram demitidos após criteriosa apuração de responsabilidades e mais de duas dezenas de inquéritos estão em curso); pelo restabelecimento do prestígio do Governo Estadual que perante alguns setores do Governo Federal, era tido como descumpridor de compromissos e inadimplente em prestações de contas; pela reação, às vezes até violenta, a qualquer tentativa de pressão por parte de grupos econômicos ou políticos; pelo restabelecimento do respeito e da credibilidade à palavra do administrador, que, para isto, trocou o farnel das promessas pelo entusiasmo contagiante do trabalho; pelo combate implacável a poderosos grupos de pistoleiros e mandantes de crime, cuja influência alcançava a administração pública, contaminando, especialmente, os órgãos policiais e militares.

Captção de Recursos para o Desenvolvimento: CODES, BCA-ES, COPESA, EMCA-TUR, COHAB.

O Estado do Espírito Santo nunca teve, realmente estruturado, um sistema de captação e aplicação de recursos financeiros.

Com exceção do empréstimo de 2 milhões de dólares conseguido no BID, para ser repassado pelo Banco de Crédito Agrícola e os financiamentos do BNDE para as Usinas de Rio Bonito e Suissa, o resto que conseguíamos era representado por pulverizadas dotações orçamentárias, não raro recebidas a duras penas. No entanto, diversas instituições federais, antigas umas, recentes outras, possuíam expressivas disponibilidades para financiamentos, através de seus respectivos fundos aos quais não tínhamos acesso por nossa própria culpa, já que não nos encontrávamos preparados para isto. Citam-se, por exemplo: Fundo de Assistência à Cafeicultura do IBC—GERCA, Fundo do Trigo, Fundo de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce, FINAME, FIPEME, FIMACO,

FINEP, FUNDECE, as diversas linhas de financiamento do BNH, não só no setor de habitação como saneamento (FISANE), os fundos específicos existentes no Banco Central, etc.

Antes mesmo de tomar posse, já nos preocupávamos com esse problema. E das diversas reuniões que mantivemos com os Diretores do IBC, debatendo os aspectos das profundas repercussões que os programas de erradicação de cafêzais iriam provocar na economia capixaba, surgiu o compromisso do IBC de colaborar estreitamente com o Governo Estadual para superar as dificuldades. Como ponto de partida seria constituída uma comissão mista integrada de dois representantes do IBC e um do Governo do Estado, com a incumbência de realizar ou contratar a realização de estudos sobre a economia do Estado e a constituição de uma entidade destinada a projetar, fomentar, organizar e financiar projetos para impulsionar atividades econômicas nos setores primário e secundário. Obtido o apoio do Governador Rubens Rangel, foi assinado convênio entre o IBC e o Governo Estadual, tendo a autarquia cafeeira destinado os recursos para a contratação dos estudos e custeio dos trabalhos da Comissão, que ficou constituída dos Srs. Arthur Carlos Gerhart Santos, então Secretário de Obras, Lelio Rodrigues e Haroldo Fontenelle, estes últimos representando o IBC. A Comissão ficou afinal sendo constituída de capixabas. Graças aos trabalhos desse grupo, que contratou os serviços de conceituados escritórios, foram realizados importantes estudos sobre a economia regional e, já em janeiro de 1967, ponde o Governador Rubens Rangel enviar à Assembléia Legislativa o projeto de lei criando a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES). No dia seguinte ao de nossa posse, isto é, 1º de fevereiro de 1967, já sancionávamos a Lei, que a Assembléia Legislativa votara em tempo recorde, e em poucas semanas a Companhia já estava constituída e operando, realizando os repasses mais vultosos do programa do IBC para a diversificação econômica das regiões atingidas pela erradicação. No primeiro ano de funcionamento a CODES apresentava este saldo altamente positivo: 11 projetos aprovados, 27 em contratação, 23 em análise e 27 em elaboração; convênio com a Cia. Vale do Rio Doce para a aplicação de recursos do fundo de desenvolvimento do vale; criação da CODES—CRED (Crédito, Financiamento e Investimento), que começou a operar em 1968. Também nesse ano, segundo de existência da CODES, passou a repassar recursos do BNDE.

No capítulo seguinte, sobre a avaliação dos resultados de 1968, voltaremos a analisar a atuação da CODES.

Quando empossamos a nova Diretoria do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, renovamos afirmação contida no discurso com que traçamos as linhas mestras do programa de Governo. E

dissemos, então, que o Banco precisava ser reformulado para ligar-se mais dinamicamente à política de desenvolvimento do Governo. Não era, porém, somente isto que precisava mudar no Banco. Havia, ainda, certas distorções a serem corrigidas, como, por exemplo, os percentuais sobre os lucros destinados à gratificação de cada Diretor; o processo de eleição do representante dos funcionários na Diretoria do Banco, gerando acirradas disputas e radicalizadas posições entre grupos dentro do quadro do pessoal; crescimento da influência dos funcionários através das suas lideranças, nas decisões da direção do Banco, não porque desejassem os funcionários tomar conta da Casa, mas porque, não raro, os Diretores se omitiam ou se alienavam.

Restabelecido o conceito do Banco junto ao Banco Central, abalado por certos descuidos em observância de normas bancárias, foi reformado o Estatuto, aumentado o Capital de 600 mil cruzeiros novos para 1 milhão e 500 mil (em 1967) e, em 1968, aumentado para 5 milhões de cruzeiros novos, já estando, neste início de 1969, sendo providenciado o aumento para 10 milhões de cruzeiros novos. O BCAES passou a agente financeiro do FINAME e conseguiu obter expressivos repasses do Banco Central, como se vai ver mais à frente.

Não contando o Estado com os benefícios da legislação de incentivos fiscais da SUDENE, precisávamos buscar na pesca e no turismo as oportunidades para investimentos oriundos de dedução no imposto sobre a renda.

Ainda na condição de Governador eleito, pusemo-nos a analisar pesquisas feitas pela Superintendência da Pesca, mantivemos contatos com a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR) e procuramos conselho e orientação de eminentes autoridades no assunto, como o Comandante Paulo Moreira da Silva. Fomos procurados por poderosos grupos, com experiências em empreendimentos pesqueiros, que desejavam apoio para obtenção de incentivos fiscais, cujos projetos, todavia, não davam ao Espírito Santo senão a posição secundária de ponto de apoio para suas poderosas organizações sediadas na Guanabara, Niterói, etc.

A convicção de que cabia ao Governo do Estado comandar o processo de utilização econômica da pesca, nascida dos contatos já referidos e robustecida ante as claras intenções dos grupos privados, levou-nos a criar a Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A (CO-PESA). O primeiro projeto da Companhia, no valor de 600 mil cruzeiros novos foi aprovado pela SUDEPE e vem sendo executado, enquanto outros projetos são elaborados. No capítulo sobre os Fatos Administrativos referentes a 1968 vai-se verificar que a COPESA é hoje um dos melhores instrumentos de captação de recursos gerados no Estado e que iriam fatalmente promover riqueza em outras regiões.

A Empresa Capixaba de Turismo (EMCATUR), prevista na Lei da Reforma Administrativa e estruturada pela Lei Delegada nº 7, de 9.11.67, nasceu de sugestão contida no relatório de Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 2.576, de 11.9.67, e constituída do Dr. Filemon Tavares, Alvimar Rodrigues Vieira, Wilmar Madeira de Mattos, Marien Calixte e Jeronimo Vervloet.

Constituída em 1968, começou a EMCATUR a obter as primeiras conquistas em sua importante missão de captar recursos para aplicação em projetos turísticos, como se vai verificar no capítulo seguinte.

No campo habitacional, começamos atrasados. Enquanto o Governo do Estado pensava, outras unidades federais obtinham melhores recursos para aplicação em projetos habitacionais.

O IBES, que chegou a realizar experiências válidas no setor, não tinha as características e as estruturas dos órgãos que o BNH admitia como seus agentes financeiros.

O IPAJM, que poderia chegar às linhas de crédito do BNH, não se sensibilizava com tais possibilidades.

Constituída sob o comando acionário da Prefeitura de Vitória a COHAB—VT não tinha perspectivas.

Diante deste quadro, e depois de entendimentos com o Prefeito da Capital, foi aumentado o capital da COHAB-VT, passando o Estado a maior acionista e lhe dando condições de atuar em horizontes mais largos. Esta solução, embora tivesse feito atrasar um pouco o início de vários projetos, pareceu mais sensata ao Governo Estadual do que a criação de outra companhia habitacional, provocando dualidade de ação, visivelmente desaconselhável.

Com a motivação do IPAJM para ir ao BNH, e a efetiva atuação da COHAB-ES em vários municípios, os resultados de 1968 foram assaz expressivos como se verá mais adiante.

Investimentos de Infra-Estrutura.

Quando analisamos, fôlhas atrás, os fatores componentes da crise econômica do Espírito Santo, mostramos o estrangulamento que se verificava na infra-estrutura para o desenvolvimento. Seria totalmente inviável pensar o Governo em impulsionar o desenvolvimento sem maciços investimentos em setores básicos, que se encontravam estrangulados. E como, para isto, os recursos locais eram e são muito modestos, urgia que os programas do Governo Federal, através de seus diversos órgãos, que atuam no Estado, passassem a se articular com os do Governo capixaba, para o somatório desejado.

Quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, ainda não empossado, preparava o plano de ação de seu Governo, conseguimos incluir entre as obras prioritárias, no setor rodoviário, o prosseguimento das BR—101 e 262. Estávamos convencidos de que o programa do Governo do Estado, nesse setor, tinha que ser concebido em função dessas duas importantes rodovias. Seria insensato prosseguir a prejudicial pulverização de recursos, que então se verificava, na construção, alargamento ou melhoria de estradas constantes de um plano rodoviário estadual, com 46 rodovias, cortando o Estado para todos os lados, algumas evidentemente sem sentido econômico.

Confirmada pelo Sr. Ministro dos Transportes, Cel. Mario David Andreazza, a aceleração das BR—101 e 262, bem assim da BR—482 (substitutiva do ramal ferroviário anti-econômico de Cachoeiro de Itapemirim a Carangola, passando por Alegre, Guaçuí e Espera Feliz) e, ainda, incluída, a BR—259, trecho João Neiva e Colatina, nos planos do DNER, o programa rodoviário do Governo do Estado foi montado em função dessas rodovias federais. Com isto ter-se-ia uma sólida infra-estrutura rodoviária, com as estradas estaduais desenvolvendo-se em busca das federais, a fim de que estas pudessem ter sentido econômico para as regiões por onde passam.

Além disto, um plano de estradas vicinais, para execução do qual o Estado pleiteia recursos do Fundo do Trigo, possibilitará o escoamento da produção de regiões mais distantes.

Os gastos previstos, no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o setor rodoviário vão a mais de 65 milhões de cruzeiros novos no período de 1968/1971 (Custo em cruzeiros de 1968).

No relato das atividades do DER, em outro local, encontram-se dados da execução do programa rodoviário.

No setor da energia era necessária, também, a junção de esforços dos Governos Federal e Estadual para enfrentar a previsão do déficit de Kw.

Sem falar em iniciativas nitidamente municipais, quatro empresas operavam no setor energético no Estado: a ESCELSA, sob o comando acionário do Governo Estadual, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, adquirida pelo Governo Federal de grupo estrangeiro e sob o controle da Eletrobrás, a Empresa Força e Luz Alegre—Veado, de que o Governo estadual detinha a maioria das ações, mas que continuava sob a administração do grupo minoritário, que sustentava ação judicial contra o Estado, e, finalmente, a Empresa Força e Luz Santa Maria, totalmente privada. As maiores áreas de concessão eram, no entanto, da ESCELSA e da CCBFE.

Sob o controle acionário e administrativo da Eletrobrás a Central Brasileira passou a ter novas perspectivas. Uma linha de transmissão, de Governador Valadares a Vitória, iria fazer a ligação do sistema local com a CEMIG, com o que seria garantido o atendimento do Porto do Tubarão. Uma nova usina, em Mascarenhas, no Rio Doce, projetada para 150 mil Kw iria significar mais do dobro de quanto havia em potencial instalado no Estado. Enquanto isso, a ESCELSA, que, em certo momento de nossa história, foi a afirmação da capacidade do capixaba para superar suas próprias necessidades e constituiu um fator extraordinário para nos retirar do imenso atraso de disponibilidades energéticas em relação do Brasil, não tinha a menor perspectiva de ampliar sua capacidade de geração. A duras penas, conseguiu construir Rio Bonito e Suissa. Não tinha recursos, porém, para construir a 2ª usina de Suissa, nem sequer para enfrentar os problemas relativos à mudança de frequência. E se perdia em discussão sobre fórmulas para aumentar o potencial hidro-elétrico explorável do Rio Santa Maria; ora era a construção de uma barragem de regularização acima de Rio Bonito, ora era a transposição de um braço do Rio Jucu para o Santa Maria.

Em 1966, surgiu a tese da unificação das duas empresas. O Governador Rubens Rangel incumbiu o Governador eleito de conduzir os entendimentos, já que o problema tinha repercussões no quadriênio seguinte.

O segundo semestre de 1966 e grande parte de 1967 foram consumidos na discussão do problema. Éramos favoráveis à fusão das empresas. Tínhamos, no entanto, certas preocupações: a possibilidade de sair de Vitória o centro das decisões da nova empresa; a possibilidade de vir a Eletrobrás a transferir, para uma de suas filiais, o controle acionário da nova empresa, passando assim, os problemas do Espírito Santo, nesse setor, a segundo plano na ordem das preocupações da empresa estatal federal; o receio de que a nova empresa só viesse a interessar-se pelos grandes projetos, deixando de lado a missão pioneira, nem sempre rentável, mas decisivo no aceleração do processo de desenvolvimento.

Finalmente, todas as dificuldades foram superadas e, tanto no contrato de fusão quanto no estatuto da nova empresa constam cláusulas preservadoras do que fora considerado fundamental aos interesses do Espírito Santo. Entre essas disposições encontram-se as seguintes: 1 — a denominação da empresa continuaria sendo Espírito Santo Centrais Elétricas S/A e sua sede, fôro e administração em Vitória; 2 — em caso de aumento de capital da empresa, a Eletrobrás concordaria em renunciar, em parte, a seus direitos de subscrição de ações, a fim de que, ressalvado sempre o seu controle sobre a maioria do capital com direito a votos, pudesse o Governo do Estado vir a participar em, até 45% do mesmo capital (a participação inicial do Estado foi de 5%); 3 — participação do Estado na

direção da empresa; 4 — nos aumentos de capital, a Eletrobrás subscreveria ações diretamente, nunca o fazendo por intermédio de subsidiárias; 5 — liberadas as quotas atribuídas ao Espírito Santo na arrecadação do imposto único sobre energia, então bloqueadas pelo BNDE para garantir compromissos da ESCELSA, que passaram à Eletrobrás, se o Governo Estadual desejasse aplicar tais recursos por intermédio da nova empresa, em projetos previamente aprovados pelo Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás se comprometeria a investir, nesses projetos, o dobro do que o Estado investisse; 6 — a nova empresa prosseguiria nos estudos visando à ampliação do aproveitamento do rio Santa Maria, o que seria efetivado quando se tornasse oportuno, dentro do planejamento geral do sistema. E o mais importante é que, tal como permite a lei das sociedades anônimas, foi estabelecido quorum tão qualificado para qualquer alteração do estatuto da empresa, relativamente às prescrições acima, que sem o voto do Estado, nas Assembléias Gerais, isto não será possível.

As consequências da fusão foram positivas e imediatas: a Eletrobrás acelerou o projeto de construção da usina de Mascarenhas e as providências para a conversão da frequência do sistema, bem assim a construção de nova linha de transmissão para Cachoeiro de Itapemirim; o Governo do Estado pôde, afinal, equacionar a solução do problema de energia elétrica no norte, através de um programa audacioso à primeira vista, mas tranquilamente viável, porque a Eletrobrás comparecia com o dobro da participação do Estado, restando modesta parcela a ser coberta pelas Prefeituras. Assim, com poderosa central diesel instalada em Nova Venécia, já foram construídas as linhas de transmissão para São Mateus e Conceição da Barra e reformada toda a rede de distribuição das duas primeiras cidades. O projeto prevê a integração, no sistema, além de Nova Venécia, São Mateus e Conceição da Barra, já beneficiados os seguintes municípios: Boa Esperança, Pinheiros, Montanha, Mucurici, Barra de São Francisco, Mantenópolis e Ecoporanga. O custo total do projeto é de NCr\$ 4.961.000,00 para o qual o Estado contribuiu com NCr\$ 1.482.000,00 a nova ESCELSA com NCr\$ 2.965.000,00 e as Prefeituras com NCr\$ 514.000,00.

Com este projeto todo o norte, acima do Rio Dôce, ter-se-á liberado da asfixiante carência de energia elétrica, uma vez que o problema do município de Pancas foi resolvido através da Empresa Santa Maria, em convênio com o Estado, e São Gabriel da Palha e Linhares foram atendidos em épocas anteriores.

No sul, a Empresa Força e Luz Alegre Veado passou ao total controle do Governo, que adquiriu as ações de propriedade do grupo que detinha o controle administrativo da sociedade, apesar de já ser o Estado o maior acionista. E um amplo programa vem sen-

do executado, não só para melhorar as condições de operação da empresa como para o atendimento dos municípios sulinos. No capítulo seguinte, sobre os resultados de 1968, o assunto é novamente tratado.

No setor de comunicações, como já se viu, não era menos precária a situação do Estado. Antes mesmo de tomar posse, iniciamos entendimentos com a Companhia Telefônica do Espírito Santo no sentido de ser equacionado um esquema de investimentos, do qual participaria o Estado, buscando solução para o problema. Tais entendimentos ganharam ênfase posteriormente, sobretudo depois que o relatório do grupo de trabalho, que constituímos, desaconselhou a criação de nova empresa sob controle do Estado, para comandar a política de comunicações. Finalmente, depois de longas discussões, chegou-se a um entendimento pelo qual o Governo Estadual contribuiria com 50% dos custos de um programa, a ser executado em três anos, beneficiando, com serviço interurbano, 25 (vinte e cinco) localidades, sendo 24 sedes municipais e um populoso distrito. Em 1968, foram executados os projetos de Aracruz, Ibraçu, Fundão, João Neiva, Linhares e Nova Venécia. E em 1969/1970 serão ligados ao sistema de comunicações da CTES os circuitos de São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança, Pinheiro, Montanha, Mucurici, Ecoporanga, São Francisco, Mantenedópolis, São Gabriel da Palha, Pancas, Baixo Guandú, Itaguaçu, Itarana, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Conceição de Castelo, Muniz Freire e Iúna.

O Porto de Vitória ainda não se colocou no papel que lhe está reservado no processo do desenvolvimento do Estado. A análise dos números mostra que sua excepcional posição frente aos demais portos do País se deve à exportação de minério e à importação de carvão. Ele tem, porém, o destino de magnífico acesso do comércio nacional e internacional com destino às portentosas regiões do oeste mineiro e do sul da Bahia, bem assim de escoadouro natural da produção dessas áreas, sem se falar da produção estadual. E não está longe o dia da realização integral de nosso porto dentro dessa perspectiva, graças à conclusão das BR-262, 101 e 259. Nesse dia, Vitória, poderá, sem falso otimismo, disputar com o Rio de Janeiro influência sobre os subcentros de polarização de Governador Valadares e Teófilo Otoni. Convencido disto e para que uma defeituosa infra-estrutura portuária não venha a estrangular essa magnífica destinação, já foi contratada, com renomada firma (CONSULTEC), a elaboração do plano diretor para a expansão do Porto de Vitória.

A programação de investimentos no setor da educação alcança especialmente os níveis primário e médio. As metas são: 2.900 salas de aula para descongestionar os Grupos Escolares e Escolas Reunidas que funcionam em mais de dois turnos, bem como para substituir salas cedidas ou alugadas sem condições físicas e pedagógicas para tal fim; criação de novas classes em número suficiente

para absorver, pelo menos, 80% da população na faixa etária de 7 a 14 anos; melhoria do nível do ensino; ampliação das possibilidades de matrícula no ensino médio, seja pelo aumento da capacidade da rede oficial, seja pelo aproveitamento da capacidade ociosa dos estabelecimentos particulares, através de plano pelo qual o Estado suplementa a capacidade financeira do educando para pagar as anuidades.

Em outro local, na avaliação dos resultados de 1968, a ação nesse setor será mais pormenorizadamente analisada.

Todos os esforços no sentido de minorar a gravidade de nossas deficiências no setor da saúde pública tem esbarrado no problema da fixação do médico no interior. O Estado não tinha e não tem condição de oferecer salários capazes de compensar o deslocamento para fora de Vitória. E como de nada vale posto de saúde sem médico e como vale nada hospital sem médico e como a ausência de médico torna ôca e sem sentido a expressão assistência médico-sanitária, cuidou o Governo, ao lado do programa de recuperação e reforma dos Postos de Saúde, bem assim a construção dessas unidades sanitárias nos municípios carentes, cuidou o Governo, repetimos, de encontrar solução para o problema do médico. E a conseguiu, graças à compreensão do colegiado diretor do Fundo Rural, que atendeu nosso apêlo no sentido de ser assinado convênio para a complementação de salários de médicos e dentistas no interior bem assim para uma programação de aparelhamento dos Postos de Saúde. Assim, com salários que vão, às vezes, além de 1.500 cruzeiros novos, temos conseguido resultado surpreendente: hoje, apenas 3 municípios ainda não têm médico residente.

Aos problemas de saúde pública voltaremos quando, à frente, analisarmos os resultados obtidos em 1968.

O Diagnóstico Para o Planejamento Econômico do Estado indica o complexo industrial na região da Grande Vitória, como consequência das atividades ligadas à exportação de minério e dos projetos siderúrgicos do Porto do Tubarão como a Grande oportunidade para o Espírito Santo. Reconheceu, porém, que essa meta escapa à esfera de decisão e à capacidade financeira do Governo Estadual. Assim, a abertura mais próxima e viável eram as atividades ligadas à agricultura de abastecimento. E nesse sentido tem-se orientado o Governo. O programa de ação no setor incluiu a reformulação da estrutura e a dinamização da Secretaria de Agricultura; a ampliação das quotas na CCPL para fornecimento de leite ao mercado da Guanabara; a inclusão do Espírito Santo no projeto de gado de corte a ser financiado pelo BID; a assistência às Cooperativas; projetos de cultura de arroz; ampliação das faixas de financiamentos às atividades rurais nos estabelecimentos de crédito tanto do Estado como do Governo Federal, os quais passaram a atuar coordenadamente.

O dado mais eloquente do resultado positivo do comportamento das entidades de crédito pode ser apreciado no quadro abaixo:

Financiamentos às atividades agrícolas, pecuárias e para agro-indústria

(Em NCr\$ 1.000,00)

Entidade	1966	1967	1968
B C A E S	3.988	2.181	10.263
Banco Brasil	7.820	19.010	27.000
B N C C	—	—	1.858
C O D E S	496	536	8.588
TOTAIS	12.304	21.727	47.709

Outros aspectos serão analisados, na avaliação dos resultados de 1968.

Os organismos incumbidos da segurança pública estavam, no início do Governo, em deplorável estado de dismantelo. Os esforços realizados em 1966 pelo Comando da Polícia Militar lograram apreciáveis êxitos no processo de saneamento moral da Corporação. O tempo, porém, foi pouco. E o processo de afrouxamento tinha se desdobrado por longo período. Os grupos de pistoleiros que intranquilizavam o Estado e desmoralizavam a autoridade tinha adeptos, protetores e defensores dentro da própria Unidade Militar.

Na polícia civil o quadro era mais dramático. Além dos males das injunções políticas, além dos escandalosos casos de corrupção nos mais diversos escalões: além da falta de apóio dos superiores hierárquicos à ação do policial honesto; além do desmoronamento da estrutura administrativa; além da pobreza de recursos, a Polícia Civil não tinha, para evitar o descaminho total, a inflexibilidade dos regulamentos, que constituem excelentes fatores de preservação e ótimos instrumentos de recuperação das organizações militares.

A ação do Governo tinha de se orientar no sentido do equipamento dos órgãos, mesmo antes de concluído o processo de saneamento. E é isto que se tem procurado fazer, como se verá em outro local, na análise dos resultados de 1968.

Os investimentos para o aparelhamento e melhoria das insta-

lações dos serviços da Justiça, tanto em Vitória, quanto nas Comarcas do interior, podem também, ser apreciados, à frente, no registro das atividades da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça.

No campo da assistência social e especialmente no do bem estar do menor, o Estado possuía iniciativas válidas, mas totalmente descoordenadas, pela ausência de uma política definida no setor.

A criação da Secretaria de Serviços Sociais e da Fundação Espiritosantense do Bem Estar do Menor veio suprir a lacuna e tanto uma como a outra se encontram em fase de implantação; especialmente a FESBEM que foi constituída no final de 1968.

No setor do saneamento básico ou mais especificamente, do abastecimento de água havia, no Estado, uma descoordenação total. O DNOS executava projetos; igualmente o SESP o fazia; também o Departamento de Água e Esgotos (DAE), autarquia estadual, cuidava do problema; a Secretaria de Saúde, por sua vez, se ocupava com tais questões; os municípios, por seu turno, tentavam resolver seus problemas.

Arrimados na convicção de que o Governo é ação coordenada de todos os órgãos, que atuam nos variados setores de aceleração do desenvolvimento, havendo, como pressuposto dessa ação, um programa resultante de ampla análise das condições existentes, procuramos, desde o início de nosso mandato, levantar as necessidades do Estado no setor, a fim de compor as linhas de ação em vários anos. Ao mesmo tempo, procuramos criar o instrumento dessa ação coordenada, com a criação da Companhia Espiritosantense de Saneamento (CESAN) que substituiu o DAE. Dentro da programação feita, alguns serviços foram iniciados e a CESAN compareceu perante o BNH para obter financiamento para a execução do seu programa de abastecimento de água e saneamento básico.

Estímulos aos Investimentos Privados e à Classe Empregadora

Nas páginas anteriores procuramos mostrar que o Governo Estadual, diante do desafio para romper a crise, dobrou sua ação em dois campos: externamente ou além fronteira, projetando a verdadeira imagem do Estado, sensibilizando o Governo Federal para os nossos problemas e conseguindo que os programas de trabalho de seus principais órgãos, com atuação dentro do Estado admitissem as prioridades da programação do Governo Estadual numa efetiva integração de esforços; internamente, através do estabelecimento de um sistema de captação de recursos para o desenvolvimento e da execução de um programa de investimentos de infra-estrutura.

Esse esforço, estamos convencidos, poderá criar por certo — condições para o desenvolvimento, mas não conseguirá, senão muito fracamente, motivar o empresário privado para investir no Espírito Santo, economicamente achatado entre o poderoso complexo industrial ao sul e a política de incentivos da SUDENE, ao Norte. Entre investir no Espírito Santo correndo o risco da competição com o complexo industrial do eixo Rio-São Paulo, já senhor dos mercados, e a tranquilidade de investir no Nordeste, em seu nome, o que teria de pagar ao Governo Federal como imposto sobre a renda, além de outras vantagens, não há empresário que vacile quanto à segunda alternativa.

Diante desta realidade, convenceu-se o Governo Estadual de que devia lutar para que o Governo Central, considerando as especialíssimas peculiaridades de nossa crise, instituisse um sistema de incentivos para os investimentos no território capixaba.

Esta tem sido a batalha mais difícil, em razão de violenta oposição dos Estados do Nordeste a qualquer medida que signifique uma rutura no sistema vigente de incentivos com base em dedução no imposto sobre a renda.

Mesmo assim, continuamos trabalhando e confiando. Porque está será a chave de nossa grande oportunidade.

III — PRINCIPAIS RESULTADOS DE 1968

1 — EQUILIBRIO FINANCEIRO

III — PRINCIPAIS RESULTADOS DE 1968

1 — EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Comportamento da Receita

Clima para o Desenvolvimento

O Governo Estadual conta com os seguintes recursos financeiros para cobrir o montante de seus gastos orçamentários:

- a) recursos provenientes da tributação que realiza de acordo com a competência que lhe é atribuída pela Constituição;
- b) transferência recebidas da União; e
- c) recursos não tributários e de Capital.

A principal fonte de receita repousa na cobrança de impostos e taxas, que perfazem mais de 70% dos recursos utilizados pelo Executivo.

Funcionando como verdadeiro barômetro econômico suas variações para menos ou para mais, acarretam no 1º caso, total descontrôle nas finanças públicas impossibilitando o cumprimento dos investimentos previstos, atrasos de pagamento de pessoal, aumento da Dívida Pública, etc., no segundo caso é o reverso da medalha: diminuição da Dívida Pública, liquidação de parte de Restos a Pagar, execução dos Planos de Investimentos, etc.

Como se pode observar no Quadro a seguir, 1968 apresentou um comportamento ascendente na Receita Estadual que se traduziu no cumprimento efetivo dos compromissos assumidos pelo Governo:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES — 1965 a 1968

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	1965	1966	1967	1968
RECEITAS CORRENTES	29.862.174	41.677.098	48.188.075	78.898.922
Receita Tributária.	24.862.174	35.183.414	30.665.628	55.520.580
" Patrimonial	82.698	115.995	153.430	455.539
" Industrial..	4.038.050	4.650.023	8.940.205	9.330.692
Transf. Correntes ..	264.623	951.604	6.767.649	11.343.081
Receitas Diversas ..	182.898	776.962	1.661.164	2.249.030
RECEITA DE CAPITAL	31.427	14.348	2.816.242	24.048.137
Alienação de Bens..				
Móveis e Imóveis	31.427	14.348	143.889	5.990.618
Transf. de Capital	—	—	539.000	14.026.544
Operações de Crédito	—	—	2.133.353	4.030.975
T O T A L	29.661.870	41.691.446	51.004.318	104.947.059

Fonte: Secretaria da Fazenda e CODEC — Balanços do Estado
Dados Preliminares sujeitos à ratificação

QUADRO II

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA ESTADUAL

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	1965	1966	1967	1968
RECEITA CORRENTE ..	99,90	99,96	94,47	76,54
Receita Tributária	83,80	84,39	64,13	53,90
" Patrimonial . . .	0,30	0,27	0,30	—
" Industrial	13,60	11,16	17,53	4,32
Transferências Correntes .	0,90	2,28	13,26	11,27
Receitas Diversas	1,30	1,86	3,25	2,04
RECEITA DE CAPITAL	0,10	0,04	5,33	23,46
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0,10	0,04	0,28	5,83
Transferências de Capital	—	—	1,06	13,68
Operações de Crédito	—	—	4,19	3,95
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Dados Básicos: Secretaria da Fazenda e CODEC —
Cálculos CODEC

Como se pode observar no Quadro I, a Receita Orçamentária no último quadriênio, apresenta um comportamento bastante oscilatório: após um crescimento de 40,6% no ano de 1966, declina sensivelmente o seu ritmo de expansão em 1967, passando a 23,3% em relação ao ano anterior e volta a recuperar-se em 1968 quando experimenta a mais alta taxa de crescimento do período, 100,8%.

Verifica-se também, através do Quadro II, que os recursos provenientes da tributação assumem importante papel no total da Receita Orçamentária Estadual, pois constituem cerca de 84% no biênio 1965/66; 60% em 1967 e 54% em 1968.

As Receitas Correntes foram constituídas basicamente das Fontes Tributárias e Industrial nos anos de 1965 e 1966. Em 1967 e 1968, além dos Recursos Tributário e Industrial, passaram a ser representativas as transferências instituídas pelo art. 24 da Constituição Federal, que criou a Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal que pode ser observado mais facilmente no Quadro a seguir:

QUADRO III

ESPIRITO SANTO

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

1965/1968

ESPECIFICAÇÃO	1965	1966	1967.	1968
Receita Tributária	83,9	84,4	63,6	70,3
Transferências Correntes	0,9	2,3	14,0	14,4
Outros	15,2	13,3	22,4	15,3
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CODEC

As receitas de Capital só vieram a ser representativas, em 1968, quando, por motivo de classificação, diversas rubricas passaram a constituí-las: Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (50%).

Cota Parte do Impôsto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes.

Cota Parte do Impôsto Único minerais do País etc.

A análise apresentada, até agora, foi feita numa série de valores a preços correntes e, por isso mesmo, influenciada pela elevação dos preços. Para examinar o comportamento da Receita em valores constantes, deflacionamos a série do QUADRO I pelo índice de Preços, referente à evolução dos negócios, da Fundação Getúlio Vargas, alterando sua base para o ano de 1966.

A preços constantes, observa-se claramente (vide quadro IV) que no ano base, as Receitas correntes cresceram com relação a 1967 de apenas 1,5% e a Receita de Capital declinou; com relação a 1967 nota-se, excetuando a Receita Tributária, que todos os componentes das Receitas Correntes registraram alta. Nas Receitas de Capital, observa-se uma expansão substancial (proveniente de Operações de Crédito). No cômputo geral, os recursos Estaduais a preços constantes apresentam-se em 1967 bastante aquém dos níveis observados nos períodos anteriores (menos 9,4%). No exercício passado (1968) existe uma inversão de expectativa. Relacionando com 1967 nota-se uma recuperação geral e promissora que se traduz num acréscimo real da Receita da Ordem de 64,7%. Tal incremento é proveniente, em sua maior parte, da recuperação havida na arrecadação do ICM (após solução do impasse existente com relação a lucro presumido adotado pela Secretaria da Fazenda) e Recebimento de Cotas Partes de Tributos Federais (corrente e de Capital). Por ter sido 1967 um ano de crise Orçamentária e econômica, resultado da política de erradicação encetada pelo IBC, comparamos os resultados obtidos em 1968 com os de 1966 (ano base dos Estudos), verificando que os ganhos reais se repetem, o que nos possibilita acreditar na vitória dos objetivos estabelecidos pelo Governo: Consolidar a "demarragem" do processo de desenvolvimento Estadual. A análise nos traz, também, uma outra mensagem; para o pleno cumprimento dêsse objetivo, é necessário nos anos vindouros, um fluxo contínuo de transferência de capital por parte da União.

QUADRO Nº IV

ESPIRITO SANTO — RECEITA ORÇAMENTARIA A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	EM NCR\$		— 1966		TAXAS DE CRESCIMENTO —				%
	1965	1966	1967	1968 (1)	1965	1966/65	1967/66	1968/67	1968/66
RECEITAS CORRENTES	41.030.380	41.667.098	37.089.650	49.469.625	—	1,6	— 10,9	33,4	18,77
Receita Tributária	34.427.581	35.193.414	23.599.334	34.851.177	—	2,2	— 32,9	47,7	— 1,0
Receita Patrimonial	114.515	115.095	118.075	2.050	—	0,5	2,6	98,3	— 82,2
Receita Industrial	5.591.638	4.650.023	6.880.109	6.029.391	—	— 16,8	47,9	— 12,4	29,7
Transferências Correntes	366.433	951.604	5.208.177	7.292.610	—	159,7	537,3	40,0	666,3
Receitas Diversas	530.213	776.962	1.278.381	1.316.913	—	46,5	64,5	3,0	69,5
RECEITA DE CAPITAL	43.518	14.348	2.174.538	15.164.506	—	— 67,0	15.055,7	597,4	105.590,7
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	43.518	14.348	115.400	3.768.682	—	67,0	704,3	1.054,0	26.166,3
Transferências de Capital	—	—	414.798	8.847.662	—	—	—	4.048,0	—
Operações de Crédito	—	—	1.641.763	2.548.162	—	—	—	52,2	—
TOTAL	41.073.898	41.691.446	39.264.188	64.656.657	—	1,5	— 9,4	64,7	55,1

FONTE: C O D E C

(1) Dados preliminares

**Análise da
Despesa**

A Despesa Orçamentária Estadual que vinha até 1967 ultrapassando as Receitas Previstas e Arrecadada, teve o seu elo partido em 1968 quando se registrou o primeiro Superavit Orçamentário dos últimos 8 anos.

QUADRO V

**RECEITA E DESPESA DE 1961/1968
(NCr\$)**

ANO	Receita	Despesa	Deficit (—) Superavit (+)	%
1961	4.189.218	4.599.683	— 410.465	
1962	4.817.337	5.629.657	— 812.320	9,8
1963	7.589.765	9.354.027	— 1.764.262	16,8
1964	16.431.064	18.316.630	— 1.885.966	23,2
1965	29.661.870	33.670.331	— 4.008.461	11,6
1966	41.691.447	47.123.552	— 5.432.105	13,5
1967	51.004.318	64.366.167	— 13.361.849	13,0
1968	102.499.042	98.193.092	4.753.977	26,1 4,1
Deficit Acumulado			22.921.450	

FONTE: Contadoria Geral e CODEC.

O Superavit Orçamentário foi conseguido graças à nova sistemática de controle orçamentário que congelou as despesas, excluindo pessoal, em 20% quando da publicação do Orçamento Analítico, liberando, inicialmente os gastos de capital e, posteriormente, as despesas correntes, à medida que a receita crescia e atingia os níveis programados.

Grças à recuperação havida em 1968 foi possível liquidar "Restos a Pagar" e outras obrigações a curto prazo, de exercícios anteriores, em torno de 13 milhões de cruzeiros novos.

A despesa que por ocasião da elaboração do Orçamento apresentava a mesma estrutura de gastos dos anos anteriores (81% em gastos correntes e 19% em gastos de Capital), teve, na sua execução, um aumento da taxa de investimento, graças ao controle mais rígido dos dispêndios.

QUADRO VI

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA (EM %)

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	REALIZADA
Despesas Correntes	81,0	79,2
Pessoal	44,5	39,0
Outros Custeios	7,3	7,8
Transferências	29,2	32,4
Despesas de Capital	19,0	20,8
T O T A L	100,0	100,0

Em termos absolutos o quadro representa da seguinte maneira:

QUADRO VII

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

**DESPESA PREVISTA REALIZADA
(EM NCr\$)**

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Despesa Correntes	80.926.092	77.835.655
Pessoal	44.409.849	38.382.497
Outros Custeios	7.345.490	7.626.869
Transferências	29.170.753	31.826.289
CAPITAL	18.950.931	20.357.427
T O T A L	99.877.023	98.193.082

Obs.: Dados Preliminares sujeitos a ratificação.
FONTE: CODEC.

O esforço de investimento foi empreendido na esperança de encontrar solução para os problemas de pobreza, insegurança e êxodo rural, bem como, de pôr termo ao atraso em que se encontra o Estado face aos seus vizinhos do Centro-Sul e do qual só agora tomou conhecimento efetivo.

Consciente do fato de que para desenvolver há que existir um suporte infraestrutural permitindo a autopropulsão da máquina desenvolvimentista, o Governo, de posse dos resultados auspiciosos que vinha colhendo com o incremento da Receita, modificou, no que permitia a Lei Orçamentária, o seu programa de Investimentos de forma qualitativa e quantitativa, visando, sempre, obter a mais alta taxa de rendimento social e econômico por recurso aplicado. Nêsse sentido e observando as disposições contidas no Plano Trienal de Desenvolvimento, foi elaborado o 1º Orçamento Plurianual de Investimentos, que, englobando todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, previa, aplicações da ordem de NCr\$ 35.147.178.00, que foi cumprido em 93% do Programado; meta nunca atingida, nem mesmo pelo Governo Federal.

QUADRO VIII

INVESTIMENTOS INVERSÕES FINANC. E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL, SEM INCLUIR AS AUTARQUIAS.

PROGRAMAS	PREVISTO	REALIZADO
Ad. Geral	742.505	1.585.893
Adm. Financeira	1.463.644	1.213.603
Defesa e Segurança	2.863.688	916.781
Recursos Nat. e Agropec.	3.180.892	1.531.120
Viação, Transp. e Com.	20.915.600	21.392.600
Indústria e Comércio	416.845	788.225
Educação e Cultura	2.743.904	3.803.603
Saúde	2.027.400	1.490.836
Bem Estar Social	74.700	142.779
Serviços Urbanos	1.018.000	272.950
T O T A L	36.147.178	33.138.391

A distribuição dos Investimentos evidencia o exposto em parágrafos anteriores, ao contemplar os Programas de Viação, Transportes e Comunicações, Educação e Cultura, Saúde e Recursos Naturais e Agropecuários com a quase totalidade dos gastos programados e realizados.

O cumprimento Integral do Orçamento Plurianual de Investimentos só não foi conseguido porque os recebimentos do Fundo de participação dos Estados, estimados realisticamente em NCr\$. 19.483.200,00 (Dezenove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e duzentos cruzeiros novos) (Dados fornecidos pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), só atingiram a importância de NCr\$ 17.539.062,00 (dezessete milhões, quinhentos e trinta e nove mil e sessenta e dois cruzeiros novos).

O quadro seguinte mostra o comportamento das despesas com pessoal em relação à Despesa Geral e em relação às Receitas Correntes.

A análise dos números é importante. Em relação a Despesa Geral, a Despesa com Pessoal, que representava, 52,2% em 1964, cresceu o percentual em 1965, cresceu-o em 1966, para diminuir levemente em 1967 e diminuir substancialmente em 1968. Em relação as Receitas Correntes, a Despesa com Pessoal representou, em 1968, apenas 48,6% com o que passamos aos limites fixados pela Constituição Federal (Art. 66, § 4º), dois anos antes do prazo fixado no art. 180.

QUADRO IX

DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO À DESPESA GERAL E ÀS RECEITAS CORRENTES

1961/1968 — Em NCr\$ 1.000,00

ANOS	Despesa Geral	Despesa com Pessoal	Receitas Correntes	PERCENTUAIS	
				Em rel. às Desp. Geral	Em rel. às Rec. Correntes
1964	18.316	9.628	15.063	52,5	63,9
1965	33.670	16.701	29.630	49,9	56,4
1966	47.123	25.331	41.677	54,1	60,0
1967	64.366	34.315	48.188	53,0	71,2
1968	98.193	38.382	78.899	39,0	48,6

Balanco Patrimonial O resultado econômico do exercício marcou um superavit de NCr\$ 9.983.781,33, representando: crescimento do Ativo Real 11.624.982,78 menos elevação do Passivo Real 1.761.201,45

Esse resultado veio diminuir para 1,1% o deficit patrimonial de NCr\$ 9.967.281,07 que se acumulara em balanços anteriores.

Por efeito da execução orçamentária de 1968, ainda serão adicionados ao acôrvo de bens imóveis, após a conclusão das obras, prédios para o ensino primário e médio, unidades sanitárias, unidades policiais, prédios para o serviço judiciário, edifício da Secretaria de Saúde e Assistência e outras construções, cujo valor (despesa empenhada) é da ordem de NCr\$ 1.900.000,00.

Dentre as principais Variações do Ativo e Passivo, são de salientar as seguintes, motivadas pela fusão societária da ESCELSA e a Cia. Central Brasileira de Fôrça Elétrica S/A, sob controle majoritário da ELETROBRAS, na forma da lei n. 2306 de 27.10.67:

Variações Ativas

Acréscimo do valor patrimonial das ações integralizadas do Estado, como consta do balanço da ESCELSA levantado em 31 de dezembro de 1967	4. 722.245,90
Baixa de créditos da ESCELSA vinculados a futuros aumentos de capital da Empresa e que em face da fusão se tornaram insubsistentes	3.543.462,68
Acréscimo resultante de cotas do Imposto Único de Energia de 1959 a 1964 entregues por dotação orçamentária	181.290,70

Variações Passivas:

Baixa pela transferência de ações à ELETROBRAS	5.945.096,27
Baixa do saldo da antiga conta "Construção da Usina de Rio Bonito" pela incorporação do valor ao patrimonio da ESCELSA	6.278,72
Baixa de ações, na conta "Títulos e Valores, em contrapartida do cancelamento de igual valor de créditos da ESCELSA	3.543.462,68

Do produto de ações cedidas à ELETROBRAS, constituiu receita orçamentária a quantia de NCr\$ 5.940.968,94. O restante — NCr\$ 4.127,33 — foi escriturado como depósito para reembolso a adquirentes de ações, em virtude da não transferência dos títulos até a data da organização da NOVA ESCELSA.

Dívida Passiva A dívida do Estado constante do balanço anterior foi reduzida de NCr\$ 37.556.288,44 para NCr\$ 17.388,46, tendo-se pago compromissos no valor de NCr\$..... 13.797.863,07 e excluída a soma de NCr\$ 3.543.525,39 referentes a créditos cancelados.

Com a inscrição, entretanto, dos restos a pagar do exercício e dos empréstimos contratados, o novo saldo passou ao montante de NCr\$ 39.317,459,89, formado por:

Dívida Flutuante	32.180.136,03	80,1%
Dívida Fundada Interna	7.137.323,86	19,9%

Das operações de crédito, que se realizaram com o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e a "CODES" e importam NCr\$ 4.330.310,71, figura na Receita de Capital e produto líquido de NCr\$ 4.030.975,23. A diferença, relativa a comissão e despesas do BCAES na consecução dos recursos junto ao Banco Central do Brasil para a aludida operação, foi contabilizada como "variação passiva" independente da Execução Orçamentária.

Dos restos a pagar inscritos, NCr\$ 8.444.315,93 são de Despesas Correntes e NCr\$ 6.325.315,93 se destinam a investimentos e outras Despesas de Capital.

Outros aspectos Tributários Do levantamento procedido no exercício de 68, constatou-se na Secretaria da Fazenda a existência de 146 Postos Fiscais que em sua maior parte estavam sem condições de funcionar satisfatoriamente.

Do estudo procedido pelo respectivo Grupo de Trabalho, foram assentadas as medidas para eliminar os Postos impraticáveis e construir os novos, para atender às exigências do serviço e facilitar os contribuintes.

Dessa providência, resultou a imediata conclusão do Posto Fiscal de Areinha, no município de Viana, de vital importância para o controle da fiscalização.

Dotado de serviço de rádio, o Posto Fiscal de Areinha pode se comunicar diretamente com os postos extremos Norte e Sul do Estado (Taquaras, na divisa com a Bahia e Santa Cruz com o Rio de Janeiro).

Foram construídos 2 Postos em zona fronteira, sendo um em "Pedra Menina" (Município Dôres do Rio Preto) e outro, em Príncipe (Pequiá).

No orçamento corrente está prevista a construção de 16 Postos Fiscais, com localização tecnicamente indicada e remodelação de 24 postos que se apresentam sob péssimo estado de conservação.

A medida em que forem sendo construídos os novos Postos, serão extintos cerca de até 30 dos que estão mal localizados.

Paralelamente, a Secretaria da Fazenda cuidará do problema residencial dos Chefes de Região, a ser iniciado pelos municípios de São Mateus e Santa Teresa.

Para proporcionar maior eficiência nas atividades fiscais, está sendo estudada a ampliação da rede de rádio.

Foi instalada energia elétrica no Posto de Santa Cruz (divisa com o Estado do Rio), cuja concretização se deveu à colaboração do Governador Geremias Fontes.

Cerca de 8 servidores do setor Fazendário tiveram sua demissão decidida, com a nota a bem do serviço público.

A Divisão da Receita procurou criar o necessário clima de entendimento com o contribuinte, paralelamente as exigências para o cumprimento de suas obrigações tributárias. Em relação ao funcionalismo é de se registrar a instauração de 27 (vinte e sete) inquéritos administrativos, para apuração de faltas funcionais.

A cargo da Diretoria de Fiscalização, foram instruídos e julgados cerca de 2.165 processos de auto de infração, com aplicação de multas no valor de NCr\$ 2.763.700,00 (dois milhões setecentos e sessenta e três mil e setecentos cruzeiros novos) em números redondos.

O acréscimo de serviço verificado sobre o exercício anterior pode ser retratado pelo seguinte quadro:

	1968	1967	Diferença p/mais
Pareceres	2.165	1.535	630
Consultas	536	157	379
Circulares	39	22	17
Minutas	18	10	8
Processos diversos	4.711	2.742	119.669
T O T A L	7.469	4.466	3.003

A Diretoria de Arrecadação compete efetuar a receita de diversas fontes tributárias, fazer o controle da documentação, além do cadastro de todos os contribuintes.

No desempenho de suas tarefas, essa Diretoria, dentre outras atribuições, apresentou os seguintes elementos:

Processos recebidos	16.935
Processos despachados	9.872
Processos arquivados	7.063

Foram levantadas 33.657 fichas individuais de veículos e efetuados cerca de 74.519 assentamentos por força de transferência e renovação de licença de veículos.

A Diretoria de Arrecadação recebeu um total de 1.005.578 documentos, expedindo aproximadamente a metade desse total para as 6 Regiões e Inspetorias de Rendas.

Patrimônio O Departamento de Material e Patrimônio teve a sua estrutura básica complementada pelo decreto n.º 2.754, de 5-7-68, que lhe deu a organização mais consentânea com as suas finalidades.

Durante o exercício de 69 procedeu o DMP às seguintes providências:

- a) levantamento cadastral dos próprios estaduais para fins de conservação e reforma;
- b) localização de áreas para construção de imóveis de repartições públicas ou Regiões Administrativas;
- c) avaliação de imóveis para fins de alienação.

Com base no levantamento efetuado para fins de conservação e reforma de imóveis, foi baixado o decreto 2.959, de 16-12-69, destinado a solucionar esse importante aspecto da administração pública.

Contadoria Geral A Contadoria Geral se limitou a contabilizar os atos de gestão financeira e patrimonial, já que os encargos de elaboração orçamentária passaram à competência do CODEC.

O setor da dívida ativa inscreveu e restituiu à Divisão da Receita, com as certidões para cobrança, cerca de 681 processos de débitos fiscais.

Realizaram-se os sorteios semestrais de resgate e prêmios das apólices da Dívida Pública estadual, emissão lançada pelo Dec. 736, de 1951, devendo no atual exercício ser organizada e publicada a lista geral de todos os títulos sorteados desde 1952, para atualização do pagamento de juros e amortização, que se encontra interrompido desde 1961.

2 — AGENTES FINANCEIROS DO DESENVOLVIMENTO

2 — AGENTES FINANCEIROS DO DESENVOLVIMENTO

a) — Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo

O Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, no ano de 1968, voltou a se constituir, ao lado da CODES, em um dos agentes financeiros do desenvolvimento de maior expressão.

A evolução das atividades do Banco pode ser aferida através dos resultados alcançados, constantes de seu Relatório anual, bem assim da progressiva participação em contratos de financiamentos com os setores agrícola e industrial do Estado.

A realização dessa política de expansão experimentada pelo estabelecimento oficial de crédito veio de encontro aos objetivos e ao plano de ação do Governo de tudo fazer no sentido de eliminar os pontos de estrangulamento e a estagnação da economia capixaba.

Assim, no setor de Crédito Rural, firmou o BCAES dois contratos de Refinanciamento Rural junto ao Banco Central do Brasil para aplicação em crédito Rural Orientado.

Em junho de 1968 firmou o contrato de financiamento para investimentos rurais no valor de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos), posteriormente ampliado para NCr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos).

Nova ampliação foi conseguida no contrato de Financiamento e Refinanciamento Rural sucessivamente ampliado no exercício anterior, no valor total de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos).

Aos dois novos contratos já mencionados, juntaram-se os recursos já existentes na Carteira decorrentes do retorno dos empréstimos realizados com recursos oriundos do Fundo de Crédito Rural e do convênio firmado com o BID, o que permitiu, pela 1a. vez, um amplo investimento no setor rural que atingiu a um percentual de 470% superior à aplicação do exercício anterior.

Além dos recursos mencionados, a Carteira fez amplo uso da faixa de Redescontos, ampliando sua ação no setor de comercialização.

No Setor Rural, a Carteira realizou 1.280 contratos, beneficiando 505 propriedades agrícolas no setor de produção animal e 775 propriedades no setor da produção vegetal.

Realizou 18 contratos com Cooperativas de Produtores, destacando-se a ampliação da capacidade industrial e de transportes da Cooperativa de Laticínios de Guaçuí Ltda., da Cooperativa Leiteira de Vitória Ltda., Cooperativa de Laticínios do Itapemirim Ltda., da Cooperativa de Laticínios de São Mateus S.A.

Pelo excepcional crescimento e aprimoramento técnico, a exploração avícola vem merecendo a mais cuidadosa assistência. Durante o último exercício realizou o BCAES 101 contratos, que atingiu a uma importância da ordem de NCr\$ 1.490.711,30 (hum milhão, quatrocentos e noventa mil, setecentos e onze cruzeiros novos e trinta centavos).

Especial interesse vêm despertando dois projetos de iniciativa do Governo, consubstanciados no Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte e o do Financiamento da Renovação da Cafeicultura.

Desmembrado administrativamente do Departamento de Crédito Rural, pôde a carteira de Crédito Industrial atender ao crescimento do setor com a velocidade que se fazia necessária.

Os resultados alcançados permitem afirmar que os objetivos foram atingidos.

Como Agente Financeiro do BNDE, para aplicação de recursos do FINAME, o BCAES realizou 19 contratos, totalizando o valor global de NCr\$ 1.558.709,58 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, setecentos e nove cruzeiros novos e cinquenta e oito centavos).

Merece destaque o financiamento realizado a 12 Prefeituras e ao Departamento de Estradas de Rodagem de 22 (vinte e duas) motoniveladoras, que se destinaram ao melhoramento das rodovias estaduais e municipais.

Em julho de 1968, novas atividades movimentaram o Setor Industrial, em decorrência do credenciamento do Banco como Agente Financeiro do BNH, para o Programa de Mercado de Hipotecas.

Ingressando no Plano Nacional de Habitação, o BCAES juntou seus esforços à programação oficial que visa a combater o deficit habitacional, constantemente ampliado em face do crescimento demográfico.

Primeiramente, foram realizados três (3) contratos, no valor global de NCr\$ 3.363.512,26 (três milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e doze cruzeiros novos e vinte e seis centa-

vos), relativos à construção de 266 apartamentos pelo Plano A do BNH, sendo que duas unidades estão localizadas no Estado da Guanabara e uma terceira em Cachoeiro de Itapemirim.

Na qualidade de Agente Financeiro do BNH para o Programa FIMACO e Sub-Programa Recon (Financiamento ou Refinanciamento do Consumidor de Materiais de Construção), realizou o BCAES trinta (30) contratos, no valor global de NCr\$ 2.017.962,85 (dois milhões, dezessete mil, novecentos e sessenta e dois cruzeiros novos e oitenta e cinco centavos), distribuídos nas finalidades seguintes:

- a) construção de casas e apartamentos, totalizando a área de 7.429,09 m²;
- b) acabamento de casas e apartamentos, totalizando 15.425,19 m².

O resultado pode ser considerado excelente não apenas por haver possibilitado a muitos a aquisição da casa própria, mas também pelo que representa como mercado de trabalho a quantos sentiam as contingências do desemprego.

QUADRO N.º I — CARTEIRA AGRÍCOLA

Empréstimos Globais

ESPECIFICAÇÃO	1 9 6 7		1 9 6 8	
	Contra- tos	NCr\$	Contra- tos	NCr\$
C R O	347	1.387.245,23	1.385	9.201.981,56
RESOLUÇÃO 5	73	143.466,98	106	356.120,20
REDESCONTO	78	650.402,92	77	705.220,42
T O T A L	498	2.181.116,13	1.568	10.263.322,18

QUADRO N.º II — CARTEIRA AGRÍCOLA — Crédito Rural Orientado — Individual CRO — I Empréstimos Formalizados por linhas de Créditos em 1967/1968

LINHAS DE CRÉDITO	N.º de Contratos		VALOR	NCr\$
	1967	1968	1 9 6 7	1 9 6 8
Arroz	117	216	302.791,50	569.901,75
Milho	77	283	143.247,50	241.587,30
Batatinha	2	37	8.018,00	74.587,31
Fruticultura	1	11	2.760,00	69.779,00
Horticultura	1	18	1.440,00	22.268,00
Avicultura	29	101	229.114,00	1.490.711,30
Gado de Leite	78	505	359.541,75	4.402.985,50
Café	1	52	1.279,67	61.052,55
Campo de Co- operação	33	15	108.515,00	62.100,00
Banana	—	7	—	30.078,00
Abacaxi	—	9	—	98.070,00
Fertilizantes e Corretivo do Solo	1	86	12.937,77	196.653,61
Outros	2	26	550,21	151.445,00
T O T A I S	342	1.366	1.170.195,40	7.771.219,92

QUADRO III — CRÉDITO AGRÍCOLA RURAL ORIENTADO — COOPERATIVAS CRO — C EMPRÉSTIMOS FORMALIZADOS EM 1967/1968

LINHAS DE CRÉDITO	N.º	1967	N.º	1968
Transporte	2	102.987,60	3	399.295,38
Energia	—	—	—	17.416,00
Construção	—	—	2	97.300,00
Equipamentos	1	12.000,00	5	485.250,00
Insumos Agrícolas	1	49.000,00	2	220.000,00
Gêneros 1a. necessidade	1	6.000,00	2	25.000,00
Comercialização — Adianta- mento de financiamento a Cooperados	1	60.000,00	5	186.500,00
T O T A L	6	229.987,60	19	1.430.761,64

NOTA: Não estão computados, nesses dados, os resultados alcançados já em 1969.

INVESTIMENTOS EM AÇÕES

Aumento de Capital

Aos acionistas do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A. foi atribuída, em decorrência do aumento de capital verificado em 68 (de NCr\$ 1.500.000,00 para NCr\$ 5.000.000,00) a bonificação de 80%, correspondente à distribuição de reservas e fundos no montante de NCr\$ 1.200.000,00.

Efetivado êsse aumento de capital, as condições operacionais do nosso estabelecimento de crédito já estavam a exigir nôvo aumento, afinal realizado no corrente exercício, para NCr\$. 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos).

ÍNDICE DE CAPITALIZAÇÃO DE LUCROS

A partir do balanço encerrado em 31-12-65 a capitalização de Lucros se processou dentro dos seguintes índices:

Em 31.12.65	= 22,3%
Em 30.06.66	= 34,5%
Em 31.12.66	= 34,6%
Em 30.06.67	= 32,6%
Em 31.12.67	= 40,0%
Em 30.06.68	= 35,5%
Em 31.12.68	= 43,6%
Em 30.06.69	= 55,7%

Com base nos dados constantes da Revista Bancária Brasileira, verificamos que o nosso Banco, de 31-12-68 alcançou, no cenário nacional, as seguintes colocações:

Em 31.12.68 — 82% lugar — Com um montante de depósito de NCr\$ 13.550.000,00
Em 31.12.67 — 76% lugar — com um montante de depósito de NCr\$ 21.476.000,00
Em 31.12.68 — 67% lugar — com um montante de depósito de 45.844.000,00

Obs. a) — O número de matrizes de Banco em funcionamento no Brasil em 31-12-68 era de 240.

b) — em 5-3-69 já o nosso Banco havia alcançado o 64.º lugar.

b) — **CODES:**

A Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo criada com a finalidade de se constituir em uma das fontes de financia-

mento do desenvolvimento estadual apresentou, em 1968, um maior volume de aplicação que no anterior, graças à política de ampliação de suas disponibilidades, assegurada com a obtenção, através de convênios, de novos recursos.

Assim, a continuidade do programa de investimentos industriais e de infra-estrutura de interesse para a Diversificação da Cafeicultura, realizado com recursos do IBC/GERCA, ficou assegurada com a Resolução 90 de 18.4.68 do Conselho Deliberativo do GERCA e a renovação do convênio referido, em 16.5.68.

Esses recursos alcançaram a cifra de NCr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos), estabelecido, porém, que NCr\$. 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos) seriam destinados a investimentos industriais e os demais NCr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos) para investimentos de infra-estrutura.

Ainda na área do IBC/GERCA, conseguiu a CODES incorporar, ao convênio acima aludido, as importâncias relativas às rubricas 4 da Resolução n.º 74 e 5 da Resolução n.º 90, nos valores correspondentes a NCr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros novos) e NCr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros novos) destinados, respectivamente, a investimentos industriais e a programas de reflorestamento, estes a serem aplicados no projeto de expansão da Aracruz Florestal S/A. em 1969.

Na faixa de operações com o BNDE, pôde a CODES por intermédio de sua subsidiária CODES-CRED, estabelecer o programa BNDE-FIPEME/CODES-CRED, cujo contrato de repasse, assinado em 28-8-68, é do valor de NCr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos) para um programa de investimentos da ordem de NCr\$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros novos) do qual participaria a CODES-CRED com a importância de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos).

Face, porém, ao imediato comprometimento desses recursos, já em 28-11-68 a CODES encaminhava proposição ao BNDE visando à ampliação do repasse para mais NCr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos), os quais podem ser considerados como assegurados para aplicação em 1969.

À vista da crescente necessidade da preparação de pesquisas de maior profundidade quando se trata de viabilizar investimentos de vulto, procurou a CODES, ainda na área do BNDE, promover uma maior utilização dos recursos da Financiadora de Estudos de Projetos S.A. (FINEP), de cujos entendimentos realizados logrou-se ajustar um acôrdo de cooperação financeira para, em primeira fase, tratar do financiamento à execução de projetos já previamente submetidos à FINEP.

Na área da C.V.R.D., em convênio assinado em julho de 1967 para efeito de utilização do Fundo de Desenvolvimento dessa empresa em projetos industriais, conseguiu a CODES uma efetiva contribuição, ainda que em escala modesta, pois os 3 projetos atingiram a um financiamento global de NCr\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzeiros novos).

Vale ressaltar que como fonte de recursos para investimentos no Estado, o Fundo de Desenvolvimento da C.V.R.D. não oferece maiores perspectivas, não obstante, com a assinatura do convênio, se tivesse objetivado uma maior participação da CVRD na CODES, cuja contribuição, no futuro, possa se tornar mais significativa.

Houve, é certo, ainda, na faixa de diversificação de fontes e linhas de financiamento, com vistas ao ramo da construção civil nas atividades de produção e distribuição de materiais de construção, uma tentativa da CODES junto ao BNH, subprograma FIMACO/REINVEST.

Tal, porém, não se concretizou, em face do alto custo desse dinheiro, daí não haver aparecido nenhum interessado.

Café Solúvel Uma das bases do programa de industrialização que a CODES se propõe a executar constitui no processamento de matérias primas de origem local como meio de valorizar a produção do Estado e, conseqüentemente, ampliar a sua renda.

Dentro dessa concepção e tendo em vista que o Espírito Santo se constituiu Estado essencialmente e predominantemente monocultor, naturalmente que o café sempre esteve em cogitações para efeito de sua industrialização.

E' verdade que o vulto do investimento necessário vinha retardando a efetivação do empreendimento.

A partir, porém, do comunicado expedido pelo GEIPAL em 18.10.67, tratou a CODES de mandar executar, de imediato, um estudo de viabilidade para um projeto no Esp. Santo, ao mesmo tempo, que enviava memorial ao Ministério da Indústria e Comércio solicitando tratamento especial para a sua proposta, visando à implantação de uma indústria de café solúvel no Estado.

Aprovado o projeto pela Comissão de Desenvolvimento Industrial do M.I.C., pela sua Resolução 63, passou a CODES a tratar da efetivação do empreendimento, culminando com a constituição da empresa REALCAFE' DO BRASIL S/A. com um capital de NC1\$ 3.000.000,00, em 18.11.68, da qual é acionista majoritário. Parale-

lamente, colocou à disposição da nova empresa dois (2) de seus técnicos, incumbidos da elaboração do projeto de viabilidade econômica a ser apresentado ao GERCA e BNDE-FIPEME, fontes onde pretende conseguir o financiamento necessário à realização do investimento, cujo valor ascende a NCr\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) e está capacitada a processar 100 mil sacas de café verde por ano.

Aplicação de recursos Conforme alusão feita no início, em 1968 foi bem mais significativo, que no ano de 1967, o volume de recursos aplicados, seja no setor privado, seja no setor público.

Além dos pré-investimentos em estudos e projetos de desenvolvimento elaborados, o sistema financeiro liderado pela CODES atingiu em 31.12.68 o montante de NCr\$ 10.559.937,15 (dez milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e sete cruzeiros novos e quinze centavos) em contratos de financiamentos dos quais NCr\$ 3.406.787,37 (três milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e oitenta e sete cruzeiros novos e trinta e sete centavos) destinados a empreendimentos no setor público, NCr\$ 5.512.243,72 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, duzentos e quarenta e três cruzeiros novos e setenta e dois centavos) ao setor privado e NCr\$ 1.640.906,06 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil, novecentos e seis cruzeiros novos e seis centavos) em operações de médio prazo ao comércio e ao consumidor final.

Financiamento ao Setor Público Foram aprovados, durante o exercício de 1968, seis (6) Projetos de empreendimentos infra-estruturais, pelo Conselho de Investimentos da CODES (Em NCr\$ 1,00).

NATUREZA DO EMPREENDIMENTO

	Investimento	Financiamento
Aquisição de 7 pás Carregadeiras (DER-ES)	830.000	581.000
Implantação de Computador Eletrônico SERCOP	1.075.000	750.000
Importação de 10 DG e DA (DERMAG)	1.150.000	700.000
Eletrificação do Norte do Estado (10 munc.)	4.971.000	1.010.000
Comunicações Telefônicas Interurbanas (24 municípios)	3.891.563	1.090.000
Implantação Serviço Foto interpretação (AFFES)	790.000	300.000 +

+ Dotação pleiteada ao IBC/GERCA.

A posição dos contratos, em 31.12.68, no setor público, totalizou, em 21 operações, Investimentos Globais da ordem de NCr\$ 9.405.798,00 (nove milhões, quatrocentos e cinco mil, setecentos e noventa e oito cruzeiros novos) para um financiamento global de NCr\$ 3.406.787,37 (três milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e oitenta e sete cruzeiros novos e trinta e sete centavos (dos quais NCr\$ 2.687.787,37 liberados até 31-12-68). Do montante financiado, NCr\$ 3.156,640 (três milhões, cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta cruzeiros novos) provém de recursos do IBC-GERCA e 250.147,37 (duzentos e cinquenta mil, cento e quarenta e sete cruzeiros novos e trinta e sete centavos) de operações CODES-CRED, com recursos próprios e repasses do FINAME (montoniveladoras a 3 Prefeituras).

Há que se destacar, dentre os processos de financiamento ao setor público, o de Eletrificação do Norte do Estado e o de Comunicações Telefônicas Interurbanas que proporcionarão energia e comunicações aos municípios até hoje desprovidos desses melhoramentos.

Financiamento no Setor Privado Durante o exercício de 1968, foram aprovados, pelo Conselho de Investimentos da CODES, 38 processos de financiamento, abaixo classificados, quanto à sua natureza. (Em NCr\$ 1,00).

NATUREZA DO EMPREENDIMENTO

	N.º	Investimento	Financiamento
Produtos Alimentares (leite) ..	3	1.780.000	1.235.280
" " (Carne)	3	2.821.000	1.765.800
" " (Cereais)	4	387.092	266.000
" " (Mandioca)	3	155.088	95.750
" " (Conservas)	2	148.400	103.880
" " (Massas)	1	438.000	306.000
" " (Pescado)	1	112.838	73.874
" " (outros)	2	24.664	17.115
Couros e Calçados	4	207.584	142.000
Texteis e Confeccões	5	745.300	489.400
Madeira e Mobiliário	5	1.354.762	936.300
Metalurgia e Mecânica	2	590.000	411.700
Minerais não metálicos	2	540.060	378.500
Diversos	1	230.000	160.000

Desses processos, 27 dizem respeito a projetos elaborados pela CODES, 8 por escritórios particulares e 3 a operações de repasse de FINAME, que dispensam projeto.

A posição dos contratos de financiamento industrial no setor

privado, em 31-12-68, totalizou, em 30 operações, investimentos globais da ordem de NCr\$ 9.553.372,00 para um financiamento de NCr\$ 5.512.243,72 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, duzentos e quarenta e três cruzeiros novos e setenta e dois centavos) dos quais NCr\$ 2.887.483,72 (dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três cruzeiros novos e setenta e dois centavos) liberados até 31-12-68.

Financiamento a médio prazo Na área de atuação específica da CODES-CRED (além dos repasses da FINAME e do BNDE-FIPEME), as aplicações efetivadas até 31-12-68 totalizam a importância de NCr\$ 1.640.906,06 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil, novecentos e seis cruzeiros novos e seis centavos), classificados a seguir:

LINHA DE FINANCIAMENTO	N.º de Operações	Valor NCr\$
Crédito Direto ao		
Consumidor	260	1.244.257,33
Carro (Vitoriawagen)	65	500.842,38
Carro (Comaupa)	74	504.004,32
Tratores e Caminhões	4	117.602,60
Eletrodoméstico (ORTEMA)	117	121.808,03
Refinanciamento Ven-		
das Prestações	2	178.500,00
Desconto de Títulos	Diversos	187.848,73
Contratos de Empréstimos	4	30.300,00
T o t a l		NCr\$ 1.640.906,06

Merece enfatizar o fato de que essas realizações representam o trabalho efetivo de apenas 3 meses, face ao retardamento verificado na montagem da financeira.

O resultado satisfatório obtido pela CODES-CRED nesse curto período se reflete no volume de aceite de quase NCr\$ 1,5 milhões, o que permite afirmar, para breve, estar ela participando com pelo menos um terço de todo o mercado de títulos na praça de Vitória, o que, significará, sob outro ângulo, a limitação do fenômeno de evasão de poupança do Estado para outros centros maiores.

Fontes de Aplicação Consoante a nossa afirmativa inicial, o montante global aplicado até 31-12-68 foi da ordem de NCr\$ 10.559.937,15, dos quais 79,94% provém de recursos do IBC/GERCA, seguindo-se a captação de poupanças privadas pela colocação de letras de câmbio (10,53%), a imobilização de recursos próprios da CODES-CRED (6,32%) e os repasses da FINAME (3,21%).

FONTES	Disponível	Contrato	Liberado	Cont/Disp.
Recursos				
Federais	12.360.000,00	8.781.076,69	5.422.396,69	71,04%
IBC/GERCA	11.360.000,00 (1)	8.441.630,00	5.192.430,00	74,31%
FINAME	500.000,00 (2)	269.166,69	229.966,69	53,82%
BNDE/FIPEME	500.000,00	70.280,00	—	14,06%
Recursos Próprios	735.443,01	666.990,87	681.910,87	90,69%
Capital	500.000,00	—	—	—
R. Financ.	235.443,01	—	—	—
P. Privadas		1.111.869,59	1.111.869,59	—
T O T A L		10.559.937,15	7.216.177,15	

Observação: (1) — Total alocado de NCr\$ 17,6 milhões, dos quais apenas NCr\$ 11.360.000,00 (onze milhões, trezentos e sessenta mil cruzeiros novos) foram liberados pelo Conselho Monetário Nacional.

(2) — Limite fixado inicialmente, podendo ser ampliado para 5 vezes o capital mais reservas.

Subsidiárias Em busca de atingir seu objetivo, vem a CODES procurando compor um elenco de subsidiárias que a complementem, ampliando sua faixa de atuação e tornando-a mais efetiva.

Assim, pela Carta Patente do Banco Central, de 26-12-67, foi constituída a CODES-CRED, cuja implantação se fêz, efetivamente, em 1968, tendo no segundo semestre começado a operar com os repasses de fundos federais e a dinamizar o mercado de capitais local, ao mesmo atraindo a poupança privada para aplicação dentro do Estado, não obstante se reconheça que essa sua ação se mostrou de certo modo acanhada, em face do seu modesto capital.

Visando a ampliar a atividade da financeira bem assim atrair o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo para uma atuação conjugada a CODES procurou estabelecer a integração BCAES/ CODES-CRED, o que parece já conseguido com possível aumento de capital da CODES-CRED, de NCr\$ 555.000,00 para NCr\$..... 1.000.000,00, integralmente tomado por aquele estabelecimento oficial de crédito.

A CODES mantém, ainda, entendimentos junto ao Banco Central objetivando à criação da subsidiária CODES-Valores Mobiliários S/A., com participação acionária do BCAES.

Banco de Desenvolvimento A Resolução do Banco Central, de 25 de junho de 1968, de n.º 93, fixou as condições de transformação das Companhias de Desenvolvimento em Bancos Estaduais de Desenvolvimento.

Tratou, então, a CODES de adotar as primeiras providências no sentido de reunir todo um dossier necessário à correta estruturação e montagem do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES). A única dificuldade, até agora existente para a transformação prevista pelo Banco Central, é o da insuficiência de Capital, tendo, para superá-la, sido obtida a autorização legislativa para aumento do capital da CODES. (Lei n.º 2413, de 20-6-69).

3) ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

3) ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

a) **Reforma Administrativa** — Já foram suficientemente revelados os objetivos que determinaram a instituição da Reforma Administrativa, consubstanciada, em suas linhas mestras, na Lei 2.296, de 17-7-67.

O objetivo da Reforma Administrativa foi o de estabelecer uma nova filosofia de trabalho, proporcionando ao administrador princípios e normas fundamentais capazes de permitir uma reformulação dos arcaicos métodos existentes, abrindo novas perspectivas de ação administrativa.

Para sua execução teve-se em vista a programação, coordenação, descentralização com desconcentração, delegação de competência e controle das atividades do serviço público.

Dentro desse espírito, foram elaboradas em 1967 cerca de 26 Leis Delegadas, com as quais se pode observar, medir e sentir as necessidades dos mais diversos setores.

Complementando as estruturas básicas dos órgãos da Administração Estadual, definidas nas Leis Delegadas foram baixados diversos decretos:

Dec. 2.695 — Regulamentando dispositivos da Lei 2.296, de 23/2/68 17-07-67, dando nova estrutura ao Conselho de Desenvolvimento Econômico;

Dec. 2.703 — Regulamentando a Lei Delegada n.º 17, de 11/3/68 17-11-67, que criou e estruturou a Procuradoria Geral do Estado;

Dec. 2.704 — Regulamentando a Lei Delegada n.º 15, de 11/3/68 16-11-67, que criou e estruturou a Consultoria Geral do Estado;

Dec. 2.738 — Complementando a estrutura básica do Gabinete Civil, estabelecida pela Lei Delegada n.º 23, de 17-07-67;

- Dec. 2.754 — Complementando a estrutura básica do Departamento de Material e Patrimônio, estabelecida na Lei Delegada n.º 11, de 13-11-67;
5/7/68
- Dec. 2.759 — Complementando a estrutura básica do Departamento de Transportes, estabelecida na Lei Delegada n.º 8, de 13-11-67;
19/7/68
- Dec. 2.762 — Complementando a estrutura básica da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça;
19/7/68
- Dec. 2.792 — Complementando a estrutura básica da Secretaria da Indústria e do Comércio;
13/7/68
- Dec. 2.829 — Complementando a estrutura básica do Departamento de Edificações e Obras;
9/9/68
- Dec. 2.938 — Complementando a estrutura básica do Departamento de Terras e Colonização;
27/11/68
- Dec. 2.948 — Complementando a estrutura básica do Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola.
5/12/68

Além desses decretos de complementação, foram lavrados outros também relacionados com a Reforma Administrativa, a saber:

- Dec. 2.749 — Dando nova estrutura ao Departamento Estadual de Trânsito, adequando-o às exigências do novo Código Nacional de Trânsito;
27/6/68
- Dec. 2.778 — Definindo a desconcentração geográfica e a descentralização das atividades dos órgãos executivos da Administração Direta e Indireta e criando as Regiões Administrativas;
6/8/68
- Dec. 2.782 — Estabelecendo a estrutura da Fundação Hospitalar do Espírito Santo;
6/8/68
- Dec. 2.949 — Estruturando a Fundação Espírito Santense do Bem Estar do Menor;
5/12/68
- Dec. 2.836 — Estruturando o Conselho Estadual de Recursos Fiscais.
11/10/68

Ainda com referência à reestruturação dos diversos órgãos, foram elaborados estudos concernentes às Secretarias de Saúde e Assistência, Segurança, Agricultura, Conselho Estadual de Educação e Conselho Estadual de Cultura.

Em 1968, foram computados os elementos constantes do Censo dos Servidores, realizado no exercício de 67.

Já está autorizada em lei a criação do Serviço Estadual de Racionalização e Contrôlo Operacional, com a finalidade de executar, por processos eletromecânicos e eletrônicos todos os serviços de processamento de dados e informações necessárias aos órgãos da administração centralizada e descentralizada.

A execução de todo êsse vasto e completo programa far-se-á através de moderníssimo equipamento eletrônico a ser adquirido e cujos resultados espera-se sejam compensadores.

b) SISTEMA DE ASSESSORAMENTO

Assessorias Ao conceber imprescindível a instituição da Reforma Administrativa, entendíamos não poder a Administração Pública permanecer jungida às amarras de uma estrutura ultrapassada, opondo aos governantes dificuldades de toda natureza.

Quando problemas de ordem jurídico-administrativo, do mais alto interesse público, requeriam pronunciamentos sobre o seu aspecto legal, era de se ver a disparidade interpretativa constante dos pareceres, ocasionando, quase sempre, verdadeiro obstáculo ao entendimento exato da matéria.

Impunha-se, em face do que ocorria, a criação de um órgão específico destinado a prestar uma permanente assistência ao Governo, no que tange a encontrar a solução dos intrincados problemas jurídicos da administração.

Foi, então, através da Lei Delegada n.º 15 que se criou a Consultoria Geral do Estado, mas tarde regulamentada pelo Dec. 2.704 de 11-03-68.

O novo órgão procurou, no exercício passado, cumprir, satisfatoriamente, as suas finalidades.

E' certo que alguns setores da Administração ainda não se encontram servidos de Assessores Jurídicos e a isto se deve, tão somente, não estar provido de todo o quadro de Assistentes Jurídicos, que, no momento, registra um número de nove (9) vagas.

Composto de apenas 12 servidores, a Consultoria Geral consigna em seu relatório, a necessidade de mais alguns funcionários sob o argumento de que só assim poderá melhor cumprir suas atribuições.

Para fazer face às diversas categorias de despesas, inclusive a de pessoal, necessitou o Governo baixar o Decreto 2.889/68 abrindo o crédito especial de NCr\$ 120.455,00 (cento e vinte mil quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros novos), o que foi feito após autorização legislativa constante da Resolução n.º 1.145.

No âmbito das Assessorias setoriais, o quadro abaixo consigna o trabalho realizado, no exercício de 1968:

GABINETE CIVEL

Assessor Jurídico: Dr. Victor Rodrigues da Costa

Informações em Mandado de Segurança	10
Elaboração de Mensagens e Projetos de Lei	21
Contrato e Convênios	7
Estatutos	3
Viagens	10
Minutas de Escrituras	3
Pareceres	18

SECRETARIA DO INTERIOR E ASSUNTOS DA JUSTIÇA

Assessor Jurídico: Dr. José Ribeiro Filho

Pareceres	79
Diligências	1
Análise	1

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Assessor Jurídico: Dr. José Ferreira de Carvalho

Pareceres	67
Pedidos de diligências	2
Contratos	3
Convênios	8
Mandado de Segurança	2

SECRETARIA DA FAZENDA

Assessor Jurídico: Dr. Francisco José Vervloet

Pareceres	90
Processos Administrativos	24
Informações	12

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Assessor Jurídico: Dr. Osmar Valderes Oliveira

Pareceres	445
---------------------	-----

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Assessor Jurídico: Dr. José Antonio de Figueiredo Costa

Pareceres 15

Obs. Este assessor, a 25 de abril de 1968, deixou a Secretaria para assumir a Chefia do Serviço de Imprensa do Gabinete do Senhor Governador.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS

Assessor: Dr. José Augusto Barros Guimarães

Obs. Todos os órgãos vinculados a esta Secretaria, dispõem de assessoria jurídica própria, daí a pequena participação deste assessor que, todavia, prestou seus serviços, eventualmente, a diversos outros órgãos vinculados às várias Secretarias de Estado.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Assessor: Dr. Helio Charpinel Goulart

Pareceres 21
Mandados de Segurança 7

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

Dr. José Augusto Barros Guimarães

Pareceres 112

ASSESSORIAS ADMINISTRATIVAS O advento da Reforma Administrativa, neste Estado, instituída pela Lei 17.07.67, teve por objetivo, a um só tempo, derruir uma estrutura arcaica e superada e fornecer à Administração os elementos estruturais e dinâmicos necessários à realização dos fins a que o Estado se propõe.

O DAG surgiu, assim, por meio da Lei Delegada n.º 1 de 26-09-67, para substituir ao então DSP, cuja capacidade de ação há muito não vinha satisfazendo, inclusive em razão da centralização existente, que não permitia o desfôgo necessário capaz de possibilitar uma tramitação processual rápida.

Com a criação das Assessorias de Assuntos Administrativos Correntes, no âmbito setorial das Secretarias de Estado, cada uma executando no seu âmbito limitado as tarefas que, no todo compe-

tem ao DAG, pode-se, hoje, já sentir uma sensível melhoria no desenvolvimento dos trabalhos de rotina, que vão, assim descongestionando, aos poucos, os seus serviços e melhor atendendo aos interesses da parte.

Lamentavelmente, apenas nove (9) foram aprovados no exame de proficiência para preenchimento dos cargos de Assessor, número insuficiente para atender às necessidades da Administração, considerando que há doze (12) órgãos setoriais, agravando-se ainda mais a situação com a desistência de um dos admitidos. Após curto período de estágio foram os Assessores distribuídos nas Secretarias da Agricultura, Saúde e Assistência, Serviços Públicos Especiais, Indústria e Comércio, Interior e Assuntos da Justiça, Educação e Cultura, Extraordinária para Assuntos do Gabinete Civil e o próprio DAG.

Estes Assessores vem prestando um trabalho satisfatório, correspondendo, mesmo, às necessidades da Administração.

O DAG já se prepara para fazer realizar um concurso com vistas ao preenchimento dos demais cargos, o que, então, irá atender a todos os órgãos setoriais da Administração.

A realização de trabalho de microfilmagem dos documentos arquivados, ora em cogitação por parte do Secretário Extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa, poderá solucionar, satisfatoriamente, os problemas relativos ao Arquivo Público.

No conjunto de suas atribuições, o DAG desenvolveu um trabalho expressivo, traduzido não apenas na execução de sua atividade rotineiras, assim compreendido no cadastramento e fichário do funcionalismo, emissão de pareceres, elaboração de atos, expedição de certidões e etc.

Vale acentuar o outro aspecto de sua finalidade, para a qual a sua ação também se dirigiu.

Uma série de medidas indispensáveis procurou tomar o DAG, em relação ao pessoal, com a uniformização de denominações, o estabelecimento de carreiras, a padronização de vencimentos, sem se falar da ênfase que se procura emprestar à realização de concursos, inclusive de serventes, além da obstinada preocupação de se aperfeiçoar o critério de mérito funcional.

E' possível que em razão dessa preocupação excessiva de uniformizar, padronizar, de fixar critérios, formalizar o ingresso no serviço público através a prestação de concursos, tenha havido uma pequena reação ditada por interesses contrariados daqueles que se beneficiaram a custa dessa estrutura arcaica, que permitia aos go-

vernantes, inclusive, a efetivação de favores ou a omissão de providências indispensáveis ao aprimoramento da máquina administrativa.

Diretoria de Pessoal — A Seção de Classificação de Cargos e Cadastro além de proceder a estudos em processos relacionados com os mais diversos assuntos de pessoal, exerceu o Contrôlo em fichários, que contém o registro de 13.798 servidores do Estado, assim distribuídos:

- 1.042 — ocupantes de cargos de provimento em comissão;
- 12.508 — ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- 158 — contratados, inclusive pela C.L.T. e 90 diaristas.

A Seção de Direitos e Vantagens procedeu a estudos de processos, emitindo pronunciamentos que alcançaram os seguintes totais:

a) gratificação adicional	2.618
b) aposentadorias em geral	201
c) aposentadorias (Lei Delegada 21)	199
d) certidões	366
e) averbações	173
f) licenças prêmios	427
g) agregações	7
h) auxílio-doença	6

Concursos Públicos — Não obstante o registro já feito, relativamente a realização, por parte desta Diretoria, do concurso para Assessor de Assuntos Administrativos Correntes, vale consignar outros que foram elaborados por ela, através de suas seções de Seleção, Aperfeiçoamento e Avaliação de Mérito e de Organização e Racionalização de Serviços.

Assim, além do citado concurso, foi realizado o de seleção de candidatos a Escriurário-Datilógrafo para a Prefeitura Municipal de Vitória, e procedidos os trabalhos de abertura e encerramento de inscrições destinadas aos concursos de provas e títulos para cargos de Médicos, Dentistas e Assistentes Jurídicos do Quadro Único do Estado a serem realizados próximamente.

Registre-se, ainda, que à Direção do DAG coube, nos limites de sua competência, proferir despachos em processos que encerraram assuntos mais diversos, expedir 127 exposições de motivos, elaborar vários projetos de leis e decretos, deferir 613 pedidos de certidão, 2.116 de gratificação adicional, 153 de averbação de tempo de serviço, 112 de licença prêmio, 1 de "agregação", tendo indeferido 502 pedidos de gratificação adicional, 20 pedidos de aver-

bação de tempo de serviço, 315 de licença prêmio e 6 de "agregação".

C) **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — CODEC**

O ano de 1968 marcou o início das atividades do CODEC, órgão de Assessoramento Superior da Administração Estadual

O equacionamento, treinamento e implantação de um sistema de organização e de pessoal se fizeram sentidos, de imediato, em moldes a que pudessem ser atendidas as finalidades do novo órgão.

Através do CODEC foram elaborados os seguintes projetos:

- solicitando financiamento para os Programas Agropecuários, Educação, Saúde, Saneamento e Transportes — Banco do Brasil — no valor de NCr\$ 8.000.000,00;
- financiamento para o Plano de obras Rodoviárias — DELTEC no valor de NCr\$ 61.550.000,00;
- Rodovias de Acesso à BR-101 e BR-262 — Projeto "Espinha de Peixe" BNDE/DNER — no valor de NCr\$. 40.900.000,00;
- linhas de transmissão e subestação do Norte do Estado — BNDE — no valor de NCr\$ 7.273.317,20;
- programa de Eletrificação, Rodoviário e Água — Empreendimento externo no valor de US\$ 10.000.000;
- empréstimo destinado à aquisição de máquinas da Itália e destinadas ao DER, DERMAG, DEO e APV;
- estudos de Viabilidade Econômico-Financeira para o Serviço de Abastecimento d'água em municípios do Norte do Estado;
- proposta orçamentária para 1969, encaminhada à Assembléia Legislativa em 30-09-68;
- Plano Trienal de Desenvolvimento do Estado e Orçamento Plurianual de Investimentos — 1968-1970 preparado em conjunto com ASTEL - Assessores Técnicos Ltda.

O Plano Trienal de Desenvolvimento se constitui numa mensagem de intenções do Governo quanto às realizações, previstas para o período de 68/70 e cuja execução decorrerá da utilização de todas as fontes interna e externa de recursos a serem obtidos. O Orçamento Plurianual de Investimentos foi elaborado pela primeira

vez, em 1968, cumprindo exigências de legislação federal específica, tendo sido o Espírito Santo um dos primeiros a atender àquêle dispositivo legal.

No que se refere a estudos diversos, foram elaborados os seguintes trabalhos:

- Proposta de criação de Núcleo Industrial em Vitória;
- Análise comparativa do Empréstimo Externo e Financiamento proveniente do BNDE/Weston Corporation;
- Análise sôbre criação de Bonus de Desenvolvimento do Espírito Santo e incentivos fiscais para importação de mercadorias através do Porto de Vitória;
- Projeto de lei para a criação de Bonus de Desenvolvimento;
- Estudo sôbre Prêmio Produtividade evidenciado: sistema de cálculo e retificação de decreto regulamentador;
- Pesquisa Industrial da Grande Vitória;
- Levantamento Sócio-Econômico da Região da SUDESITA.

As Assessorias de Programação e Orçamento, não obstante vinculadas diretamente ao CODEC, funcionam em cada um dos órgãos setoriais da Administração, dentro de suas atividades específicas, tendo tôdas elas desenvolvido um trabalho proveitoso, inclusive, prestando, ainda, seus serviços na Secretaria do CODEC.

D) AS DIFICULDADES DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA:

Entre as inúmeras dificuldades encontradas para efeito de implantação da Reforma, há que se destacar a legislação federal que sustou a possibilidade de contratação de pessoal técnico, capacitado para as tarefas típicas e inerentes a um trabalho de natureza especializada.

Também a não renovação e não atualização no quadro de pessoal constitue sério empecilho ao trabalho de implantação da Reforma.

E' bem verdade que já foram ultimadas as providências concernentes à contratação de empresa encarregada de proceder a uma política de treinamento, o que poderá apresentar, no futuro, resultado satisfatório.

Até, mesmo, dificuldades de localização física dos órgãos, desprovidos de sistemas modernos de racionalização de trabalho, contribuem para que essa implantação se faça menos rapidamente, não obstante tenhamos de compreender que ela terá que se dar, por etapas, reconhecida a multiplicidade e complexidade dos problemas naturais, ou dela decorrentes.

E) — GABINETE CIVIL E MILITAR

O Gabinete Civil, no exercício de 1968, cumpriu, satisfatoriamente, as tarefas de sua competência.

De acôrdo com a estrutura estabelecida pela lei Delegada n.º 23, de 17-11-67 e pelo Decreto n.º 2.738, de 10-6-68 que o regulamentou, conta o Gabinete Civil com os seguintes órgãos:

- 1 — Assessoria de Assuntos Administrativos Correntes;
- 2 — Assessoria Jurídica;
- 3 — Assessoria de Programação e Orçamento;
- 4 — Adjutoria de Gabinete;
- 5 — Serviço de Imprensa; e
- 6 — Escritórios de Representação do Estado.

As três (3) Assessorias funcionaram em ritmo de atividade constante, muito exigindo de seus titulares para bom desempenho das atribuições que lhe são conferidas. A tramitação processual alcançou novo recorde, ultrapassando, assim, o movimento ocorrente nos dois últimos exercícios.

O Serviço de Imprensa vem coordenando, satisfatoriamente, a divulgação das atividades do Governo, inclusive, através da edição de um Boletim Informativo diário, distribuído aos órgãos de imprensa de todo Estado, aos órgãos da Administração, às municipalidades, etc.

Por meio dêsse Boletim tem o Serviço de Imprensa não só objetivado divulgar as realizações do Governo, mas, também, aclarar incompreensões a respeito de algumas medidas administrativas, necessariamente adotadas, bem assim incentivar colaborações, que se dirigidas para o bem público, serão sempre recebidas pelo Governo.

Escritórios de Representação do Estado Os Escritórios de Representação do Estado, sediados no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, já se encontram devidamente instalados, e atuando em favor dos interesses do Estado junto a órgãos da Administração Pública Federal e entidades privadas.

O Escritório de Representação no Rio de Janeiro, acha-se ainda, instalado em salas da antiga Delegacia Fiscal, na rua da Quitanda, 20 — 8.º andar, devendo, porém, ser transferido para a rua Visconde de Inhaúma, 134 — salas 913 e 914, imóvel êste adquirido, pelo Estado, à Companhia de Luz e Fôrça Alegre-veado, tão logo se procedam as adaptações necessárias.

O Escritório de Representação, sediado em São Paulo, foi criado quando da regulamentação do Gabinete Civil.

Funciona na Av. Paulista, 726, 16.º andar, e o Govêrno, já no corrente ano, cuida da aquisição de um imóvel, na Capital paulista, com vista à sua instalação definitiva.

O Escritório de Representação em Brasília, Capital da República, acompanha todos os feitos em que o Estado seja parte interessada, principalmente junto aos Tribunais e Ministérios ali localizados, funcionando, no momento, de modo precário.

**Regiões
Administrativas**

As Regiões Administrativas vêm sendo providas, paulatinamente, com a nomeação dos respectivos Oficiais de Gabinete.

Em 1968, duas delas tiveram nomeados os seus Titulares, nas pessoas do Sr. Belmiro Perini, para a 4a. Região Administrativa, com séde em Santa Teresa, e o Sr. Antonio Ferreira Penedo Sobrinho, para a 5a. Região Administrativa, com séde em Alegre. Este último, porém, infelizmente, no princípio de 1969 veio a falecer.

No corrente ano, também foi nomeado o titular da 2a. Região Administrativa, com séde em Cachoeiro de Itapemirim, na pessoa do Sr. Carlos Sardenberg, que já trata da instalação do respectivo escritório em imóvel a ser adquirido, naquela cidade, pelo Govêrno do Estado.

O Gabinete Militar da Governadoria entre outras atividades, cumpriu no ano de 1968, as seguintes:

Acompanhou o Senhor Governador, em tôdas as suas viagens no interior do Estado; estabeleceu o sistema de remessa de correspondências por malote diário, com o Escritório de Representação do Estado na Guanabara; elaborou a relação das principais autoridades componentes da Administração Pública Estadual, com os respectivos telefones; elaborou o Programa de Inauguração de Obras e Serviços, em comemoração do 5.º aniversário da Revolução e 2.º da Administração — Christiano Dias Lopes Filho; coordenou juntamente com outros órgãos, a segurança dos Chefes e Representantes de Estado, em visita ao Espírito Santo; participou do cerimonial por ocasião das visitas ao Estado, de autoridades e representantes Diplomáticos; representou o Senhor Governador em diversas solenidades comemorativas, recreativas, fúnebres, etc.; procedeu a sindicâncias administrativas por determinação do Senhor Governador.

SAÚDE

SAÚDE

S A Ú D E

Após as medidas preliminares, tomadas no exercício de 67, que permitiram dimensionar os problemas de Saúde Pública do Estado e equacionar a sua programação, a Secretaria de Saúde e Assistência executou, no exercício de 68, as seguintes medidas administrativas:

- a) — início do plano de fixação de profissionais de medicina (médicos e dentistas), no interior do Estado, principalmente nos municípios que não dispunham desses profissionais; plano aprovado pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), órgão do Ministério do Trabalho e Previdência Social que participa mensalmente com a quantia de NCr\$... 50.250,00 suplementando os salários ou vencimentos de médicos e dentistas do Estado;
- b) — intensificação do programa de combate às doenças transmissíveis mediante a imunização sistemática das populações urbanas e rurais, estas atendidas por equipes volantes;
- c) — ampliação da capacidade da rede hospitalar do Estado, principalmente em relação a leitos para lepra, doenças mentais e tuberculose;
- d) — construção de novas Unidades Sanitárias;
- e) — reforma e recuperação física de 2/3 das Unidades Sanitárias existentes e início de seu reequipamento;
- f) — início de construção do novo prédio para abrigar os serviços da Secretaria de Saúde e Assistência;
- g) — intensivo e amplo treinamento de pessoal, tanto de nível superior como auxiliar e;
- h) — integral cumprimento das obrigações financeiras decorrentes de convênios firmados com o Ministério da Saúde para execução de encargos através do Departamento Nacional de Endemias Rurais (combate à Doença de Chagas e ao escorpião) — Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (obras de abastecimento d'água no interior) — Serviço Nacional de Doenças Mentais (obras no Hospital Colônia "Adauto Botelho") — Serviço Nacional de Tuberculose (incremento)

to da luta anti-tuberculose) Serviço Nacional de Lepra (intensificação da campanha contra a Lepra).

Cabe aqui ressaltar a efetiva participação do Governo do Estado em campanhas de Saúde Pública da competência do Ministério da Saúde. Foi o que se verificou, principalmente em relação à Doença de Chagas e ao escorpião. Por haver o Ministério da Saúde informado a sua impossibilidade financeira para estudar e esclarecer o problema da possível transmissão da tripanossomose cruzi que vinha intranquilizando as comunidades onde o vetor da terrível doença vinha sendo encontrado com certa frequência, principalmente após a divulgação de limitada e deficiente pesquisa realizada pelo Departamento de Microbiologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo, o Governo do Estado firmou convênio com aquele Ministério, participando com a quantia de NCr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros novos) para conhecimento da extensão do grave problema de Saúde, estudo de medidas objetivando a sua profilaxia, identificação das espécies de tratomíneos de ocorrência no Estado e delimitação da área de infestação. Tal convênio veio atender também ao combate ao escorpião no município de Cachoeiro de Itapemirim em razão da facilidade operacional e levando em conta que o mesmo inseticida, o B.H.C. (hexa-cloro-benzeno) é utilizado tanto no combate ao barbeiro como ao escorpião. Além disso atendia aos reclamos da população de Cachoeiro de Itapemirim onde já se verificara a ocorrência de três óbitos por picada de escorpião.

Com relação ao saneamento do meio ambiente rural, o Estado participou com a importância de NCr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros novos), mediante convênio com a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (F.S.E.S.P.), no sentido de favorecer a melhoria ou ampliação de pequenos serviços de abastecimento d'água.

Higiene da Criança Considerando que todas as medidas sanitárias visam melhorar as condições de saúde da criança e por isso as atividades relacionadas com esse grupo etário constituem, isoladamente, a parte mais importante, justo seria destacá-la e considerar como satisfatórios os resultados obtidos, conforme atestam os dados referentes aos anos de 1967 e 1968.

ATENDIMENTO	1967	1968	TOTAL
de Gestantes	14.548	15.766	30.314
de Infantes	21.460	31.599	53.059
de Pré-escolares	52.115	68.780	120.895
de Escolares	39.554	65.165	104.719
T O T A L	221.825	295.756	517.621

Constituindo a Unidade Sanitária, em nosso meio, o único recurso encontrado pela população pobre e doente no sentido de minorar suas misérias físicas e seus males, passaram a assistência médica e a farmacêutica a se constituírem atividades expressivas das Unidades Sanitárias, principalmente nos dois últimos anos, face a extensão da rede sanitária, seu melhor aparelhamento e a sua maior disponibilidade medicamentosa. Em 1967 foram proporcionadas 94.148 consultas e no corrente ano, a apreciável soma de 114.486.

Assistência Odontológica A Diretoria de Odontologia Sanitária, no corrente ano, apresenta um rendimento altamente eficiente e econômico, como reflexo da organização e do trabalho iniciado no ano anterior. Assim é que através dos gabinetes dentários localizados nas Unidades Sanitárias do Estado foram realizados 72.024 atendimentos e 102.384 extrações, que correspondem a um aumento de quase 50% quando comparados aos 47.151 atendimentos e 71.350 extrações do ano de 1967.

As equipes móveis, atendendo preferencialmente os escolares da chamada Grande Vitória, no ano de 1968, exerceu suas atividades nos Grupos Escolares Maria Ericina Santos, Colatina Mascarenhas, Irmã Maria Horta, Florentino Avidos, Ofélia Escobar, Gomes Cardim, Liberata Sette, Rotary, Amenophis de Assis e Mário Braga, perfazendo um total de 11.201 atendimentos com 7.344 tratamentos completados sendo 4.070 obturações à porcelana e 23.348 obturações a amálgama, fazendo um total de 29.418 obturações. Foram recuperados 9.505 molares de 6 anos e foram feitas 3.149 extrações.

O custo operacional de cada tratamento ficou em NCr\$ 22,25. Cada serviço executado saiu na base de NCr\$ 3,20. Dados esses muito importantes, principalmente quando comparados com os da Fundação SESP, na assistência odontológica ao escolar que, trabalhando com dentistas isolados, gastou em média NCr\$ 5,00, por serviço executado.

Conseguiu-se recuperar os gabinetes dentários de Mucurici, Pinheiro, Nova Venécia, São José do Calçado, Mantenópolis, Pancas, Montanha, Guaçuí, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Casa de Detenção e Sanatório "Oswaldo Monteiro".

Além dessa recuperação de consultórios, foi também efetuada a reforma e pintura de 4 equipes móveis de Vitória e 1 de Cachoeiro de Itapemirim.

Doenças Transmissíveis As atividades desenvolvidas pelo Dispensário do Centro de Saúde da Capital, no que concerne à tuberculose, dão uma amostragem significativa da lu-

ta que se desenvolve contra a endemia em todo o Estado. Em 1968, foram inscritos naquele Dispensário 541 doentes e 1.720 comunicantes. As unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde e Assistência, vêm progressivamente, sendo equipadas e se integrando na campanha contra a tuberculose.

Também o combate à endemia leprótica mereceu a atenção do Estado em razão da relevância que assume, devido as suas graves repercussões econômicas e, particularmente, sociais. Face à impossibilidade do Governo Federal em arcar com o ônus integral do seu controle, o Estado intensificou as suas atividades nesse setor através de suas Unidades Sanitárias, que além de procederem revisões periódicas de pacientes já diagnosticados, conseguiram fichar 173 novos doentes com várias formas clínicas.

Felizmente a situação do Estado em relação à Doença de Chagas é satisfatória. Graças aos recursos proporcionados pelo Governo Estadual, pôde o Departamento Nacional de Endemias Rurais inspecionar 14.780 residências em diversos municípios das quais em apenas 34 foi encontrado o inseto transmissor sendo que apenas quatro destes portadores do agente etiológico da doença, fato que revela um índice de infecção natural muito baixo e sem maior significação sanitária. Mesmo assim o combate do vetor por meio de inseticida de ação residual foi estabelecido nas residências da área.

Doenças Transmissíveis Agudas

A incidência, embora baixa, de difteria, tétano, coqueluche, febre tifóide e poliomielite em nosso meio, retrata por certo, descuido da Saúde Pública no que concerne à profilaxia dessas doenças, perfeitamente evitáveis pelos recursos imunitários há muito tempo disponíveis.

Durante o ano de 1968 o incremento da vacinação contra essas doenças transmissíveis agudas foi notável como se depreende dos dados numéricos abaixo indicados:

a) Vacinação anti-tetânica	66.554
b) Vacinação anti-diférica	61.878
c) Vacinação anti-pertussis	58.824
d) Vacinação anti-pólio	140.897
e) Vacinação anti-tifóidica	126.019

Doenças Pestilenciais

Apresentando-se predominantemente, sobre a forma "menor", o que justifica a sua baixa letalidade, continua, entretanto, a varíola a ser uma doença endêmica em nosso Estado como, aliás, observa-se em todo o país, apesar dos elevados índices de imunização alcançados nesses últimos anos,

conforme atestam as cifras de 196.215 e 286.206, referentes a 1967 e 1968 respectivamente.

Esse notável incremento foi conseguido, além da eficiência demonstrada pelas Unidades Sanitárias, pela criação de duas Unidades Volantes que tiveram como área de atuação os municípios de Serra, Ibiragu, Fundão, Aracruz, Domingos Martins e Viana.

Muito embora o sucesso alcançado, é pensamento do Governo eliminar, para sempre, essa endemia de nosso meio, razão pela qual solicitou da Campanha Nacional de Erradicação da Varíola que suas atividades fôssem extendidas ao Estado o mais rapidamente possível. Os esforços foram coroados de êxito e podemos anunciar, com satisfação, que aquela Campanha iniciará suas atividades no Espírito Santo, no primeiro trimestre do próximo ano.

Unidades Sanitárias Em 1968 foram construídas as Unidades Sanitárias de Bôa Esperança — Ibiragu — Anchieta — Piúma — Santa Maria de Jetibá e concluída a de Presidente Kennedy. Para 1969 está prevista a construção das sedes próprias das Unidades de Pinheiro — São Gabriel da Palha — Apiacá — Santa Teresa e Jerônimo Monteiro. Estão previstos, também, a construção e o equipamento de um Centro de Saúde em Linhares e de outro em Nova Venécia.

A recuperação física das Unidades Sanitárias tornou-se imperativa face as condições de deterioração dos imóveis pela falta de conservação. Dispendeu-se a importância de NCr\$ 250.166,76 na recuperação, reforma ou ampliação de 32 Unidades Sanitárias. Pretende-se em 1969 completar a reforma ou ampliação das demais.

Profissionais de Saúde Com exceção dos municípios de Conceição do Castelo, Nova Venécia, Bôa Esperança e Mantenópolis, os demais possuem pelo menos um médico do Estado. Graças a convênio firmado com o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), do Ministério do Trabalho e Previdência Social foi possível ao Governo, oferecendo melhores e mais dignas condições de remuneração, fixar médicos e dentistas em 17 municípios além de acrescer o número desses profissionais em outros para atender a uma maior demanda.

Laboratórios O Laboratório Regional de Vitória, antigo Laboratório Central da Secretaria de Saúde e Assistência, foi, em 1968, inteiramente reformado em suas instalações físicas passando assim a proporcionar mais conforto e higiene aos seus técnicos e demais funcionários e a oferecer um melhor padrão de atendimento ao público. Foi também consideravelmente aparelhado tendo renovado em quase cem por cento (100%) o seu material permanente de forma a poder cumprir o papel que realmente o la-

laboratório representa na infra-estrutura dos serviços de Saúde Pública. Dessa forma, recebeu em 1968, novos e modernos microscópios, centrifugadores, estufas, autoclaves, balanças de precisão, além de sais, meios de cultura, corantes e antígenos, de que tanto e há longo tempo carecia.

Dessa forma, pôde o Laboratório Regional de Vitória atingir a cifra recorde de 72.165 exames durante o exercício de 1968, duplicando praticamente sua capacidade de atendimento:

Exames realizados:

a — Sangue	29.492
b — Urina	25.246
c — Fezes	12.087
d — Escarro	4.747
e — Secreções	518
f — Colimetria	75
T o t a l	72.165

O bacilo de Koch (tuberculose), foi pesquisado em 4.447 pessoas, o bacilo de Hansen (lepra), em 450, o bacilo diftérico (crupe) em 16 e o gonococo em 21. Foram realizadas também 16.929 reações de V.D.R.L. (sífilis).

O Laboratório Regional de Cachoeiro de Itapemirim que atende a uma vasta área do sul do Estado terá seu equipamento completado no próximo ano de 1969.

O Laboratório Regional de Colatina atende, atualmente, a toda a região norte do Estado. No Orçamento Geral do Estado para 1969, foram consignados recursos para dotá-lo de novas instalações e de equipamentos mais modernos e de maior rendimento porque é o mais precário dos Laboratórios Regionais. Dispõe de reduzido número de técnicos e de pessoal auxiliar, funciona em instalações inadequadas e seu equipamento é considerado obsoleto.

Estão relacionados abaixo os rendimentos dos Laboratórios Regionais de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina:

Exames realizados	Cach. de Itapemirim	Colatina
a) Sangue	10.257	320
b) Urina	6.440	694
c) Fezes	13.347	2.083
d) Escarro	997	605
e) Secreções	551	—
f) Colimetria	—	—
T O T A I S	31.592	3.607

Em face da crescente demanda verificada na região norte do Estado, deverão ser instalados em 1969 mais dois Laboratórios Regionais que funcionarão nos Centros de Saúde a serem construídos nas cidades de Nova Venécia e de Linhares.

O Laboratório Industrial também foi reequipado em 1968 tendo em vista que suas máquinas já desgastadas pelo uso vinham apresentando baixos rendimentos e sucessivas despesas com reparos e adaptações. Em consequência, com o mesmo número de funcionários passou a apresentar produção considerada satisfatória:

Produção	Unidade	1966	1967	1968
Protoxalato de ferro	comprimidos	322.000	986.000	2.015.000
Adipato de piperazina	comprimidos	1.125.000	681.600	1.401.700
Sulfadiazina	comprimidos	280.000	512.000	410.000
Ácido acetil salicílico	comprimidos	241.600	316.600	415.000
Sulfaguanidina	comprimidos	124.000	—	—
Anti-gripal	ampôla	15.000	3.200	15.000
Sulfanilamida	(pomada - lata)	—	2.050	550
Tintura de iodo	frasco	553	225	2.165
Mercúrio cromossolução	frasco	677	296	2.100

O dispêndio com aquisição de drogas para manipulação pelo Laboratório Industrial importou em 1968, em NCr\$ 31.961,05 que somados às despesas anuais com o funcionalismo que ali trabalha da ordem de NCr\$ 6.201,60 perfaz o total de NCr\$ 38.161,65. Considerando-se que pelos preços vigentes nos Laboratórios privados a aquisição dos medicamentos fabricados importaria em NCr\$..... 156.449,50, observa-se que houve, em favor do Estado uma economia líquida de NCr\$ 118.286,85 proporcionada pelo Laboratório Industrial.

Assistência Médica Hospitalar Além de investimentos levados a efeito em diversos Hospitais, foi dada ênfase, sobretudo, ao prosseguimento do programa iniciado em 1967 de combate às distorções técnico-administrativas com o objeto de proporcionar às Unidades Hospitalares um funcionamento racional e econômico. Dêsse modo, foi obtido um melhor rendimento, como demonstram os índices abaixo:

Anos	Admissões	Pacientes/dia
1967	6.294	652.016
1968	8.036	553.241

Obras e Melhoramentos Em todos os Hospitais da rede pertencente ao Estado tiveram prosseguimento as obras de recuperação física dos imóveis e das instalações hospitalares.

Merecem especial referência no setor da assistência médico-hospitalar os seguintes investimentos:

1 — a construção de um pavilhão, com dois pavimentos anexo ao Hospital 'Oswaldo Monteiro', da Ilha da Pólvora que permitiu o aumento da capacidade do Sanatório em 70 novos leitos;

2 — a construção de um pavilhão destinado a Administração do Hospital Colônia "Adaauto Botelho";

3 — conclusão da construção do Centro Médico-Cirúrgico do Hospital Colônia "Dr. Pedro Fontes", em Itanhenga, com capacidade para 80 leitos e;

4 — construção de duas enfermarias para pacientes contri-
buintes no Hospital "Dr. Jones Santos Neves", em Baixo Guandu.

Foi, também, efetuado o levantamento do equipamento hospitalar e a avaliação de suas necessidades para os próximos vinte anos. Os estudos realizados demonstraram que o reequipamento da Rede Hospitalar importa em um investimento da ordem de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos). Ante o vulto do investimento, foram realizadas gestões no sentido da aquisição de todo o equipamento mediante financiamento estrangeiro.

Fundação Hospitalar Foram promovidas as medidas necessárias à regulamentação, instalação e funcionamento da Fundação Hospitalar do Espírito Santo.

Estas foram as principais atividades no setor da assistência médico-hospitalar. Nem todos os problemas puderam, ainda, ser equacionados, mas estamos seguros de que adotamos o caminho certo: a Fundação Hospitalar, com sua estrutura moderna e funcional, terá os instrumentos necessários para remover os obstáculos que ainda dificultam a dinâmica hospitalar.

EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO E CULTURA

PRÉ-PRIMÁRIO Com a criação de 5 (cinco) Jardins de Infância, que funcionam em próprios de entidades particulares ou de Prefeituras Municipais, elevou-se de 16 (dezesesseis) para 21 (vinte e um) o número de unidades escolares de nível pré-primário, no Estado, durante o exercício de 1968, num acréscimo total de 21 (vinte e um) salas de aula.

Os novos Jardins de Infância estão assim distribuídos

NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE
Jardim de Infância "Aquidabam"	Cachoeiro de Itapemirim
Jardim de Infância "José de Anchieta"	Alfredo Chaves
Jardim de Infância "Santa Tereza"	Santa Tereza
Jardim de Infância "Marcelo Corrêa"	Colatina
Jardim de Infância "Carlos Roberto Menegatti"	Colatina

No atendimento à infância pré-escolar registrou-se um acréscimo de 694 (seiscentos e noventa e quatro) matrículas, correspondendo a 43% (quarenta e três por cento) de aumento em relação ao exercício de 1967, índice realmente animador dentro de um ano. Para efeito de comparação, examinamos o movimento de matrículas apurado pela Diretoria de Ensino Pré-Primário.

Ano	Unidades Escolares	N.º Classes	Matrícula	Frequência Média
1967	16	93	1.178	1.775
1968	21	114	1.872	2.428

Em síntese as 21 (vinte e uma) novas classes criadas no exercício de 1968 ofereceram oportunidade de educação pré-primária a, efetivamente, 653 (seiscentos e cinquenta e três) novas crianças.

ENSINO PRIMÁRIO Entre os diversos fatores que contribuíam para o agravamento da situação do ensino primário, no Estado, dois deles, apareciam como principais.

1 — o elevado índice demográfico registrado no Espírito Santo, daí a demanda escolar crescer assustadoramente, a ponto de se atingir ao déficit de matrícula da ordem de 120 mil crianças da faixa etária compreendida entre 7 a 11 anos, sem que, paralelamente, houvesse um número de aumento de salas de aula correspondente às necessidades;

2 — A baixa qualidade do ensino ministrado que chegou a provocar o inexpressivo percentual médio de 27% de aprovações, impedindo, assim, que, nessa faixa do ensino, surgisse o número de vagas que pudesse atender a demanda dos que se iniciassem no curso primário;

Fatores sócio-culturais, sanitários e econômicos também se alinham no todo do quadro gerador das dificuldades a serem removidas.

UNIDADES ESCOLARES A rede escolar oficial do Estado apresentava os seguintes números, para o exercício de 1967, num total de 4.419 (quatro mil e quatrocentos e dezenove) unidades escolares.

TOTAL	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS REUNIDAS	ESCOLAS SINGULARES	ESCOLA APLICAÇÃO
4.419	213	82	3.796	27

NÚMERO DE CLASSES NAS DIFERENTES UNIDADES ESCOLARES

TOTAL	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS REUNIDAS	ESCOLAS SINGULARES	ESCOLA APLICAÇÃO	P.A.I.
7.676	3.466	356	3.796	58	5

MATRÍCULA Considerando-se a média de 35 (trinta e cinco) alunos por turma e um número de classes igual a 7.676 (sete mil seiscentas e setenta e seis) (excluído os P. A.I.), deveriam ser atendidas 268.660 (duzentos e sessenta e oito mil e seiscentas e sessenta) crianças. No entanto, foram matriculados apenas 251.456 (duzentos e cinquenta e hum mil e quatrocentos e cinquenta e seis) alunos. Teòricamente, a capacidade ociosa é de 17.204 (dezesete mil e duzentos e quatro), dando a impressão de condição ideal de escolarização em todo o Estado. Na realidade, isto não acontece pois o superavit de 17.204 é apenas aparente, uma vez que as classes criadas pela MOCCA, na sua maioria, não funcionam com mais de 25 (vinte e cinco) alunos, quer por não existir na localidade número maior de crianças a escolarizar, quer por serem as salas de dimensões reduzidas, via de regra instaladas em dependência de casas particulares. Situação idêntica ocorre no meio rural, onde as classes não funcionam com tôda sua capacidade em virtude da rarefação da população no nosso interior. Ao contrário disto, nas localidades de maior densidade populacional registra-se elevado número de classes com número de matrículas, com dificuldades para o rendimento escolar. Tal desequilíbrio e as medidas saneadoras estão analisadas e equacionadas no Plano de Reorganização do Ensino Primário Oficial do Espírito Santo, elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura.

PROGRESSÃO DA MATRÍCULA NO TRIÊNIO 66/68 E RELAÇÃO ALUNO/CLASSE

ANOS	CLASSES (A)	ALUNOS (B)	ALUNO/CLASSE B/A
1966	5.758	178.053	30,9 :1
1967	6.135	194.562	31,7 :1
1968	7.676	251.456	32,7 :1

PERCENTUAIS DE EVASÃO, REPROVAÇÃO E APROVEITAMENTO NO TRIÊNIO 66/68 — Percentuais sôbre a matrícula

ANOS	EVASÃO	REPROVAÇÃO	APROVEITAMENTO
1966	27,8%	31,7%	40,5%
1967	19,4%	17,5%	63,1%
1968	9,9%	13,5%	76,6%

Como se depreende do quadro anterior, todos os esforços tem sido envidados pela Secretaria de Educação e Cultura no sentido de atingir um índice de aproveitamento cada vez mais elevado no sistema educacional. A elevação do percentual de aprovações no triênio 66/68 de 40,5% para 76,6% bem demonstra, como dissemos linhas acima, o acêrto das providências adotadas.

Para reduzir os índices de evasão e reprovação foram tomadas as seguintes medidas:

- a) Curso de Aprimoramento de Professôres de 1a. série, realizado nesta Capital, em 1967;
- b) bolsas de estudo, na Guanabara, para professores de 1a. série, visando à apreensão de métodos específicos da série, a servirem como fator multiplicativo com a posterior preparação de professores no Estado;
- c) curso de Direção, para elevação da qualificação administrativa e pedagógica necessária ao exercício do cargo;
- d) cursos para Professores de Escolas de Aplicação, visando ao aprimoramento dos métodos de transmissão de conhecimento e melhor campo de treinamento e observação para as normalistas;
- e) mudança no sistema de promoção dos alunos, eliminação de provas parciais e finais e adoção do critério de promoção baseado nas notas mensais ao longo do ano letivo;
- f) convênio com o INEP/MEC para execução do Plano Piloto em classes de 1a. série, na Capital;

- g) início do Serviço de Orientação em 43 (quarenta e três) Grupos Escolares do Estado, com aproveitamento do pessoal especializado pelo INEP, através do Centro de Treinamento de Colatina;
- h) organização de classes de recuperação no período de férias para alunos com baixo aproveitamento, no exercício de 1967 e 1968;
- i) distribuição dos alunos em classe por idade cronológica

SITUAÇÃO FUNCIONAL DO PESSOAL

Registramos abaixo o quadro demonstrativo do pessoal docente que participou da movimentação empreendida no ensino primário, durante os exercícios de 1966, 67 e 68, cujos dados comparativos permitem verificar o grande esforço desenvolvido, em 1968, no sentido da provisão de maiores oportunidades de educação a nível primário.

Vale observar que embora êsse acréscimo tenha se registrado com maior intensidade na faixa de docentes, é oportuno que se registre que, na sua maioria, êle se constitui de docentes de emergência normalistas, com a qualificação necessária ao magistério primário, isto é, diplomados em curso Normal — 2.º Ciclo.

Tais índices são animadores, considerando-se a progressiva redução da necessidade de aceitação de pessoal docente com qualificação precária e o aumento contínuo do nível de preparação do nosso magistério, sabido que das 1.929 (mil novecentos e vinte e nove) docentes leigas grande número é constituído de alunas de escolas normais.

Anos Letivos	Professores Primários em regência classes	Docentes Primários	Docentes Emergência leigos	Docentes Emergência Normalistas	Total
1966	3.579	715	1.445	531	5.963
1967	3.459	742	1.509	554	6.135
1968	3.357	719	1.929	1.671	7.676

MELHORIAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS

Diversas foram as medidas adotadas com vistas a se alcançar resultados mais positivos para os problemas de ordem administrativa e pedagógica. Assim:

- 1 — Substituição das Delegacias de Ensino pelos Núcleos de Supervisão, providos por professores-supervisores e visando à orientação e supervisão de todos os professores primários do Estado.
- 2 — Ampliação do Serviço de Supervisão:
Foi ampliado o número de supervisores e de municípios atendidos, conforme se observa do quadro a seguir:

ANOS	MUN. ATENDIDOS	N.º DE SUPERVISORES
1966	40	92
1967	40	92
1968	53	122

- 3 — Criação do Serviço de Orientação.
Foi criado e implantado o Serviço de Orientação nos estabelecimentos de ensino primário, com aproveitamento de pessoal especializado em cursos do:
D.A.P. (Divisão de Aperfeiçoamento do Professor), Belo Horizonte;
C.E.P.E. (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), Guanabara;
C.T.M. (Centro de Treinamento do Magistério), Colatina e Vitória;
- 4 — Criação do Centro de Treinamento do Magistério, em Muqui;
- 5 — Encontro de diretores, orientadores e supervisores, na Capital;
- 6 — Levantamento das necessidades de Auxiliares de Gabinete e Supervisores de Merenda nos Estabelecimentos de Ensino Primário, visando à melhor distribuição do pessoal lotado;

- 7 — Elaboração de novo currículo para a Escola Primária pela Equipe de Currículos da D.E.P., com assessoria de professores especializados na EATEP;
- 8 — Levantamento de dados sobre as necessidades de material em todas as unidades escolares possibilitando melhor controle das requisições durante o ano maior economia e melhor distribuição, principalmente, no interior do Estado.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO Cursos realizados em Vitória e Colatina

- a) especialização de professores de Escola de Aplicação;
- b) treinamento para extensão de escolarização;
- c) curso para aprimoramento de orientadores;
- d) curso para professores leigos, convênio (SEC/PAMP/MEC), com treinamento de 721 (setecentos e vinte e um) cursistas, com 8 (oito) cursos, e atendimento de 41 (quarenta e um) municípios.

Todas essas medidas contribuíram sobremodo para o maior aperfeiçoamento do ensino ministrado e consequente melhor aproveitamento, do que resultou alcançar-se um expressivo índice de aprovações, o que não vinha ocorrendo, razão que, a par da inexistência de um maior número de salas de aula, em muito contribuiu para que o problema, na época, se apresentasse de difícil solução.

Chegamos, mesmo, a manter, hoje, fundadas esperanças no equacionamento do problema, não só em face dêsse aprimoramento nas técnicas do ensino que pretendemos tornar cada vez mais efetivas, como ainda em razão da política adotada de construção de unidades escolares, com aumento sensível de salas de aula que, no corrente ano, atingirá ao expressivo número de mil (1.000).

CURSOS PROGRAMADOS Foram programados no exercício de 1968 e com realização prevista para o corrente ano, os seguintes cursos:

Tipo de Cursos	N.º de Cursos	L o c a l	Data
Curso de Diretores	6	Vitória, Muqui, Sta. Teresa, Guaçui, Linhares e Colatina	Fev./69
Curso de Professores de Classes Excepcionais	1	Vitória	Fev./69
Curso de Professores Leigos	1	Muqui	Jan./Fev./69

Para o exercício de outras funções, fora da regência de classe, considerável foi o número do pessoal docente do ensino primário conforme abaixo se vê:

N.º DE ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	P.P.	D.P.
1	Merenda Escolar	258	36
2	Auxiliar de Gabinete	122	19
3	Serviços Administrativos	66	3
4	Orientação do Ensino	50	—
5	Supervisão do Ensino	121	—
6	Outros órgãos com ônus	27	1
7	Outros órgãos sem ônus	18	1
T O T A L		662	60

**DIRETORIA DE RECURSOS
AUDIO-VISUAIS:**

Suprimento de Material

A carência de material necessário ao desempenho das atividades inerentes à Diretoria foi minorada, no exercício de 1968, com a aquisição de material fotográfico e de desenho, o que muito contribuirá para que os recursos audio-visuais possam ser usados em sua plenitude. A par disso, foi providenciada a recuperação de material já abandonado, o que possibilitou não somente real economia à repartição mas a utilização dos mesmos para a sua finalidade.

**CURSOS — ORIENTAÇÃO
— TRABALHOS**

Foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 1968 um estágio sobre audio-visuais projetáveis.

Durante todo o exercício de 1968, foi dado atendimento isolado a diversos professores e alunos em todo o Estado, com orientação e incentivo para a utilização dos recursos audio-visuais.

Foram programados e levados a efeito os seguintes trabalhos:

- a) Monografia de Vitória, impressão e distribuição a diversos órgãos e ao Magistério do Estado;
- b) Trabalho sobre a Semana da Criança, 450 (quatrocentos e cinquenta) exemplares de orientação do professor primário no trato com a criança;
- c) O Espírito Santo e seus Municípios — 500 (quinhentos) exemplares, — difusão de conhecimentos sobre todo o Estado;
- d) 2 (duas) coleções de slides sobre a Cidade de Vitória.

Em fase de pesquisa, um trabalho sobre os aspectos físicos, sociais, culturais e geográficos do Espírito Santo.

Cooperação da Diretoria na confecção de cartazes para 108 (cento e oito) professores e alunos pela utilização do epidiascópio.

**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA E RECREAÇÃO**

Entendeu o Governo indispensável a extensão do Ensino da Educação Física a um maior número de uni-

dades escolares, consciente de que a cultura física tem, hoje, papel relevante na formação social da criança, além de despertar o cultivo de práticas de esporte tão necessário ao desenvolvimento orgânico.

O número de estabelecimentos de ensino primário e pré-primário que contam com serviço de educação física atingiu, no ano de 1968, a 342 (trezentos e quarenta e duas) unidades assim distribuídas:

Total	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas de Aplicação	Jardins e Parques Infantis
342	214	82	26	20

A situação funcional do corpo docente de Educação no ensino primário e pré-primário é a seguinte:

Efetivos	Interinos	Doc. Emergência Norm.	Substitutos	Aposentados	Total
212	3	16	7	4	242

No que concerne ao ensino médio oficial, todos os estabelecimentos dêsse nível dispõem de serviço de Educação Física, contando com pessoal docente próprio assim dispostos:

- 38 (trinta e oito) professores efetivos;
- 7 (sete) professores interinos;
- 22 (vinte e dois) professores readaptados;
- 72 (setenta e dois) regentes de aulas suplementares;
- 12 (doze) substitutos.

DIRETORIA DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

Também no setor do ensino médio dispendeu o Governo esforços especiais com vistas ao melhor e total atendimento aos que demandam esta faixa da educação.

E' verdade que, até há bem pouco, era de se ver o comportamento declinado de matrículas no ensino médio, compreendido o número acentuado de crianças que concluíam o setor primário.

Notava-se, talvez, que razões de ordem social e econômica, isolada ou conjuntamente, atuavam, paralelamente, com as dificuldades então existentes da precária disponibilidade de vagas, tornando, assim, o problema sobremodo grave.

Felizmente, porém, já se observa haver o próprio país expe-

rimentado um processo de desenvolvimento, guardadas as proporções, semelhante ao de outras nações assim reconhecidas como nações desenvolvidas.

Se o fenômeno existiu, haverá por certo de ter feito por amenizar a contundência que o impacto social, até então, provocava dificultando ao homem comum os meios de prosseguir em busca do seu aprimoramento intelectual.

Ora, tal progresso estaria a exigir, também, um sistema educacional compatível e adequado às exigências da época.

Dai o esforço que procuramos dispensar ao problema, ainda porque entendíamos que a educação média, imediatamente à primária teria que se tornar comum e, até mesmo, básica na formação educacional de nosso homem.

Com as providências que adotamos, desde os primeiros dias do Governo, pudemos, apenas, em 1968, fazer com que a rede oficial do ensino médio, no Estado, comportasse o aumento de mais 3.175 (três mil cento e setenta e cinco) alunos, revelando, assim, o progressivo aumento da demanda para êsse nível de ensino, demanda essa, felizmente, que o Governo, por sua nova política educacional pôde atender.

O quadro demonstrativo abaixo fixa o comportamento da matrícula no triênio 66/68.

	1966	1967	1968
1.º ciclo	20.225	23.150	26.111
2.º ciclo	913	1.149	1.363
T O T A I S	21.138	24.299	27.474

A fim de que pudesse suprir a carência dos anos anteriores e atender ao acréscimo constante no número de matrículas, no exercício de 1968 foram nomeados, efetiva e interinamente, 267 professores de ensino médio, em sua maioria, aprovados em concurso.

O quadro abaixo documenta a distribuição do atual corpo docente, em todo Estado, pelas categorias funcionais.

Total	Catedráticos	Efetivos	Interinos	Suplementaristas	Contratados
1.660	11	596	163	884	6

PLANEJAMENTO

I — E.P.E.M.E.S. Em decorrência de convênio assinado entre a Secretaria de Educação, o Ministério de Educação e Cultura e o CONTAP, para elaboração do Plano de Expansão do Ensino Médio Oficial, a Equipe de Planejamento do Ensino Médio do Espírito Santo (E.P.E.M.E.S.) prosseguiu nos seus trabalhos, procurando proceder a reformulação do plano original em face das novas diretrizes adotadas na esfera nacional.

O plano visa ao estudo do currículo específico dos ginásios orientados para o trabalho, à realização de um seminário sobre o programa e à elaboração do ante-projeto do novo sistema de Ensino no Estado.

Por razões independentes de nossa vontade, a implementação do Plano de Expansão do Ensino Médio, esteve, temporariamente, paralizado, em face dos prolongados entendimentos entre o MEC e a USAID, podendo, entretanto, voltar a desenvolver-se, normalmente, em futuro próximo, tão logo se concluem as exigências próprias a tais convênios.

II — E.A.T.E.P. (Equipe de Assistência Técnica do Ensino Primário) — O Plano Piloto organizado pela E.A.T.E.P. visa, em linhas gerais, reduzir os índices de evasão e repetência na Escola Primária.

O inexpressivo percentual verificado nas aprovações demonstra, entre outras, a má qualidade do ensino ministrado, razão por que urgia a elaboração de um Plano através do qual se procurasse promover a adequação do currículo ao nível de capacidade do aluno, o treinamento em serviço do corpo docente, o estudo do fluxo escolar e o estabelecimento de condições para o cumprimento da obrigatoriedade escolar, para regularização da idade-série e para a promoção progressiva.

Tendo, em 1968, o programa abrangido 20 (vinte) turmas em 3 (três) escolas primárias da Capital, podemos já agora antecipar que, para o corrente ano, se acha prevista a expansão de todas as classes de primeira série de nossa Capital além da continuidade a ser dada às 20 (vinte) turmas atuais durante a segunda série.

Espera-se, pois, que o Plano, pròximamente, venha a alcançar integralmente os seus objetivos, confiança esta que se funda nos resultados, até o momento, obtidos.

III — Equipe de Currículos — A Equipe de Elaboração do currículo da Escola Primária desenvolveu as suas atividades, normalmente, cumprindo o programa estabelecido de estudar o novo currículo para o Ensino Primário, nos moldes das mais modernas técnicas didáticas, com vistas a sua aplicação às necessidades dos alunos.

Registre-se que durante a elaboração do trabalho, sobretudo valiosa foi a contribuição dada pela Equipe Técnica da E.A.T. E.P.

Conselho Estadual de Educação:

Como órgão normativo da política educacional do Estado, o C.E.E. prosseguiu durante o ano de 1968, suas atividades dentro das atribuições que lhe são conferidas pela legislação estadual, tais como:

- a) Elaboração de Plano de Aplicação das verbas do P.N.E. e do Salário Educação, Cota Estadual e Cota Federal;
- b) Elaboração do Plano de Aplicação de verbas para Cursos de Aperfeiçoamento do Magistério Primário do Estado;
- c) Aprovação de currículos de professores de Ensino Superior (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina e Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim);
- d) Exame do regimento da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim;
- e) Exame para efeito de autorização para funcionamento de processo da Faculdade de Ciências Contábeis de Colatina e da Faculdade de Direito de Colatina;
- f) Autorização de funcionamento de estabelecimento de ensino normal;

- g) Planejamento de Calendário Escolar do Ensino Primário;
- h) Exame dos pedidos de isenção da contribuição legal do Salário Educação;
- i) Elaboração de normas para inspeção do Ensino Superior;
- j) Verificação de eficiência de 2 Escolas de Excepcionais;
- l) Pareceres sobre assuntos ligados ao magistério e ao ensino em geral.

POLÍTICA DE CULTURA:

A Secretaria de Educação e Cultura, até 1966, cuidava tão somente do setor educacional. A própria estrutura, existente naquela época, evidencia a afirmação que fazemos. As Divisões, Diretorias e Setores se dedicavam primordialmente às tarefas da administração central e da administração do ensino.

Somente com a criação da Divisão de Cultura e do Conselho Estadual de Cultura, passou aquela pasta a dar ênfase a uma política específica de cultura.

Nesse sentido é que se registram as seguintes atividades levadas a termo pela Divisão de Cultura:

- a) Elaboração do plano para nova estruturação das bibliotecas dos estabelecimentos estaduais de ensino;
- b) levantamento da situação cultural do Estado através de circulares aos prefeitos e diretores de educandários;
- c) entendimento com a direção do Instituto Nacional do Livro, para a viabilidade da organização de curso intensivo de Biblioteconomia;
- d) entendimentos para utilização do Teatro Carlos Gomes para a divulgação artística e cívica;
- e) participação da 1a. Reunião dos Conselhos de Cultura;
- f) participação nos entendimentos do Estado com a Cruzada ABC;
- g) promoção do concurso literário, com 202 (duzentos e dois) participantes;

- h) realização de conferências de caráter cultural, pronunciadas por intelectuais e escritores de renome estadual e nacional;
- i) entendimentos para transformação de residência em Sta. Leopoldina em Museu do Estado;
- j) estudos sobre a viabilidade de publicação de duas obras de autoria de intelectuais conterrâneos;
- l) presença a tôdas as reuniões do Conselho Estadual de Cultura.

Programa de investimentos:

I — MOCCA — Dentro do programa de investimentos e contando com recursos orçamentários próprios da ordem de NCr\$ 754.516,40 (setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e dezesseis cruzeiros novos e quarenta centavos) e, ainda, com recursos orçamentários da Diretoria do Ensino Primário no valor de NCr\$ 522.016,00 (quinhentos e vinte e dois mil e dezesseis cruzeiros novos) num total de NCr\$ 1.276.522,40 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois cruzeiros novos e quarenta centavos) a MOCCA teve meios de planejar e iniciar a construção, em todo o Estado, de 409 unidades escolares, num total de 419 salas de aula, cuja conclusão está prevista para este primeiro trimestre.

Em nossa Mensagem, dirigida no ano passado, já proclamávamos, com referência a Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo que “a solução do problema do ensino primário não poderia, evidentemente, ficar adstrita à fórmula convencional, tendo em vista, sobretudo, a carga excessiva já suportada pelo Estado, em confronto com os municípios e a iniciativa particular”.

Dentro do planejamento que elaboramos, tem sido possível amenizar as dificuldades decorrentes dessa sobrecarga, ainda porque não foi difícil ao Governo sensibilizar os grupos sociais locais, no apóio a uma constante cooperação com vistas a solução ideal do problema.

A participação da coletividade, os recursos orçamentários próprios ou em sistema de cooperação com o Governo Federal, tudo isto tem contribuído para que os resultados obtidos, até agora, sejam compensadores, objetivamente, e justifiquem os esforços dispendidos.

II — 1 — Programa de construção:

O P.N.E. participa com 593 salas distribuidas nas duas áreas de ensino, conforme se demonstra abaixo:

II — 1.1 — No ensino primário: SALAS DE AULA

n.º de salas programadas	473
Concluidas	261
Em execução	30
A Executar	182

b) Pavilhões de Artes Industriais:

n.º de pavilhões programados	4
Concluidos	4

II — 1.2 — No ensino médio:

a) Salas de aula:

n.º de salas programadas	120
Concluidas	60
Em execução	33
A Executar	27

b) Pavilhões de Artes Industriais

n.º de Pavilhões programados	7
Concluidos	6
Em execução	—
A executar	1

II — 2 — Programa de Conservação de Prédios Escolares

No que se refere a conservação de prédios escolares foram programadas 197 conservações, das quais 11 já foram concluidas, achando-se em fase adiantada de execução a programação referente às outras 186 unidades.

III — Cooperação MOCCA-PNE

A MOCCA, em sistema de cooperação com a Executória do Plano Nacional de Educação, está executando 89 obras de ampliação, conservação e construção de Grupos Escolares e Escolas Reunidas, das quais 72 no interior e 17 na região da Grande Vitória.

Programa de equipamento e material didático

No período 67/68 foram confeccionados e distribuídos:

a) pelo P.N.E.	29.890 carteiras
pelo Orçamento do Estado	3.000 carteiras

Foram, também, adquiridos, com recursos do P.N.E., materiais didáticos, audio-visuais, materiais de ensino, etc., cuja distribuição às unidades escolares foi, de imediata, iniciada.

Pesquisa e planejamento

Nos 28 municípios onde vem atuando, a MOCCA planejou e executou o levantamento populacional, estando já procedendo idêntico trabalho em 23 outros municípios, cuja conclusão se espera ocorra ainda neste primeiro trimestre.

Trata-se de trabalho de alta significação que visa a identificar, em cada área, as razões determinantes do emperramento ocorrentes no setor de ensino e que tem sobremodo dificultado a ação administrativa do Governo na solução dos problemas educacionais da região.

Programa de Alimentação Escolar:

Mediante convênio firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, a MOCCA distribuiu, diretamente, cerca de 10.000 quilos de merenda escolar, bem assim através íntima colaboração com as Coordenadorias Municipais, Supervisão de Ensino e ACARES levou a efeito a realização de cursos intensivos de treinamento de pessoal docente.

O quadro demonstrativo abaixo revela o expressivo resultado proporcionado, no setor de alimentação escolar, decorrente do convênio acima aludido, firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar:

Municípios	Escolas	Escolares	Refeições
53	5.101	325.949	68.380.796

Registre-se, nesta oportunidade, que a participação do Governo Estadual no financiamento do programa alcançou a expressiva cifra de NCr\$ 955.706,41 (novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e seis cruzeiros novos e quarenta e um centavos), o que demonstra o interesse com que a nossa Administração encara o problema da alimentação escolar.

Programa de Bolsas de Estudo:

Também em decorrência de convênio firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério de Educação e Cultura, o Serviço Estadual de Bolsas de Estudos aplicou, no exercício passado, a ele-

vada quantia de NCr\$ 111.400,00 (cento e onze mil, quatrocentos cruzeiros novos) correspondente a concessão de 1.994 (hum mil, novecentos e noventa e quatro) bolsas de estudo em caráter de renovação.

É verdade que a dotação prevista era de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), mas circunstâncias imperiosas acabaram por determinar o congelamento de 44,3% dela.

JUSTIÇA

JUSTIÇA

JUSTIÇA

Estruturação da S.I.A.J. A atual estrutura da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça foi fixada pela lei Delegada n.º 26, de 17.11.67 e complementada pelo decreto n.º 2.762, de 2.7.67.

Por efeito de sua nova estrutura, foram retirados da sua órbita os assuntos concernentes à segurança, e nela incluídos, como órgãos subordinados, a Procuradoria Geral do Estado, Diretorias de Assistência aos Municípios e de Geografia e Cartografia, além do Departamento Estadual de Estatística, da Procuradoria Geral da Justiça e do Conselho Penitenciário, como órgãos vinculados.

Sua atuação no exercício de 68 colocou em evidência os aspectos a seguir relacionados:

Serviços Judiciários Como órgão encarregado de atuar junto ao Poder Judiciário, a Procuradoria Geral do Estado, no exercício de 68, contestou cerca de 47 mandados de segurança, recorreu de diversas decisões e ajuizou cerca de 80 ações de várias naturezas, assim distribuídas:

- 35 — ações de consignação de pagamento
- 33 — executivos fiscais
- 32 — ações de usucapião
- 15 — ações ordinárias diversas
- 13 — justificações
- 3 — ações declaratórias
- 6 — ações possessórias
- 4 — reclamações trabalhistas
- 2 — vistorias
- 2 — ações de despejo
- 2 — ações de protesto
- 1 — execução de sentença.

Como órgão fiscal da lei, a Procuradoria Geral da Justiça teve destacada atuação em duas frentes, a saber: a) — órbita administrativa, com a movimentação de 3.294 processos; b) — órbita judiciária, com a movimentação de 285 processos, a seguir especificados:

	Recebidos	Devolvidos
Ação Criminal	7	7
Habeas Corpus	9	9
Mandado de Segurança	50	50
Apelação Criminal	4	4
Agravo de Petição em Mand. de Segurança	67	67
Conflito Negativo de Jurisdição	8	8
Apelação Cível	1	1
Embargo Acórdão Rec. Criminal	3	3
Recurso de Revista (ap. Cível)	9	9
Emb. Acórdão Apelação Cível	12	12
Pedido de Desaforamento	5	5
Inquérito Policial	6	6
Apelação Crim. Rec. Extraordinário	4	4
Queixa-Crime	3	3
Inquérito Administrativo	6	6
Ação Rescisória	15	15
Embargo Acórdão Apelação Criminal	4	4
Recurso Criminal	1	1
Corrupção	1	1
Precatório	3	3
Denúncia	3	3
Inventário	3	3
Cancelamento de Pena	1	1
Anulação de Pronúncia	1	1
Soma	285	285

Além desses dados, referentes à atuação dos órgãos da última instância do Ministério Público, coube ao Procurador Geral produzir 140 pareceres em processos de habeas-corpus, perante o E. Tribunal e 27 pareceres administrativos perante o Conselho Superior da Magistratura

Aos órgãos do Ministério Público na instância inferior, coube atuar nos processos de sua competência, bem como ajuizar cerca de 612 ações de cobrança de dívida ativa, no total de NCr\$ 196.914,50 (cento e noventa e seis mil, novecentos e quatorze cruzeiros novos e cinquenta centavos).

Órgãos Penitenciários A Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça procedeu os estudos visando à ampliação do sistema penitenciário, tendo em vista a situação da deficiência de suas instalações físicas e da falta de diversificação de seus órgãos.

Praticamente, o sistema atual está atendendo apenas a metade da demanda carcerária do Estado.

Como o estudo implica na observância das diretrizes fixadas na legislação federal, foi solicitada a cooperação do Ministério da Justiça para a solução do problema penitenciário estadual.

As atividades do Instituto de Readaptação Social podem ser assim resumidos:

- 1 — Instalação de Escola para alfabetização de detentos, com a participação da MOCCA.
- 2 — Produção das oficinas e serviços internos, no valor de NCr\$ 185.000,00 em números redondos, revertidos para o IRS e renda interna (Atividades de alfaiataria, carpintaria, sapataria, agricultura, cozinha, padaria, pedreira e oficina mecânica).
- 3 — Movimento de 68 — ingressaram 89 internos e saíram 58. As saídas se distribuem do seguinte modo:

por livramento condicional	— 15
término de pena	5
foragidos	2
falecidos	2
transferidos p/CPA	34

A população carcerária do IRS era, em 31.12.68, de 182 internos.

- 4 — No dia 6 de junho de 68 verificou-se o levante dos internos do IRS com vultosos danos às instalações físicas do estabelecimento. A direção do estabelecimento já recuperou os estragos e as oficinas danificadas.

Na Colônia Penal Agrícola (CPA), são de se registrar:

- 1 — Foi efetivado o aumento da população da Colônia, que termina o exercício com 34 internos.
- 2 — Com a cooperação do DNOS, foi feito o saneamento das terras baixas e incentivado o plantio de arroz.
- 3 — Com a sua próxima autonomia, prevista no projeto de lei em elaboração, a Colônia poderá expandir suas atividades, de modo a minorar o angustiante problema penitenciário estadual.

O Conselho Penitenciário, como órgão colegiado, teve a sua atuação resumida no seguinte quadro:

Pareceres dados:	Total
Em livramento condicional	34

Em Indulto	14
Em comutação de pena	18

Foruns Na execução do programa de investimentos da SIAJ, foi iniciada a construção do Palácio da Justiça, magestoso edifício destinado a abrigar todos os serviços Judiciários da Capital do Estado. No interior, foram iniciados os Foruns de Aracruz, Linhares e Anchieta, ficando os dois últimos concluídos a tempo de serem inaugurados durante as comemorações do 2.º aniversário do Governo do Estado e 5.º da Revolução de 64.

Serviços Estatísticos O Departamento Estadual de Estatística concluiu a realização de inúmeros inquéritos e levantamentos e promoveu a divulgação de seus resultados, através de suas publicações especializadas, dentre as quais se destaca o Anuário Estatístico do Estado.

Assim é que, através de seus serviços gráficos, o DEE efetuou as seguintes publicações:

Nome	Referência	Exemplares
Cadastro Hospitalar	1966	350
Café — Produção e Exportação	1962/1966	400
Pecuária	1964/1966	460
Intercâmbio Comercial	1964/1966	410
Finanças Públicas	1964/1966	420
Movimento Bancário	2.º semestre	
	1967	360
Anuário Estatístico do Espírito Santo	1967	650
Produtos de Origem Animal	1962/1966	350
Gado Abatido	1966	350
Produção Agrícola	1965/1967	350

Em colaboração com outras repartições públicas, foram impressas 12.855 folhas, sem contarmos ainda a impressão para atender ao serviço interno do DEE, com o resultado seguinte:

28.490 formulários diversos para os trabalhos de apuração no DEE.

4.789 fichas para trabalhos de cadastro no DEE.

550 impressões em envelopes

300 folhas de circulares

3.500 outras impressões.

AGRICULTURA

AGRICULTURA

Programação de Trabalho

A Secretaria pôde levar avante o seu trabalho programado, podendo, inclusive, com a reforma de sua estrutura, abrir novas frentes de trabalho que a evolução da nossa agropecuária estava a exigir.

Assim é que os suprimentos de numerário a partir do segundo semestre puderam ser e foram atendidos, dentro do cronograma estabelecido com a Secretaria da Fazenda, tão logo a arrecadação do Estado o permitiu, podendo os diversos setores da Secretaria de Agricultura, exercerem sem os costumeiros embaraços, as atividades específicas de cada um.

A colaboração que a Secretaria recebeu dos demais órgãos que com ela conjugarem esforços, em um sistema integrado de trabalho, foi valiosa e produtiva, sendo que, nada poderíamos realizar se não contássemos com a sua ajuda financeira, em alguns casos e técnica, em outros.

Dentre esses organismos devemos destacar em primeiro plano a contribuição que nos foi prestada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC/GERCA), atendendo ao financiamento de diversos projetos que foram submetidos à sua apreciação. Também o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), e o Ministério da Agricultura deram a sua parcela de colaboração em projetos que foram submetidos ao seu estudo, logrando aprovação.

No que concerne à execução dos trabalhos de campo, contou, a Secretaria de Agricultura, com a cooperação valiosa das seguintes entidades sediadas no nosso Estado:

Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
(ACARES)

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário (INDA)

Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura
Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (Carteira Agrícola)
Comissão de Financiamento da Produção (C.F.P.)
Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)
Banco do Brasil S.A. (Carteira Agrícola e Industrial)
Cia. Brasileira de Armazenamento (CIBRAZÉM)
Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo
Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES)
Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)
Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS)
Escritório Regional do PLAMAM (Cachoeiro do Itapemirim)
Federação de Agricultura do Espírito Santo (FAES)
Sistema Cooperativista (FECCES, CENTRALCOPE e Cooperativas Agrícolas)
Instituto Agrônômico de São Paulo (Campinas)

Zootecnia Exposições e Feiras: Foram patrocinadas uma exposição estadual em Vitória e duas Regionais em São Mateus e Cachoeiro do Itapemirim.

Foram assistidas, orientadas e auxiliadas financeiramente, sete exposições municipais em: Nova Venécia, Muqui, Castelo, Afonso Cláudio, Iúna, Guaçuí e Mimoso do Sul.

O número de animais expostos atingiu 2.312 e o de criadores participantes 560.

No setor de apicultura foram visitadas 764 propriedades, sendo destruídas, por motivo de africanização das abelhas, 1.368 colméias e destruídas 182 enxames.

Foram procedidos 450 registros genealógicos de bovinos.

Defesa Sanitária Animal Realizou um curso, com duração de 1 semana no CALIR, para melhorar os conhecimentos dos auxiliares de veterinária, havendo comparecimento de 52 auxiliares.

Levou a efeito as seguintes campanhas:

- 1) — Brucelose — vacinação de bezerras em todo o Estado;
- 2) — Verminose — com aplicação de vermífugos em todo o Estado;
- 3) — Mineralização — mediante adição de complexos minerais ao sal comum, distribuídos ao gado nas fazendas, em todo Estado,
- 4) — Campanha contra raiva em 3 municípios: Alegre, Guaçuí e Afonso Cláudio.

Foram atendidas pela Seção de Defesa Sanitária Animal 9.049 propriedades, sendo atendidos 9.868 proprietários e vacinados em todo

Estado cêrca de 622.000 animais, das diversas espécies domésticas, com um aumento de 28% em relação ao ano de 1967.

Experimentação e Pesquisa Os trabalhos de experimentação e pesquisa no setor agrícola e pecuário foram executados através das seguintes unidades:

Setor Agrícola:

1. Estação Viti-fruticultura "Mendes da Fonseca"
2. Estação de Fruticultura de Sta. Maria do Jetibá
3. Horto Florestal "Pedro Salles dos Santos"
4. Campo de Multiplicação de Semente de Jucuruaba
5. Estação de Fruticultura Tropical de Vianna
6. Usina de Beneficiamento e Semente de Tucum

Setor Pecuário:

1. Posto Zootécnico de São Mateus
2. Estação Experimental de criação "Monte Libano"
3. Estação Experimental da Fazenda Santana.

Análise de Solos Está em fase de acabamento o laboratório de solos, com área coberta de 18,40 x 10,40, anexo ao Laboratório de Análise de Sementes. Em 68, foram realizadas 230 análises

Crédito Rural Orientado No exercício de 1968 o crédito rural orientado alcançou níveis bastante expressivos. A ação da Secretaria de Agricultura fez-se sentir diretamente pela elaboração de planos de aplicação, no montante de NCr\$ 557.223,30.

Através do PLAMAM, organismo integrado pelo Ministério da Agricultura, ACARES, Secretaria de Agricultura, Bancos do Brasil e do Crédito Agrícola do Espírito Santo e destinado a promover, através do crédito rural orientado, a melhoria do gado leiteiro, manejo dos rebanhos e das instalações, visando o aumento da produtividade das bacias leiteiras do sul, Centro e Norte do Estado, foram elaborados planos, no montante de NCr\$ 678.857,00, podendo, tendo-se em conta o trabalho dos técnicos da Secretaria que militaram no PLAMAM, ser creditada grande parte ao Estado.

Investimentos de Infra-estrutura Para poder levar avante os trabalhos programados, necessitou a Secretaria de Agricultura de procurar recursos em organismos de âmbito federal. Assim é que após diversos entendimentos, logrou a SA firmar com aqueles órgãos, os seguintes Convênios:

1) Orientação e fiscalização ao Cooperativismo no Espírito Santo.. Convênio INDA-SA — 17.11.67	NCr\$	30.000,00
2) Aquisição de tratores e peças, construção de Armazens e Silos e Ampliação do Armazém do Serviço de Revenda — Convênio IBC/SA — 13.11.67	NCr\$	638.000,00
3) Aquisição de Silos Metálicos — INDA/SA — 17.11.67	NCr\$	160.000,00
4) Levantamento da Carta de Solos — Convênio LBC/GERCA/SA — assinado em 28.12.67	NCr\$	120.000,00
5) Construção do Laboratório de Análise de Sementes e reforma da Usina de Beneficiamento de Sementes — Convênio IBC/GERCA/SA, assinado em 28.12.67	NCr\$	236.000,00
6) Recuperação Florestal e preservação da Flora e fauna — Convênio SA/Prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim em 10.6.68	NCr\$	2.000,00
7) Contrato de Abertura de Crédito SA/BCAES — 7.6.68	NCr\$	60.000,00
8) Aquisição de semestres e mudas para revenda — Convênio IBC/GERCA/SA em 29.10.68	NCr\$	480.000,00
9) Recuperação de tratores, aquisição de peças e acessórios — Convênio IBC/GERCA/SA — em 4.10.68	NCr\$	120.000,00

DERMAG O DERMAG, criado pela lei Delegada n.º 14, de 14 de novembro de 1967 e estruturado definitivamente pelo Decreto n.º 2.948, de 5 de dezembro de 1968, recebeu todo o acervo das Patrulhas Mecanizadas que integravam a velha estrutura da Secretaria de Agricultura.

Nos seus trabalhos de Engenharia Rural o DERMAG atingiu 41 Municípios, atendendo cerca de 162 agricultores, tendo as suas máquinas (tratores) trabalhado 27.438 horas.

Visando ampliar o seu parque de máquinas agrícolas, o DERMAG cuidou, em 1968, da importação de 14 tratores "Caterpillar", sendo 10 (dez) D-6 e 4 (quatro) D-4, dando, assim, o primeiro passo para o efetivo cumprimento do programa de mecanização agrícola do Governo do Estado.

Essa aquisição, no valor de NCr\$ 1.158.735,50 (hum milhão, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros novos e cinquenta centavos), CIF-VITÓRIA, é o fruto das gestões realizadas pela Secretaria de Agricultura junto aos órgãos federais, car-

reando para o Espírito Santo os recursos necessários, assim distribuídos:

Doação pelo Convênio IBC/DAC/SA	NCr\$ 450.000,00
Financiamento pelo Convênio IBC/GERCA com repasse da CODES	NCr\$ 700.000,00

Departamento de Terras e Colonização No decorrer do ano de 1968, o Departamento de Terras e Colonização funcionou precariamente instalado no 2.º andar do Edifício dos Estivadores, com dependências inadequadas e insuficientes, até 30 de setembro, quando foi transferido para o Forte de São João, sendo localizado no 2.º andar do Edifício construído pela Secretaria.

No que se refere ao conceito do Departamento frente a opinião pública, podemos afirmar que hoje, naquela Repartição não existe mais segredo para as partes que são atendidas com presteza e urbanidade, sem interferência de terceiros, ao contrário do que sucedia no passado, quando até “escrituras frias” foram espalhadas criminosamente por todo o Estado, fato êsse apurado e entregue à Justiça.

Foram realizados durante o ano de 1968, os seguintes levantamentos:

- 1) Área pertencente à Fazenda Santana, Município de Cariacica.
- 2) Área pertencente à Estação de Viti-Vinicultura “Professor Mendes da Fonseca”.
- 3) Área pertencente à residência de verão do Governador do Estado, na Praia da Costa, Município de Vila Velha.
- 4) Área da Fazenda “Roças Velhas”, Município de Cariacica.
- 5) Área da Colônia Penal Agrícola, Município de Viana.

CASES Graças ao apóio decidido do Governo do Estado, pôde a Direção da Cia. de Armazéns e Silos do Espírito Santo, reduzir o seu pessoal, fazendo indenizações da ordem de NCr\$ 172.138,57, resgatar a dívida de NCr\$ 54.682,65 com a Previdência Social, colocar em dia os impostos com a Prefeitura Municipal de Vitória, em atraso desde 1961, no valor de NCr\$ 14.420,00; da Prefeitura Municipal de Cariacica, no montante de NCr\$ 3.728,14 e as contas de água e esgotos da CESAN, no valor de NCr\$ 1.719,62.

Outras dívidas atrasadas, com particulares, com o Condomínio do Edifício Ouro Verde e com aluguéis de armazéns no interior do Estado, bem como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, foram liquidadas em 1968.

Foi providenciado o arquivamento, na Junta Comercial e a pu-

blicação de diversas Atas e foram consolidados, com o IBC, os remanescentes de café das safras de 1959/60, 1969/61 e 1961/62.

Depois de sanados completamente os prejuízos pendentes de exercícios anteriores, da ordem de NCr\$ 176.309,95, constantes do Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1966, e que se elevaram a NCr\$ 357.027,35, no balancete de 30 de junho de 1967, foram colocados rigorosamente em dia todos os encargos da Companhia, podendo, no balanço de 31 de dezembro de 1967, ser distribuída a quantia de NCr\$ 4.329,21 de dividendos aos acionistas e em 31 de dezembro de 1968, NCr\$ 6.858,92. As reservas da Companhia que montavam no Balanço Geral de 31 de dezembro de 1966, em NCr\$ 16.652,63, se elevaram em 31 de dezembro de 1968, para NCr\$ 55.139,75.

Gado de Leite O Plano Integrado de Gado de Leite, executado em regime de cooperação técnica e financeira entre a Secretaria de Agricultura, Banco do Espírito Santo S.A. e ACARES, atingiu a soma de NCr\$ 4.344.823,20 (quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três cruzeiros novos e vinte centavos).

PLAMAM O programa articulado com o Ministério da Agricultura, através do escritório regional do PLAMAM, teve eficiente atuação sob todos os seus aspectos técnicos, financeiros e creditícios. A parte financeira apresentou os seguintes elementos:

Aplicação dos financiamentos e recursos		
próprios: Banco do Brasil S.A.	NCr\$	336.587,00
Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S.A.	NCr\$	677.282,00
Recursos próprios	NCr\$	89.619,00
Total		NCr\$ 1.103.488,00

Carta de Solos Os trabalhos de levantamento da Carta de Solos estavam ameaçados de não continuarem em 1968, por falta de verba do Ministério da Agricultura.

Ciente disso, esta Secretaria promoveu demarches, junto ao IBC/GERCA, obtendo um financiamento de NCr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros novos) que, somados aos recursos próprios do Ministério da Agricultura, permitiram o reinício dos trabalhos que cobriram, em 1968, uma extensa área do Estado, tudo fazendo supor que a conclusão da Carta de Solos do Estado se dará em 1969.

Levantamento Aéreo-fotogramétrico A Secretaria de Agricultura, dentro da sua nova orientação técnica de trabalho, decidiu montar os elementos indispensáveis para formular os projetos apoiados em dados realistas e precisos. Assim é que, além da Carta de Solos, diligenciou, junto ao IBC/GERCA, visando obter os recursos para o levantamento aéreo-fotogramétrico do Estado.

Já obtivemos aprovação para o levantamento de uma área de 31.000 quilômetros quadrados, sendo que o Edital de Concorrência já está preparado, devendo ser publicado em breves dias.

Cerca de 4 agrônomos estão fazendo curso de especialização em foto-interpretação, na Guanabara.

Esses profissionais ao regressarem, possivelmente no fim do mês de março próximo vindouro, terão a si a responsabilidade de dar corpo e colocar em funcionamento a Associação de Fotogrametria e Foto-interpretação do Espírito Santo, órgãos esses de apóio, não só para as atividades agrícolas, como outras vinculadas aos diversos órgãos da Administração Pública.

Política de Preços Mínimos

Em abril de 1968, promovemos a vinda a este Estado, de diversas autoridades Federais ligadas ao problema do financiamento das safras de produtos agrícolas, garantindo ao produtor um preço mínimo para cada produto da sua lavoura, evitando assim, a ação muitas vezes nefasta, dos atravessadores, que adquirem a preços vís, os produtos obtidos com tanto sacrifício pelo agricultor, para revendê-los a preços muitas vezes superior aos da aquisição. Isso refletia negativamente na nossa economia agrícola, tirando todo o estímulo do rurícola e provocando a irregularidade nas safras, dado o desequilíbrio dos preços do mercado.

Os resultados foram imediatos e os agricultores puderam pela primeira vez, negociar o seu milho, por exemplo, a NCr\$ 8,00, evitando como no ano anterior, entregá-lo até por NCr\$ 2,00, premidos pela necessidade de dinheiro com que pudessem saldar seus compromissos.

De acôrdo com os levantamentos feitos através dos extensionistas da ACARES, verificamos que a Política produziu excelentes resultados, sendo que o arroz da safra 67/68 conseguiu preços maiores do que os mínimos estabelecidos pela C.F.P. que variavam para mais, entre 10% até 40%. No caso do milho a variação oscilou também para mais, entre 10% até 95% na mesma safra 67/68.

Agro-Indústria

Na qualidade de representante do Estado, no Conselho Deliberativo do GERCA, o Secretário de Agricultura tem defendido com grande empenho a destinação de recursos financeiros para a agro-indústria do Espírito Santo. Essas dotações têm vindo através da CODES. Por força das Resoluções nrs. 74 e 90, o Estado foi beneficiado com a importância de NCr\$ 19.700.000,00 (dezenove milhões, e setecentos mil cruzeiros novos), assim discriminados:

Resolução 74:

Agro-indústria	NCr\$ 4.400.000,00
Infra-estrutura	NCr\$ 2.200.000,00
Cooperativismo	NCr\$ 1.000.000,00
Melhoramento em propriedades agrícolas	NCr\$ 100.000,00

Resolução 90:

Agro-indústria	NCr\$ 6.000.000,00
Infra-estrutura	NCr\$ 4.000.000,00
Melhoramento em propriedades agrícolas	NCr\$ 2.000.000,00

Êsses recursos vêm sendo aplicados pela Companhia, em todo o Estado.

Política Creditícia Frequentes contatos mantivemos com o Banco do Brasil, Banco Central, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, procurando através dêsses entendimentos dinamizar a política creditícia

De 1966 para 1968, a curva de crescimento dos financiamentos acusou um aumento de, aproximadamente 250% e isso vem demonstrar que os Diretores dêsses Estabelecimentos, uma vez sensibilizados pela necessidade de uma ação mais rápida para contrabalançar a crise provocada pela erradicação do café, acorreram ao encontro do nosso apêlo.

Devemos registrar, nesse particular, que o Banco Central começará a financiar, por intermédio do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, o projeto de renovação da lavoura cafeeira, tendo já destinado a importância de 4,5 milhões de cruzeiros novos para início da execução do projeto.

Rizicultura A Secretaria de Agricultura trouxe um grupo de rizicultores gaúchos que, devidamente apoiados, vêm realizando no Vale do Joara, um trabalho bastante representativo e que servirá de modelo para outros rizicultores do Estado.

Pretendemos constituir, naquêlo vale um campo-escola, para mostrar e ensinar a outros lavradores a técnica moderna de aproveitamento do solo, uso e contrôle de água, correção de acidez, adubação e práticas culturais. Êsse serviço vem sendo executado com a perfeita colaboração do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que está abrindo o grande canal de saneamento do vale e que permitirá o aproveitamento de aproximadamente 1.500 hectares, até então inaproveitáveis.

Vale ressaltar aqui a preciosa colaboração do Chefe do Distrito do D.N.O.S., no Espírito Santo, Dr. Henrique Kale, que tem colaborado estreitamente com esta Secretaria, no setor de aproveitamento de vales úmidos.

A nossa ação tem sido presente no Vale do Joara, através da coordenação de tôdas essas providências com o D.N.O.S., junto aos proprietários de terras, para arrendamento das áreas e cessão aos rizicultores, pela construção de estradas de acesso à lavoura e à propriedade, pelo fornecimento de sementes e, finalmente, pela ajuda na obtenção de financiamento para custeio da lavoura, aquisição de máquinas e corretivos do solo.

Sericicultura e Fruticultura Atendendo ao programa de diversificação agrícola do Estado, foi contratado pela CODES, com firma altamente especializada, um estudo para, não só examinar a situação dessas atividades no Espírito Santo, como também, verificar as possibilidades de sua expansão.

Tivemos através dessa pesquisa, uma imagem exata do que pode ser desenvolvido nesse setor, havendo amplas perspectivas para o setor sericícola, que deverá se difundir em maior escala, no altiplano capixaba, bem como a fruticultura de clima temperado.

ACARES Através da ACARES foram obtidos expressivos resultados nas iniciativas tendentes a melhorar a técnica das lavouras, de que são exemplos, a montagem de 20 usinas para despolpamento do café, o Plantio de capineiras, a Construção de currais cobertos e de aviários, e a irrigação de 1.032 hectares de terras.

Política do Leite Encontramos uma crise que ameaçava tôda a exploração leiteira do Estado. Enquanto crescia a produção, aumentavam as dificuldades para a colocação do produto.

Tomou a Secretaria de Agricultura a iniciativa de convocar a CODES, a ACARES, o BCAES e a Central das Cooperativas, para que todos integrados, analisassem e estudassem o assunto, visando estabelecer diretrizes seguras. Assim, foi firmado um protocolo, subscrito por essas entidades, definindo a política de produção, industrialização e comercialização a ser seguida.

Através de entendimentos mantidos com a CCPL, do Estado da Guanabara, conseguimos incluir no grande mercado do Rio, as Cooperativas de Guaçuí, Nova Venécia e São Mateus, tendo-se obtido, também, a ampliação da quota da Cooperativa de Safra.

Houve um entrosamento desta Secretaria com a CODES e o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, visando o aumento de capacidade das usinas de leite, e, foi através dessas providências, esta-

belecido um programa de expansão para a Usina de Cachoeiro do Itapemirim que, de uma capacidade efetiva de 50.000 litros/dia, passará para 120.000 litros/dia, através da concessão de financiamento da ordem de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) do BCAES, a ser assinado em breves dias. A Usina de Guaçuí passará de 18.000 para 40.000 litros/dia, tendo sido aberta uma linha de crédito para a mesma, de NCr\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil cruzeiros novos), pelo BCAES.

A de Vitória está ampliando sua capacidade de 15.000 para 30.000 litros/dia, tendo recebido NCr\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil cruzeiros novos) do mesmo Banco.

A Usina de Safra, da Cooperativa Itapemirim Ltda. aumentou sua capacidade para 25.000 litros diários, com o financiamento de NCr\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil cruzeiros novos).

Do mesmo modo, a Cooperativa de Alfredo Chaves teve sua capacidade ampliada com financiamento da CODES.

Foi aumentado o Capital de Giro das Cooperativas de Nova Venécia (NCr\$ 20.000,00) e São Mateus (NCr\$ 25.000,00), com financiamento pelo BCAES.

Os financiamentos concedidos pelo Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (BCAES) atingiram a expressiva soma de NCr\$ 967.000,00 (novecentos e sessenta e sete mil cruzeiros novos) em 1968. (Para usinas de leite).

Projetos e Estudos De outubro de 1967 a fevereiro de 1968, foram elaborados vários Projetos e Estudos julgados da maior importância para o aceleramento das atividades agro-pastoris do Estado, que adiante passamos a enumerar:

Projeto PAGES — 01 — Renovação da Cafeicultura Capixaba: este Projeto serviu de subsídio ao Plano de Caráter Nacional, que está sendo elaborado pelo IBC/GERCA.

O BCAES aguarda instruções do Banco Central para financiar a formação de 3.000 hectares de cafezais, cuja linha de crédito, de 4,5 milhões de cruzeiros novos, já foi aberta. O Programa Nacional de autoria do IBC será implantado logo após a colheita da safra 1969.

Projeto PAGES — 02 — Desenvolvimento da Pecuária Leiteira: encontra-se em execução.

Projeto PAGES — 03 — Ligitimação da Propriedade Agrícola: a minuta do Convênio já está elaborada e aguardamos a chamada do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, para a assinatura.

Projeto PAGES — 04 — Revenda de Material Agropecuário:- Convênio assinado com o IBC/GERCA, no valor de NCr\$ 480.000,00, acha-se em execução.

Projeto PAGES — 05 — Incremento à Viti-Vinicultura:- limitou-se à formação de mudas de alta qualidade para distribuição aos viticultores do Estado.

Projeto PAGES — 06 — Levantamento aéro-fotogramétrico:- o Edital de Concorrência, para o levantamento de 31.000 quilômetros quadrados, já está preparado para publicação pelo IBC/GERCA.

Projeto PAGES — 07 — Dinamização da Comercialização Agrícola, através do Sistema Cooperativista:- foi obtida maior e melhor comercialização para a banana e a farinha de mandioca, pela Central das Cooperativas, que ainda recebeu ajuda desta Secretaria, para a instalação do seu sistema industrial, excetuando o Projeto de Desenvolvimento da Produção Animal, em Convênio com a USAID/Alimentos para a Paz, com cujos resultados financeiros foi instalada parte da fábrica de rações e o abatedouro avícola, que pode ser considerado um dos melhores do Brasil, com capacidade para abate de 6.000 aves/dia

Projeto PAGES — 08 — Defesa Sanitária Animal:- encontra-se em execução.

Projeto PAGES — 09 — Construção de Laboratório para Análise e Beneficiamento de Sementes:- construção e instalação já concluídas.

Projeto PAGES — 10 — Aquisição de tratores:- já foi fechada a operação para importação de 14 tratores.

Projeto PAGES — 11 — Carta de Solos:- o levantamento da Carta de Solos do Estado encontra-se bastante adiantado.

Projeto PAGES — 12 — Recuperação de tratores:- já executado

Projeto PAGES — 13 — Plano Trienal de Pesquisas e Experimentação:- encontra-se em plena execução.

Projeto PAGES — 14 — Revenda de mudas e sementes:- em execução.

Projeto PAGES — 15 — Plano Trienal de Rizicultura:- em execução.

Projeto PAGES — 16 — Construção do Prédio para instalação de Serviços da Secretaria de Agricultura:- concluídas as obras: várias Divisões e o Departamento de Terras e Colonização já se instalaram no Prédio.

Instituto Biológico Destinado à fabricação de vacinas contra a brucelose, raiva e antígenos para diagnóstico de zoonoses, além da realização de pesquisas clínicas, que esteve paralizado por mais de 8 anos, foi totalmente recuperado, entrando em pleno funcionamento em 1968. No decorrer do próximo exercício sua faixa de atuação será ampliada para novas linhas de fabricação.

Pecuária Bovina Acha-se em vias de conclusão com o BID, o Projeto de Melhoramento do Gado de Corte, coordenado pela CODES e que contou com a nossa colaboração e a de outros Órgãos.

Numa política a curto prazo de melhoria da produtividade dos rebanhos (carne e leite), a Inseminação Artificial é o processo mais válido para atingir as metas desejadas. Foi, por isso, que mantivemos entendimentos com o Ministério da Agricultura e Cooperativas de Criadores, visando a instalação de uma Central de Sêmen e 3 Postos de Inseminação, localizados em Vitória, Mimoso do Sul e Guaçuí.

CEPA A reforma da Secretaria de Agricultura, como não podia deixar de ser, incluiu na sua nova estrutura, um Colegiado denominado Conselho Estadual de Política Agropecuária, integrado por diversos Órgãos e que terá por finalidade assessorar o Governo nas diretrizes da Política Agrícola a seguir:

Os Órgãos que compõem o CEPA são os seguintes:

Secretaria de Agricultura

Ministério da Agricultura

Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)

Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES)

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)

Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (BCAES)

Federação de Agricultura do Espírito Santo (FAES)

Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES)

Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODEC).

SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS

SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS

Instalação A Secretaria de Serviços Públicos Especiais, criada pela lei da Reforma Administrativa, trouxe consideráveis modificações na estrutura da Administração Descentralizada.

Anteriormente todos os órgãos descentralizados eram vinculados ao Governador do Estado.

Com a criação desta Secretaria passou esta a coordenar os órgãos descentralizados com atribuições não identificadas nas áreas de competência das demais e para se encarregar de assuntos específicos e especiais para os quais não haja órgão descentralizado nem Secretaria de Estado dêles encarregados.

Energia Coordenada pela SSPE foi dado início ao plano de eletrificação do norte do Estado.

Este plano está em execução em obediência ao Convênio assinado entre o Governo do Estado, 12 (doze) Prefeituras do Norte e a Escelsa, constituindo-se num dos fatos administrativos de maior alcance para o desenvolvimento do Espírito Santo

Inicialmente serão instalados 3 geradores de 1.000 K.V.A. que suprirá a imensa região de energia elétrica. Estão previstos em futuro próximo a instalação de mais 2 geradores, também de 1.000 K.V.A. cada um.

Tal projeto tem significação especial quando se atentar para o fato de não alcançar 700 K.V.A. o total de potência instalada naquela região.

A implantação desses serviços de tão alta importância, custará NCr\$ 4.961.000,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e um mil cruzeiros novos), assim distribuídos:

Estado	—	NCr\$ 1.482.000,00
Prefeituras	—	NCr\$ 514.000,00
Escelsa	—	NCr\$ 2.965.000,00

Os serviços foram projetados para serem concluídos em 3 eta-

pas estando previsto para 30 de abril de 1976 a implantação total dos serviços

Ainda no setor energético foi dada a devida atenção aos problemas do Sul do Estado na área de concessão da Empresa de Fôrça e Luz Alegre Veado que passa por séria reestruturação, sendo o que se relata a seguir os principais eventos que merecem destaque.

Empresa Fôrça e Luz Alegre-veado S.A.	Em virtude da diferença de ciclagem, não se pôde acelerar o programa de interligação entre a Escelsa e a EFLAV, para suprir esta última da energia necessária à sua área de concessão.
--	--

A geração hidroelétrica da Empresa está presentemente limitada aos 4 grupos, com capacidade máxima de 800 HP, que são suplementados pelo sistema Diesel de Alegre e Guaçuí, com capacidade, respectivamente, de 400 e 300 HP.

Na época da estiagem, os sistemas Diesel funcionam praticamente 20 horas por dia, elevando demasiadamente o consumo de combustível (NCr\$ 6.000,00 mensais, contra NCr\$ 3.500,00 na época das chuvas).

A rede de transmissão Alegre-Guaçuí, construída há mais de 50 anos, foi totalmente substituída, evitando os transtornos frequentemente ocorridos.

Foram feitos os levantamentos cadastrais das cidades de Guaçuí e Alegre, com vistas à reforma das linhas de distribuição e substituição por postes de cimento nas principais ruas.

A Prefeitura de Guaçuí aceitou a proposta da Empresa, tendo, por isso, sido iniciada nessa cidade a execução desse serviço.

Está sendo providenciada do Rio para Alegre a transferência da sede da Empresa.

Para a linha de transmissão Alegre-Guaçuí e redes de distribuição urbana foram adquiridos os seguintes equipamentos:

33 transformadores 30, 45 e 75 KVA	NCr\$	75.402,00
Postes de cimento e acessórios	NCr\$	163.351,75
Postes de madeira	NCr\$	21.919,20
		260.672,95

A expansão da Empresa acarretou despesas com levantamentos topográficos da nova linha Alegre-Guaçuí e Guaçuí-Divino S. Lourenço e Dôres do Rio Preto, além de reformas em imóveis ou aquisição de

prédios para instalação de almoxarifado.

Tais despesas alcançaram, no exercício, com inclusão dos equipamentos, a importância de NCr\$ 536.476,56 (quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos).

Comunicações A SSPE também coube a coordenação de implantação de um plano estadual de Telecomunicações visando dotar os municípios do Estado de um perfeito sistema de comunicações interurbanas.

Assim, foi assinado Convênio com a Companhia Telefônica do Espírito Santo que possibilitará a instalação da rede interurbana em 25 localidades do Estado.

A implantação do sistema custará NCr\$ 3.876.563,00 dos quais o Governo do Estado participará com a importância de NCr\$ 1.800.000,00.

Os serviços estarão concluídos até março de 1970.

Urbanismo No que se refere à Urbanização de Vitória, foram feitos projetos para aproveitamento das áreas a serem conquistadas através de aterros na Ilha do Príncipe e Praias do Suá, Comprida e Canto.

O enrocamento para contenção do atêrro na Ilha do Príncipe foi atacado com rapidez estando sendo providenciado a aquisição de uma draga para tal serviço.

Dentro da Urbanização da Ilha do Príncipe foi projetada a Estação Rodoviária, o Centro de Abastecimento, núcleos habitacionais e a nova ponte que ligará Vitória ao Continente cujo projeto já foi contratado com a Hidroservice, firma especializada no assunto.

Sudesita A Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Itabapoana foi criada a fim de naquela vasta e rica região do Estado estudar, planejar e intensificar o desenvolvimento.

Um estudo das potencialidades da região e das condições necessárias para a implantação de uma agricultura sólida está sendo realizado visando um melhor aproveitamento do terreno, possibilitando inclusive, nesse complexo a instalação de indústria que absorverá a produção do vale.

Também visando melhores condições para o escoamento de produção foi contratado um estudo de viabilidade para construção de estradas vicinais com recursos do Fundo do Trigo.

Administração do Pôrto de Vitória A receita da Administração do Pôrto de Vitória, no exercício recém-findo, alcançou a parcela de NCr\$ 7.086.269,49 (sete milhões, oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e nove cruzeiros novos e quarenta e nove centavos), assim distribuída:

Receita das tarifas portuárias	NCr\$ 6.554.807,49
Receita de eventuais e créditos recebidos	NCr\$ 531.462,00
Soma	NCr\$ 7.086.269,49

Tomando-se como t ermos comparativos os exercícios de 1965, 1966 e 1967, podemos assim analisar o de 1968, no que concerne à receita, com base na de 1965.

	1965	1966	1967
Rec. Tarifária	3.599.205,48	4.241.905,36	7.153.218,25
Rec. Patrimonial	38.052,13	36.052,14	21.247,82
Outras Receitas	807.954,39	520.781,59	730.786,56
SOMA	4.445.212,00	4.799.428,79	7.905.252,63

	1968
Rec Tarifária	6.554.807,49
Rec. Patrimonial	113.114,68
Outras Receitas	418.347,32
SOMA	7.086.269,49

Estatística Portuária Em 1968, o número de navios entrados atingiu a 1.095 unidades, segundo nacionalidade, espécie de navegação e classe, assim demonstrado:

NAVIOS ENTRADOS — 1968

Nacionalidade, espécie de Navegação e classe	Número de Navios	Tonelagem de Registro líquida — T. R. L.
Brasileira	423	732.190
Longo Curso	99	308.679
Grande Cabotagem	137	419.237
Pesca	153	—
Oceanográfico	2	—
Hidrográfico	3	—
Outras classes	29	4.274
Estrangeira	672	5.923.334

Longo Curso	636	5.916.330
Pesquisa	34	3.596
Outras classes	2	3.408
Totais	1.095	6.655.524

Tendo o movimento de Navios entrados atingido o total de 1.095 unidades, encontramos uma diferença de 99 navios para mais, com relação ao total de 996 unidades, verificado em 1967. Os que operaram em 1968, assim se distribuíram:

Para minério de ferro no Pôrto de Vitória	—	80 navios
Para minério de ferro no Pôrto de Tubarão	—	227 navios
Para diversas operações no Pôrto de Vitória	—	788 navios
Total		1.095 navios

Comparativamente ao exercício de 1967, a tonelagem do Registro Líquido dos navios entrados em 1968, assume os seguintes aspectos:

1.096 navios entrados em 1968 com 6.655.524 (T.R.L.)

996 navios entrados em 1967 com 6.017.633 (T.R.L.)

Diferença para mais em 1968: 637.891 (T.R.L.)

Exportação e Importação A exportação de mercadorias para o Exterior, incluindo o terminal do Pôrto de Tubarão, se distribuiu pelos seguintes itens e tonelagens:

Mercadorias	Toneladas
Cacau	4.328
Ferro fundido ou gusa	6.537
Café	113.244
Madeiras	21.462
Minério de berilo	600
Minério de ferro	12.757.474
Produtos Siderúrgicos	158.254
Outras mercadorias	360
Total	13.052.287

A importação de mercadorias estrangeiras, durante o exercício de 1968, assim se distribuiu:

Mercadorias	Toneladas
Carvão metalúrgico	337.850
Fertilizantes	9.383
Gasolina para aviação	1.167
Querozene para aviação	1.470

Trigo em grão	26.764
Outras mercadorias	26.396
	403.030

Departamento de Tráfego da APV As atividades dêste Departamento, em 1968, podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

a) — Através da Divisão Eletro-mecânica:

I — Instalação de 10 torres de iluminação com lâmpadas mista de mercúrio, no pátio da DOT, faixa do cais e Capuaba.

II — Serviços de manutenção em tôdas as instalações elétricas da "APV", canaletas, Avenidas Beira-Mar e Elias Miguel, redes de alta e baixa tensão.

III — Serviços de recuperação de 20 motores elétricos de diversas potências, bem como 30 resistências tubulares e 60 placas de resistências.

IV — Serviço de manutenção e recuperação parte elétrica dos 17 guindastes elétricos, estando todos funcionando normalmente.

V — Foi realizada a manutenção da Balança Automática, de 100 toneladas.

VI — Diversos serviços de manutenção e recuperação dos tratores empilhadeiras, que operam na faixa do cais.

Com a mudança realizada, conseguimos duplicar o rendimento nas operações de embarque do café, atendendo, por outro lado, uma reivindicação antiga dos usuários, pois os guindastes 15 e 17, apresentavam, devido ao uso e a idade, constantes defeitos.

b) — Através da Divisão do Cais Comercial, êste Departamento cuidou da operação dos diversos cais e terminais, podendo ser sintetizada nos itens que se seguem:

I — Foram atendidos, no ano de 1968, 1.095 navios assim distribuídos:

navios de minérios	—	307
navios de carga geral e outros	—	652
barcos pesqueiros	—	136

II — Foram movimentadas 14.164.000 toneladas de diversos produtos "record" na história da "APV", assim distribuídas:

CAIS COMERCIAL

madeira	—	22.043 tons.
café		117.674 tons.
produtos siderúrgicos	—	166.527 tons.
trigo	—	26.765 tons.
sal	—	18.457 tons.
diversos	—	55.281 tons.

Total 216.747 tons.

MINÉRIOS DE FERRO

Terminal de Tubarão	11.536.656 tons.
Paul	569.326 tons.
E. Guimarães	651.512 tons.

Total 12.757.474 tons.

CARVÃO

Cais de Paul	530.400 tons.
--------------	---------------

PRODUTOS DE PETRÓLEO

Terminais da "ESSO" e "TEXACO"	459.364 tons.
-----------------------------------	---------------

OBSERVAÇÃO: O crescimento de movimentação em relação a 1967, foi no total de 1.144.805 toneladas.

Departamento de Transporte Criado pela Reforma Administrativa, está submetido ao regime especiais de Administração Centralizada, competindo a ele a aquisição, manutenção e controle de frota de carros oficiais.

Antes de sua criação não havia controle algum, não sabendo o Governo que quantidade de carros possuía e nem sequer onde se encontravam.

Com a sua criação e instalação pode-se hoje saber o que se dispõe, o estado de conservação, onde se encontram e que serviços estão prestando os veículos oficiais.

Tôda e qualquer aquisição de veículos para a Administração Centralizada é efetuada por intermédio do Departamento de Transporte que comanda tôda a frota de veículos, estuda as suas necessidades e zela pelo bom uso dos veículos oficiais.

Controle de Veículos Para atender às necessidades do serviço público, foram adquiridos, no exercício de 1968, cerca de 59 (cinquen-

ta e nove) veículos de diversas espécies, no montante de NCr\$ 659.916,02 (seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e desesseis cruzeiros novos e dois centavos), assim discriminados:

11 Jeeps Willis
6 rural Willis
1 pick-up
12 Volkswagen
10 volkswagen pé de boi
5 Kombis
1 pick-up'úks
2 viaturas chevrolet p/ Radio Patrulha
1 camioneta chevrolet
8 aero-Willis
2 Itamaraty
Total 59

Foram registrados e cadastrados cerca de 340 veículos de diversos tipos e espécies, que se encontravam a serviço das diversas Secretarias ou órgãos subordinados.

Departamento de Edificações e Obras No exercício de 1968, o DEO executou a construção de 44 prédios e contratou a execução de 93 prédios. Para as obras executadas diretamente realizou o dispêndio de NCr\$ 3.951.171,96 (três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e um cruzeiros novos e noventa e seis centavos), e nas obras contratadas o de NCr\$ 1.218.166, 37 (um milhão, duzentos e dezoito mil cento e sessenta e seis cruzeiros novos e trinta e sete centavos).

Através de sua Seção de Garagem e Oficinas, o DEO obteve a receita de NCr\$ 28.325,00 (vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco cruzeiros novos), nas atividades de aluguel de viaturas, carpintaria, lavagem de carros e venda de sucatas.

A Divisão de Estudos e Projetos realizou, durante o exercício, cerca de 122 projetos e 226 orçamentos.

Para manutenção do Departamento de Edificações e Obras, durante o ano de 1968 findo, foi concedida pelo Governo do Estado a importância de NCr\$ 1.000.000,00.

Departamento de Estrada de Rodagem O Plano Rodoviário Estadual foi totalmente reestruturado em função das estradas federais que cortam o território do Estado no sentido Norte-Sul (BR-101) e Leste-Oeste (BR-262), cujo ritmo da construção veio a ser incrementado pelo DNER.

Em relação à BR-262 foram projetadas e estão sendo executadas as rodovias ES-4, ES-5, ES-7 e ES-23, destinadas a ligar à arteria federal as localidades de Iúna, Muniz Freire, Afonso Cláudio, Alfredo Chaves e Castelo.

No exercício de 68 foram contratados os seguintes trechos das diversas rodovias integrantes do Plano Estadual:

	Extensão Kms.
ES-1 Itapemirim-Piúma	25
ES-2 Cariacica-Santa Leopoldina	40
ES-4 Bom Jesus do Norte-Iúna — BR-262	145
ES-5 Alegre-Muniz Freire — BR-262	66
ES-6 Muqui-Mimoso do Sul	22
ES-7 Castelo-Conceição Castelo — BR-262	
Afonso Cláudio	95
ES-8 Cachoeiro Itapemirim-Castelinho BR-262	105
ES-8 Pancas-Mantenópolis	60
ES-9 Apiacá — BR-101	48
ES-10 Alegre-Rive	20
ES-10 Safra-Marataízes	35
ES-11 Fundão-Santa Teresa	24
ES-15 Presidente Kennedy — BR-101	20
ES-15 Atilio Vivaqua — ES-16	25
ES-30 Ibirapu-Aracruz	15
ES-36 São Domingos-São Gabriel	30
ES-17 São Gabriel-Nova Venécia	52
ES-40 Pinheiro — BR-101	45
ES-43 Pinheiro-Vinhático — Montanha-Mucurici	63
— Pinheiro-Bôa Esperança-Nova Venécia	43
ES-43 B. S. Francisco-Ecoporanga	60
	1.043

Pavimentação No que toca exclusivamente à pavimentação, foram executados os seguintes trechos:

Trecho Rive-Alegre — concluido	12 km
Trecho Safra-Marataízes — contratado	34 km
Trecho Bom Jesus-Calçado — contratado	14 km
Trecho Calçado-Guaçuí — contratado	38 km

Implantação No exercício de 1968, foram implantados cerca de 85,31 km de rodovias, inclusive obras delegadas pelo DNER, com um dispêndio total de NCr\$ 6.647.000,00 (seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil cruzeiros novos), tendo sido movimentado um volume de terra, aproximado de: 3.772.255 m³.

Execução Financeira

A receita prevista para o exercício de 1968 foi praticamente realizada, tendo em vista que o saldo negativo de quase NCr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros novos), é devido a não realização de operações de crédito previstas em nível equivalente.

Assim sendo, a receita do DER atingiu em 1968 a importância de NCr\$ 16.279.084,24 (dezesseis milhões, duzentos e setenta e nove mil e oitenta e quatro cruzeiros novos e vinte e quatro centavos), para uma despesa realizada de NCr\$ 17.213.886,90 (dezessete milhões, duzentos e treze mil e oitocentos e oitenta e seis cruzeiros novos e noventa centavos).

CESAN A Companhia Espiritosantense de Saneamento continua enfrentando as dificuldades existentes na infra-estrutura do sistema que serve aos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica, procurando recuperar o complexo hidráulico e eletro-mecânico que recebeu do antigo DAE e cuja vida útil está visivelmente ultrapassada.

Essa a razão dos elevados custos operacionais do sistema da Grande Vitória, que vem impondo contínuos reajustamentos de tarifas, a contra gosto da diretoria financeira da Cia.

Financiamento Com o objetivo de instalar novos serviços de água no interior do Estado ou ampliar os que se encontram em funcionamento deficitário, a CESAN levantou os necessários estudos, submetendo-os ao BNH, para fins de financiamento.

Dêsses entendimentos resultou o Convênio de Cooperação assinado no corrente exercício, que teve a presença do Sr. Ministro do Interior, General Costa Cavalcante e do Sr. Presidente do BNH, Dr. Mario Trindade, e pelo qual serão atendidos cerca de 37 localidades no interior do Estado.

Projetos O Departamento de Planejamento técnico da CESAN elaborou cerca de 68 projetos e estudos parciais para captação, implantação e substituição de rêdes de abastecimento d'água na área da Grande Vitória e de várias localidades do interior do Estado.

SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA

Instalação A atual Secretaria de Segurança, cujas atribuições estavam na órbita da extinta Secretaria de Interior e Justiça, foi criada por força da Reforma Administrativa e estruturada pela Lei Delegada n.º 24, de 17.11.67. Na falta de dependências definitivas, está instalada provisoriamente no Ed. das Repartições Públicas.

Polícia Civil Durante o exercício de 68 foram criadas 4 (quatro) unidades policiais (Subdelegacias) nos distritos de Mascarenhas, Jacaraípe, Praia Grande e Iriri, respectivamente, nos municípios de Baixo Guandu, Serra, Fundão e Anchieta.

Em estudos a criação das Subdelegacias dos distritos de Itabaiana e Pôrto Belo (Mucurici) e Safra em Itapemirim).

Construções O Estado dispendeu a importância de NCr\$ 237.632,73 (duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e dois cruzeiros novos e setenta e três centavos), já empenhados em favor do DEO, com recurso orçamentário do exercício de 1968, na construção das Delegacias e Subdelegacias abaixo discriminadas:

CONCLUIDAS

Delegacia de Polícia de Boa Esperança	NCr\$ 10.000,00
Subdelegacia de Água Branca (SCP)	5.500,00
Subdelegacia de Carapebús (Serra)	10.870,00

EM CONSTRUÇÃO

Delegacia de Polícia de Afonso Cláudio	NCr\$ 31.338,00
Delegacia de Divino de São Lourenço	9.905,40
Delegacia de Fundão	13.680,00
Delegacia de Polícia de Guaçuí	22.446,00
Delegacia de Polícia de Itarana	9.905,40
Delegacia de Polícia de Montanha	13.680,00
Delegacia de Polícia de Muqui	18.126,00
Delegacia de Polícia de Nova Venécia	25.398,00
Delegacia de Polícia de Santa Teresa	18.126,00
Delegacia de Polícia de São José do Calçado	18.126,00

Subdelegacia de Baunilha (Colatina)	4.638,37
Subdelegacia de Flexal (Cariacica)	5.650,20
Subdelegacia de Izabel (D. Martins)	5.650,20
Subdelegacia de João Neiva (Ibiraçu)	8.942,45
Subdelegacia Mal. Floriano (D. Martins)	5.650,20

Equipamentos Adquiridos e pagos com recursos orçamentários do exercício de 1968:

Wolkswagen	30
Furgão Chevrolet	2

Foram adquiridos da Intelco Comunicações, 9 (nove) aparelhos, assim discriminados:

Estações móveis	2
Estações fixas	4
Estações repetidoras duplas	2
Estações repetidoras triplas	1

Esse sistema foi instalado nos principais municípios do Estado, perfazendo um total de NCr\$ 160.436,00.

Dados Estatísticos	Documentos submetidos ao Sr. Superintendente da Polícia Civil para despachos	18.753
	Inquéritos remetidos à Justiça de diversas Comarcas	7.767
	Relatório de Inquéritos Policiais	1.582
	Auxílios diversos ao público	1.070
	Averiguações	2.541
	Patrulhamentos Preventivos	4.131
	Transporte de presos	1.460
	Total de detenções feitas	731

Inquéritos remetidos à Justiça:

Delegacia de Ordem Política e Social	79
Delegacia de Costumes e Diversões	145
Delegacia de Segurança Patrimonial	166
Delegacia de Segurança Pessoal	193
Delegacia de Defraudações e Falsificações	103
Delegacia Extraordinária	29

Polícia Militar Dentre as inúmeras medidas internas, de caráter administrativo adotadas, merecem, sem dúvida, destaque especial: 1) a parte disciplinar na Corporação, o que permitiu uma perfeita observância dos preceitos hierárquicos; 2) a instrução, com funcionamento de dois cursos, a realização de concurso

para EFO e diversos concursos de especialistas, e a formação de 4 turmas de Recrutas. O efetivo da PMES é fixado pela Lei n.º 1.997, de 20.03.64 (Lei de Organização da PMES). É, atualmente, o seguinte:

	Previsto	Existente
Coronel	7	6
Tenente Coronel	5	6
Major	13	12
Capitão	34	28
1.º Tenente	31	7
2.º Tenente	57	29
Asp. a Oficial		7
Alunos do EFO	39	29
Subtenente	37	27
1.º Sargento	61	46
2.º Sargento	86	81
3.º Sargento	190	179
Cabo	263	220
Soldado	1.200	1.123
	2.014	1.800

Estão destacados no interior do Estado e na Capital 687 militares.

Foi acentuado o trabalho desenvolvido pelo DRP, no sentido de colocar o povo a par das atividades exercidas pela PMES, em todos os setores.

Estão instaladas e em funcionamento as estações radiográficas dos Destacamentos Policiais-Militares dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Iúna, Muniz Freire, Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Ecoporanga, Nova Venécia, Pinheiros, Barra de São Francisco, Mantenedópolis e Mucurici, que através da estação instalada no Palácio do Governo, atendem a toda correspondência oficial.

O CSA dispõe de diversas seções de serviços, a saber: carpintaria, obras, sapataria, hidráulica, ferraria, mecanografia, pintura, colchoaria, capotaria e mecânica.

SERVIÇOS SOCIAIS

SERVIÇOS SOCIAIS

SERVIÇOS SOCIAIS

Instalação A Secretaria de Serviços Sociais, criada pela lei da Reforma Administrativa, teve a sua estrutura básica definida pela Lei Delegada n.º 12, passando a seu cargo a política de bem estar social, notadamente no que diz respeito aos problemas de previdência e habitação.

A posse do titular da nável Secretaria só se efetivou em março de 68, tendo o restante do exercício absorvido praticamente as tarefas de sua instalação.

No mês de maio, foram corrigidas as irregularidades que se verificavam no antigo Departamento Social do Menor, inclusive quanto à situação de empregados sob regime da CLT.

Passando o Departamento Social do Menor (Instituto Francisco Schwab) à nova diretoria, realizou esta vários melhoramentos nos seus serviços, a saber: pintura geral e reequipamento das seções de carpintaria, alfaiataria, tipografia e barbearia.

No mês de dezembro, foi assinado, com a presença do Presidente da Fundação do Bem Estar do Menor, Dr. Mário Altenfelder, convênio que propiciou ao Estado atender a cerca de 16 obras sociais, com a importância de NCr\$ 329.400,00 (trezentos e vinte nove mil e quatrocentos cruzeiros novos), em números redondos.

I.P.A.J.M. Com as suas possibilidades financeiras melhoradas, tendo em vista o pontual recolhimento pelo Tesouro do Estado, das parcelas consignadas mensalmente em fôlha pelo funcionalismo público Estadual, o que infelizmente não ocorria em períodos anteriores, pode este Instituto cumprir satisfatoriamente, suas finalidades, pagando em dia os benefícios devidos aos seus segurados — Pensões, auxílios, etc., bem assim manter em atividade a sua carteira imobiliária, no afã de dar ao funcionário a possibilidade de adquirir “casa própria”.

Damos a seguir, com dados numéricos, o resumo das atividades deste Instituto, por setor, durante o exercício de 1968:

PREVIDÊNCIA (Divisão de Previdência e Assistência)

Com a finalidade de aquilatar as possibilidades técnicas deste Instituto em melhorar os benefícios pagos a seus segurados, houve por bem a atual Diretoria contratar os serviços do Dr. Hilton Vicente de Almeida, atuário de nomeada e com larga fôlha de serviços prestados a este Instituto, quando de sua criação, a quem foi incumbida também a tarefa de dizer das possibilidades de fazermos funcionar a Assistência Médica, tão almejada por nossos segurados.

Durante o exercício de 1968, pagamos:

Pensões Vitalícias	— 374 pensinonistas	NCr\$ 322.151,59
Pensões Temporárias	— 867	104.430,47
Pecúlio especiais	— 65	37.523,12
Pecúlio da C.B.J.M.	— 38	1.515,20
Auxílios Natalidades	— 261	1.890,00
Auxílios Funeral	— 103	6.378,00

EMPRÉSTIMOS (Divisão de Aplicação de Capital)

Continuamos durante o exercício de 1968, na política de contenção de despesas, visando amealhar recursos para aplicá-los na expansão da carteira imobiliária, cuja movimentação sempre mereceu prioridade no investimento dos recursos disponíveis.

Mesmo assim, atendendo aos casos de emergência, com internações hospitalares e empréstimos a prazo curto (limitados em NCr\$ 10,00), dispendemos no exercício, o montante de NCr\$ 18.724,56. assim distribuído:

Empréstimo Ordinário	— 48 atendimentos	NCr\$ 1.920,00
Empréstimo a Prazo Longo	— 2 atendimentos	19,56
Empréstimos de Emergência	— 189 atendimentos	9.450,00
Empréstimos especiais	— 6 atendimentos	180,00
Empréstimo a Prazo Curto	— 642 atendimentos	7.155,00

Setor Imobiliário Quanto aos Empréstimos Imobiliários, estamos minutando as escrituras de 64 apartamentos constantes do Conjunto Residencial de “Maruípe”, recentemente entregues aos funcionários contemplados, bem assim 30 casas situadas no Conjunto Residencial da “Toca”, em Vila Velha.

Pelo baixo custo de aquisição, deliberou este Instituto ampliar o Conjunto da “Toca”, em mais 20 unidades, as quais já se encontram concluídas, já estando convidados a preparar a documentação necessária, os funcionários que obtiveram classificação para as mesmas.

Na construção do conjunto da “Toca”, dispendeu o “IPAJM” a importância de NCr\$ 200.000,00, em números redondos, estando em fase de apuração, as despesas menores com cercas, ligações de água e luz, bem como despesas com custas de escrituras.

Ainda com referência ao setor imobiliário, estamos aguardando a liberação da Prefeitura ao pedido de aprovação do loteamento de

“GOIABEIRAS” para iniciarmos a construção de 301 casas, em convênio com o Banco Nacional de Habitação, cuja concorrência inclusive, já foi efetuada e julgada, sendo esta a principal meta neste setor, já estando previstos os recursos necessários no orçamento para o corrente ano.

Benefícios No decorrer do exercício, o órgão previdenciário do funcionalismo estadual efetuou o total de 657.127,65 em benefícios assim discriminados:

Pensões	NCr\$ 426.582,06
Pecúlios	39.038,32
Auxílios	8.268,00
Pessoal	169.552,23
Material de Consumo	7.923,25
Despesas Diversas de Administração	5.763,79
Total	NCr\$ 657.127,65

I.B.E.S. Das trezentas (300) unidades residenciais construídas com recursos do IBES, mais de 2/3 já foram objeto de escritura definitiva a seus promitentes compradores.

Sua situação patrimonial estaria hoje praticamente arrazada, não fôsse a lei 2.144, de 15.10.65, que procurou resguardá-lo da política até então adotada.

Parte da renda do IBES procede da locação de suas lojas comerciais.

O novo Mercado, construído por sua iniciativa, lhe dará também renda apreciável, em termos relativos.

Receita A receita apurada no exercício de 1968, constou do seguinte:

Arrecadação proveniente da taxa estabelecida por	
Lei 2.141	9.801,20
Rendas Imobiliárias	9.576,42
Receitas Diversas	3.701,78
Dotação Orçamentária	65.000,00

Da nossa quota de NCr\$ 100.000,00 constante do Orçamento Analítico do Estado, utilizamos NCr\$ 16.859,08 para a manutenção específica, estando o saldo restante sendo empregado na construção do novo Mercado.

Serviço Social O Instituto mantém no Núcleo Residencial “Alda Santos Neves”, um Centro Social, destinado a ensinar às pessoas menos favorecidas, que desejam aprender a profissão

de corte e costura e trabalhos manuais para que, em futuro próximo, possam contar com meios de ganhar o próprio sustento.

Atualmente, já estão matriculadas 34 alunas, cursando corte e costura, para receber o diploma no mês de março do corrente ano.

COHAB - ES A Cooperativa Habitacional do Espírito Santo efetuou, no exercício de 68, o aumento de seu capital de NCr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos) para NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) e instalou-se em sua sede própria, edifício Navemar, 301, em área de 180 m².

O pessoal administrativo da COHAB é custeado proporcionalmente pelos dois acionistas, cabendo ao Estado e à Prefeitura de Vitória 2/3 e 1/3, respectivamente das despesas sob essa rubrica.

Construções Com o financiamento integral do Banco Nacional de Habitação — BNH, tem a COHAB-ES, dentro em suas possibilidades e com o apêio moral e ajuda do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Vitória e algumas Prefeituras do interior do Estado, procurado cumprir a parcela que lhe foi confiada na luta empreendida pelo Governo Federal, através do Banco Nacional de Habitação (BNH) para a solução de um dos principais e mais complexos problemas, que é o da habitação. Assim é que:

OBRAS CONCLUÍDAS:

Colatina	112 casas	199.853,79
Linhares	130 "	980.545,40
Serra	76 "	126.909,51
Aracruz	64 "	181.015,00
Castelo	72 "	186.405,70
Santa Maria do Jetibá	55 "	177.130,54

EM CONSTRUÇÃO: (Em acabamento)

Vitória	569 casas	1.998.064,73
Colatina	104 "	344.347,32
Linhares	170 "	563.807,10
S. Gabriel da Palha	72 "	228.346,06

PROJETOS NO BNH

1 — Ferro e Aço	299 casas	1.686.190,00
2 — Vila Velha		
a — Santa Mônica	305 "	1.447.663,45
b — Itaparica	112 "	850.223,00
3 — São José do Calçado	44 "	191.181,00
4 — Ibraçu	66 "	329.170,00
5 — João Neiva	80 "	388.099,00

Financiamentos A COHAB - ES, conseguiu do Banco Nacional da Habitação com autorização para repassar, sob sua responsabilidade e se considerar conveniente, a outros órgãos, os seguintes empréstimos:

a — para o serviço de abastecimento de água ao núcleo de Colatina. Importância repassada ao Serviço Autônomo de água e Esgôto de Colatina	20.410,80
b — para o serviço de água do núcleo de Linhares. Importância repassada à Prefeitura Municipal de Linhares	58.147,08
c — para o serviço de água do núcleo Goiabeiras II. Repasse feito à CESAN	40.121,35
d — serviço de drenagem, meios fios e atêrro do núcleo Goiabeiras II. COHAB - ES	121.627,20

Terreno Ainda com financiamento do BNH, a COHAB - ES adquiriu pela importância de NCr\$ 313.500,00 (trezentos e treze mil e quinhentos cruzeiros novos) o terreno onde está sendo construído o conjunto residencial Goiabeiras II.

Adquiriu, ainda, com recurso próprio, e por NCr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros novos) o terreno conjunto residencial de Aracruz.

Essas, em síntese, as atividades da Companhia Habitacional do Espírito Santo COHAB - ES durante o exercício financeiro de 1968.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Diretrizes Gerais A Secretaria de Indústria e Comércio foi criada pela lei n.º 1.805 de 30 de janeiro de 1963 e regulamentada, posteriormente, pelo Dec. n.º 1.165 de maio de 1965.

Com o advento da Reforma Administrativa, sua reestruturação se fez através da Lei Delegada n.º 9 de 13 de novembro de 1967, complementada, mais tarde, pelo Decreto n.º 2.792 de 13 de agosto de 1968.

Dentro de sua finalidade precípua, procurou este órgão governamental estimular, coordenar e executar uma política capaz de promover, com maior intensidade, o desenvolvimento da indústria e do comércio no Estado.

A par de inúmeras providências, fez a Secretaria de Indústria e Comércio uma campanha de esclarecimento, com vistas à aplicação de recursos dedutíveis do imposto de renda em empreendimentos capixabas, já se podendo prever, consoante o Boletim 26/68 do Departamento do Imposto de Renda, que, no próximo recolhimento se eleve acima de 17,8% o percentual destinado ao nosso Estado.

Estamos convencidos de que a continuidade dessa campanha de esclarecimento e mais a luta titânica que se trava pela obtenção de uma política de incentivos fiscais para o nosso Estado, está podendo sensibilizar os homens de empresa no estabelecimento de novas indústrias no Estado, que irão oferecer o resultado com o qual acelerar-se-á o processo desenvolvimentista do Espírito Santo.

Através da Divisão de Fomento à Indústria e da Divisão de Política Comercial, pode a Secretaria processar as medidas de caráter administrativo de sua competência.

Assim, à Divisão do Fomento à Indústria coube:

1) — Proceder ao levantamento técnico, econômico e financeiro, junto às empresas que pleiteiam concessões de estímulos fiscais ao Governo do Estado, bem como acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais, observando o que determina a legislação em vigor;

2) — avaliar e divulgar as relações intersetoriais do parque

industrial instalado no Estado. Assessorar os setores industriais sediados no Estado, especialmente à pequena e média empresa, no que se relaciona, com a aplicação de normas técnicas, administrativas e financeiras, objetivando melhor utilização dos fatores de produção ; e

3) — manter contatos permanentes com os diversos órgãos da administração Estadual e Federal, nas atividades relacionadas com o desenvolvimento industrial.

A Divisão de Política Comercial coube:

1) — orientar as solicitações formuladas por pessoas físicas e jurídicas interessadas na aplicação do percentual permissível do seu Imposto de Renda, em empreendimentos no Estado, conforme opção facultada do Governo Federal, e

2) — promover visitas a diversas firmas e sindicatos, visando a obter subsídios necessários a criação do Conselho Estadual de Turismo, órgão colegiado, vinculado à Secretaria.

Além dessas atividades normativas, estão vinculadas à Secretaria diversas instituições industriais do Estado:

Imprensa Oficial;
Junta Comercial;
Empresa Capixaba de Turismo;
Companhia de Pesca do Espírito Santo; e
Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim.

IMPrensa Oficial

Registrou-se no exercício de 1968, no Departamento de Imprensa Oficial um resultado dos mais auspiciosos já verificados naquele órgão.

Não obstante as dificuldades materiais e técnicas, o Departamento de Imprensa Oficial não deixou, em nenhum momento, de cumprir as suas finalidades, atingindo, mesmo com um equipamento de composição e impressão inadequado, um índice de produtividade dos mais expressivos, colocando rigorosamente em dia as publicações oriundas dos três Poderes; confeccionando os seguintes trabalhos: "Reforma Administrativa", "Coletânea de Leis Estaduais" (2 volumes), "Um Estado em Marcha para o Desenvolvimento" (2 edições) e "Revista do Tribunal de Justiça", tomo referente a cinco anos; atendendo a todas as encomendas provenientes das repartições públicas, solicitadas através da Diretoria de Material do Departamento de Material e Patrimônio, com a confecção de 19.048.350 (dezenove milhões quarenta e oito mil e trezentos e cinquenta) impressos diversos.

Reconhecendo que o atual prédio onde funciona o DIO longe

está de satisfazer às exigências decorrentes do seu desenvolvimento, não comportando, inclusive a instalação de moderno equipamento de maquinárias, a ser adquirido no exercício de 1969, já autorizamos a construção do novo edifício-sede, em Bento Ferreira, para o que já foi empenhado, a favor do Departamento de Edificações e Obras, a importância de NCr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros novos).

JUNTA COMERCIAL

A Junta Comercial é um órgão subordinado, administrativa-mente, à Secretaria de Indústria e Comércio e, tecnicamente, ao Ministério da Indústria e Comércio, por seu setor denominado Departamento Nacional do Registro do Comércio.

Cumprindo suas altas finalidades, pôde, a Junta Comercial, em 204 (duzentos e quatro) reuniões efetuadas, julgar 4.479 (quatro mil quatrocentos e setenta e nove) processos, extrair 1.636 (mil seiscentos e trinta e seis) certidões, despachar 3.499 (três mil quatrocentos e noventa e nove) papéis diversos, bem assim rubricar 7.911 (sete mil novecentos e onze) livros, números que refletem o bom trabalho que ali se desenvolve.

Compreendendo as dificuldades até então existentes, no que concerne à sua deficiente instalação, entendemos indispensável autorizar a aquisição, mediante concorrência pública, de sua sede própria, o que foi regularmente feito, com a compra do 3.º andar do Edifício Português, medindo 550 m² (quinhentos e cinquenta metros quadrados) situado à Rua General Osório, esquina da Florentino Avidos, pelo preço de NCr\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil cruzeiros novos) e cuja escritura já se acha devidamente lavrada no Cartório do 3.º Ofício, desta Capital.

O orçamento da Junta Comercial foi estimado em NCr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros novos), dos quais foram arrecadados NCr\$ 238.179,14 (duzentos e trinta e oito mil, cento e setenta e nove cruzeiros novos e quatorze centavos). Tendo atingido a NCr\$ 201.708,26 (duzentos e hum mil, setecentos e oito cruzeiros novos e vinte e seis centavos) a despesa, registrando-se, então, um superávit da ordem de NCr\$ 36.470,88 (trinta e seis mil, quatrocentos e setenta cruzeiros novos e oitenta e oito centavos).

EMPRESA CAPIXABA DE TURISMO

O Governo Federal, através do Decreto Lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966, criou condições para promover o turismo interno, com a dedução de 8% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, à guisa de incentivos fiscais, para aplicação exclusiva em empreendimentos turísticos.

A preocupação do Governo do Estado, ao traçar a sua Política

de Turismo, foi a de se aparelhar convenientemente para enfrentar a concorrência dos outros membros da Federação, para que o Espírito Santo não perdesse a oportunidade de ter uma parcela de incentivos fiscais aplicada em favor de seu desenvolvimento.

Pelo Decreto Lei n.º 2 576, de 11 de setembro de 1967, o Governo do Estado criou um Grupo de Trabalho constituído pelos senhores Filemon Tavares, Jilmar Madeira da Silva, Alvimar Vieira Rodrigues, Marien Calixte e Jerônimo Vervloet, sob a Presidência do primeiro, destinado a formular as diretrizes de uma política estadual do turismo, sugerindo ao Poder Executivo a legislação específica e a estruturação dos órgãos incumbidos de executar os programas propostos.

As recomendações desse grupo de Trabalho levaram o Executivo a criar os órgãos de coordenação e execução dos programas oficiais e da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e orgânico à atividade turística estadual: o Conselho Estadual de Turismo, criado pela Lei n.º 2.296, de 17 de julho de 1967, para dirigir e coordenar a política estadual de Turismo, e a Empresa Capixaba de Turismo criada pela Lei Delegada n.º 7, de 9 de novembro de 1967, para executá-la.

Ao criar a EMCATUR, procurou o Governo concebê-la dentro das exigências estabelecidas pelo órgão pioneiro do turismo nacional que é a EMBRATUR, e hoje, malgrado as dificuldades enfrentadas em sua fase de implantação, não apenas pela escassez de recursos financeiros, como também por uma certa dose de ceticismo quanto a obtenção, a curto prazo, dos resultados visados, ela se constitui numa das poucas empresas similares com processo de filiação e registro regularizado junto à EMBRATUR.

A regularização de seu processo de filiação permite à EMCATUR colocar-se à disposição dos investidores para elaboração de projetos turísticos no Estado, com a aplicação dos incentivos fiscais previstos pelo Decreto Lei n.º 55, do Governo Federal.

Duas outras medidas podem ser consideradas da mais alta significação, como veículos de fixação do turismo em nosso Estado: a remodelação do Teatro Carlos Gomes, para seu aproveitamento específico, e a retomada, ao grupo privado, do Radium Hotel de Guarapari. Não só o estabelecimento hoteleiro, como também aquela casa de espetáculos, sofreram transformações administrativas e estruturais, capazes de oferecer maior motivação turística.

O Parque Nacional de Caparaó, em sua parte capixaba, vem merecendo estudos para seu aproveitamento e a Empresa Capixaba de Turismo já tem um plano inicial para sua execução, com o aproveitamento de um próprio do Estado localizado no Pico da Bandeira.

No setor promocional a EMCATUR promoveu a representação do Espírito Santo na Feira da Providência, na Guanabara, e na Festa do Candango, em Brasília, participações essas que lograram merecer referências elogiosas da imprensa nacional.

Consciente da grande importância que, para o desenvolvimento de uma empresa, constitui, hoje, a instituição de um planejamento ordenado, a direção da EMCATUR promove junto à Consultoria Técnica de Administração e Planejamento a elaboração de um Plano Diretor de Turismo para o Espírito Santo.

Diante do exposto, estamos esperançosos de poder, com o êxito a ser alcançado através da obtenção de recursos decorrentes da objetiva política de incentivos que se está a preconizar, atrair considerável volume de investimentos para o nosso Estado. Este otimismo não chega a constituir-se em devaneio, se levarmos em consideração que em 1968 foram deduzidas NCr\$ 112.392,00 (cento e doze mil trezentos e noventa e dois cruzeiros novos) do Imposto de Renda para a aplicação em empreendimentos turísticos no Espírito Santo. Esta dedução poderia ter atingido a NCr\$ 1.229.422,00 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros novos) se a EMCATUR tivesse sido criada um ano antes e se não fôra a reconhecida retração do investidor capixaba. As perspectivas nos levam a crer que, regularizada a EMCATUR, fato consumado, e vencida a resistência do investidor capixaba em aplicar seus recursos no próprio Estado, alcançaremos no ano base de 1969 uma expressiva aplicação de recursos na indústria local de turismo.

COMPANHIA DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO

A costa do Espírito Santo possui uma situação privilegiada para a exploração da pesca: está situada na faixa de transição, entre as duas zonas pesqueiras nitidamente diferentes do país. Desfrutando de uma posição estratégica, está obviamente à mínima distância das duas zonas pesqueiras e dos mercados para os respectivos pescados (que estão invertidos, segundo o Alm. Moreira da Silva), obtendo, assim, os menores custos de operação.

É uma localização muito próxima do ponto ideal para uma empresa de exploração da pesca, pois os barcos de linha baseados no Pôrto do Rio de Janeiro levam aproximadamente 24 dias para pescar (ida e volta) nos Abrolhos — o grande manancial de peixe finos (badejo, cherne, etc.) enquanto os sediados em Vitória (COPESA I e II) gastam apenas 13 dias, propiciando mais baixos custos de produção.

Além dos mercados tradicionais (Rio, São Paulo e Nordeste) o Espírito Santo poderá contar com a potencialidade do mercado da hinterlândia, especialmente a região ainda inexplorada do Vale do Rio Doce.

Dêste modo, estas circunstâncias dão especial realce à costa do Espírito Santo, cuja combinação de tais vantagens não só permitem melhores possibilidades para industrialização do pescado como também oferecem ao nosso Estado a possibilidade de vir a ser o grande entrepôsto brasileiro de pescado.

A COPESA — Cia. de Pesca do Espírito Santo — foi criada pelo Governo Estadual através da Lei n.º 2.287 de 5 de abril de 1967 e constituída em 20 de abril de 1967 com a finalidade de dinamizar este importante setor de atividade econômica e social, até então marginalizado pela Administração Pública.

Inicialmente, foi contratado um projeto de um Entrepôsto de Pesca com a finalidade de reestruturar o antigo Armazém Frigorífico, local tradicional e improvisado em pôrto pesqueiro onde os barcos concentravam-se para abastecimento de gelo e outros insumos indispensáveis à pesca. O referido projeto foi aprovado em 13.12.67, através da Resolução n.º 64 da SUDEPE, recebendo, dêste modo, os benefícios do Decreto Lei n.º 221 (incentivos fiscais).

Este Entrepôsto que irá dinamizar a pesca por fomentar a comercialização do pescado, o grande ponto de estrangulamento da pesca, conta com as seguintes unidades (1.ª etapa):

- uma fábrica de gelo em barra 36 t/dia;
- uma câmara de estocagem gelo p/150 t;
- um tunel congelamento com capacidade de 14 t/dia;
- uma câmara de triagem de pescado de 50 t;
- uma câmara para peixe congelado para 150 t;
- duas câmaras para peixe salgado (próprio e de terceiros) com capacidade de 200 t;
- salão de beneficiamento de pescado, sala de máquinas, escritórios, almoxarifados, etc.; e
- abastecimentos: gelo, óleos, combustível e lubrificantes, água, iscas, etc.

Do referido projeto já foram executados 80% do seu cronograma de obras.

Instalou-se o Frigorífico de Guarapari em 11.08.68, com aproveitamento do material abandonado em Santa Cruz pelo Abrigo Christo Redentor e recursos financeiros do antigo Entrepôsto Frigorífico de Vitória. Além de abastecer aquele importante centro turístico, fornece gelo, óleo, etc., aos barcos de pesca.

C O P I S A

A Cia. de Pesca do Itabapoama — COPISA — possui um capital de NCr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos). Seu princi-

pal objetivo é a pesca de camarões na região de Barra do Itabapoama, para o qual já dispõe de câmaras frigoríficas, fábrica de gelo, cais e treze (13) barcos em operação. Face a problemas financeiros surgidos na COPIISA que, inclusive, estariam ameaçando sua estrutura orgânica, viu-se a COPESA na contingência de passar ao comando acionário da empresa, ali procedendo às modificações indispensáveis, fato que permitiu atender, não apenas aos compromissos vencidos, como, também, aos encargos decorrentes de seu funcionamento normal.

ESTUDOS E PROJETOS

Com a PROMOPECHE a COPESA contratou um projeto com vistas à construção de um porto pesqueiro com carreira naval, visando fornecer condições de infraestrutura ao Entrepôsto de Pesca, para assegurar maior produtividade aos barcos de pesca.

Preocupando-se com a expansão do seu projeto embrionário (o Entrepôsto de Pesca), e situando-o numa estrutura integrada, isto é, que abarque da captura à comercialização, a COPESA manteve entendimentos com a PLANAVE (Engenharia e Planejamento Ltda.), através da FINEP de um novo estudo que visa além da distribuição do pescado na área da Grande Vitória, o dimensionamento de sua frota pesqueira. Aliás a SUDEPE já havia autorizado a inclusão no cronograma físico-financeiro do projeto do Entrepôsto de Pesca a aquisição de dois (2) barcos de 10 (dez) toneladas cada um, que têm apresentado resultados satisfatórios.

Foi mantido com a FEMAR (Fundação de Estudos do Mar) um convênio com os Ministérios do Trabalho e Educação de dois (2) cursos: Patrões de Pesca e Motoristas de Barcos Pesqueiros.

Vale ressaltar, finalmente, que o seu capital inicial, que era NCr\$ 300.000,00, foi elevado, por força da Lei n.º 2.316, publicada em 23.12.67 para NCr\$ 2.100.000,00; tendo o Governo, subscrito e integralizado 51% do mesmo.

FABRICA DE TECIDOS DE

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — Organização fabril, tendo como maior acionista o Governo do Es-

tado que, após a reforma dos estatutos, recentemente realizada, passou a manter o comando geral da empresa, anteriormente exercido por particulares, uma vez que o Presidente era escolhido pelo Governo do Estado sem exercer, atribuição destacável; vinha ha muito apresentando em seus balanços anuais, resultados deficitários, sem deixar de consignar, também a constrangedora situação de abandono em que parecia viver a empresa.

Se em verdade a sua quase total recuperação exigiu esforços inauditos, as perspectivas animadoras de franco desenvolvimento que a organização experimenta constituem uma recompensa ao duro traba-

lho empreendido e corresponde a uma esperançosa contribuição para o progressivo crescimento de nosso ainda incipiente parque industrial, no setor textil.

Entre algumas medidas de caráter administrativo, procedeu-se ao registro de bens imóveis, à confecção de plantas das propriedades e do interior da própria fábrica, destacando a localização do maquinário, o reajustamento dos seguros contra incêndio, a regulamentação da Lei n.º 2.314, de 22.12.67, que dá participação aos empregados no lucro da empresa, além de outras de interesse burocrático.

Há que se registrar o empenho que tivemos no estímulo à lavoura algodoeira, fato que a Direção da Sociedade considerou, adquirindo 600.000 Kg (seiscentos mil quilos) de algodão em caroço, produzido no Estado. Tal empenho nós manifestamos, ainda, quando da decisão que adotamos de instalar em Cachoeiro de Itapemirim uma fábrica de óleos, cujo início de funcionamento está previsto para este ano.

Contando com o apoio financeiro da CODES, foi feito um projeto para modernização de seu maquinário, com a aquisição de diversas unidades, providência que irá permitir uma maior capacidade produtiva, oferecendo assim, condições de poder alcançar a sua auto suficiência e, conseqüentemente, acelerar o processo de seu crescente desenvolvimento.

É justo consignar afinal, como corolário de todo o trabalho desenvolvido pela direção da empresa, que a Sociedade apresentou, em seu balanço anual, de 31.12.68, um saldo positivo que ultrapassou a casa dos NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), considerado excelente.

IV — EQUIPE ADMINISTRATIVA

IV — EQUIPE ADMINISTRATIVA

Durante o exercício de 68, contamos com a valiosa colaboração de todo o funcionalismo e, especialmente dos seguintes auxiliares de primeiro escalão, na Administração Direta e Descentralizada:

SECRETÁRIO DA FAZENDA	— Adyr Maya
SECRETÁRIO DO INTERIOR E ASSUNTOS DA JUSTIÇA	— Paulo Augusto Costa Alves
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	— Darcy Werther Vervloet
SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	— Salomão Nader
SECRETÁRIO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA	— Hamilton Machado de Carvalho
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	— José Dias Lopes
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS	— José Carlos Pereira Netto
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS	— Henrique Del Caro
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA	— Guilherme Pimentel Filho
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA	— Alvino Gatti
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL	— José Carlos da Fonseca
CONSULTOR GERAL DO ESTADO	— Antonio Dias de Souza
CHEFE DO GABINETE MILITAR	— Alceu Junger Vieira
SECRETÁRIO PARTICULAR	— Gutman Uchôa de Mendonça
DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	— Ary Queiroz da Silva
PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA	— Abimar Pereira dos Santos
PROCURADOR GERAL DO ESTADO	— José Caldas Britto
COORDENADOR GERAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	— José Angelo Agostini Muniz
COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR	— Jader Peixoto Rubim
SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL	— José Dias Lopes
DIRETOR-PRESIDENTE DO BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO	— Luiz da Silva Teixeira

DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO
DE ESTRADA DE RODAGEM
SUPERINTENDENTE DO PORTO DE
VITÓRIA

— José Carlos Pereira Netto

DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPA-
NHIA ESPÍRITOSANTENSE DE SANEA-
MENTO

— Dorian Castello Miguel

DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DE-
SENVOLVIMENTO DO VALE DO ITA-
BAPOANA

— Décio Thevenard

DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO
DE ENGENHARIA E MECANIZAÇÃO
AGRÍCOLA

— Damaso Serra

COORDENADOR DA MOBILIZAÇÃO
CÍVICA CONTRA O ANALFABETISMO

— Darly Nerty Vervloet

DIRETOR PRESIDENTE DA COMPA-
NHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ES-
PÍRITO SANTO

— José Silva

DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO
DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MON-
TEIRO

— Arthur Carlos Gerhardt Santos

DIRETOR PRESIDENTE DA COOPERA-
TIVA HABITACIONAL DO ESPÍRITO
SANTO

— Ewaldo Mello

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPI-
TALAR DO ESP. SANTO

— Tuffy Nader

PRESIDENTE DA **JUNTA COMERCIAL**
DIRETOR PRESIDENTE DA FÁBRICA
DE TECIDOS DE CACHOEIRO DE ITA-
PEMIRIM

— Hamilton Alves Vieira

— Luiz Gabeira

DIRETOR PRESIDENTE DA COMPA-
NHIA DE ARMAZENS E SILOS DO
ESP. SANTO

— Moacyr Pimentel

DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO
DE IMPRENSA OFICIAL

— Eugenio de Souza Paixão

DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

— José Maria Athayde Guimarães

DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO
DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

— Murilo de Castro Amaral

DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA
FÔRÇA E LUZ ALEGRE VEADO S/A

— Jair Moraes

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
EDIFICAÇÕES E OBRAS

— Edgar Rodrigues de Oliveira

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
TRANSPORTES

— Dorian Castello Miguel

— Eduartino Silva

ÍNDICE POR ASSUNTO

"A"

ACARES — (Associação de Crédito Agrícola do Espírito Santo)	133
ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE VITÓRIA	40 e 142
ADMINISTRAÇÃO — Saneamento da	33
AGRICULTURA — Política de financiamento à	42
AGRICULTURA — Relatório da Secretaria da	125
AGRO-INDÚSTRIA	134
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	115
ANALFABETISMO — Mobilização cívica contra o	113
ASSESSORAMENTO — Sistema de	77
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	95
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	91
AUTORIDADE — Afrouxamento da	27

"B"

BALANÇO PATRIMONIAL	54
BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO — agente finan- ceiro do desenvolvimento	33 e 62
BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO — carteira agri- cola do	63
BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO — entrosamento	23
BANCO DE DESENVOLVIMENTO — criação do	71
BOLSAS DE ESTUDO	113
BR — 262, 101, 482 e 259	37

"C"

CASES — (Companhia de Armazem e Silos do Espírito Santo)	129
CEPA — (Comissão Executiva da Política Agro-pecuária)	136
CESAN — (Companhia Espiritosantense de Saneamento)	148
CODEC — (Conselho de Desenvolvimento Econômico)	82
CODES — (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo) — café solúvel	67
CODES — (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo) —	33 e 65
CODES — (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo) — subsi- diárias	71
COHAB-ES — (Cooperativa Habitacional do Espírito Santo)	33 e 160
COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA	121
COMUNICAÇÕES — Convênio com CTES	141
CONCURSOS PÚBLICOS	81
CONTADORIA GERAL	58

II

COPESA — (Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A.)	33 e 165
COPISA — (Companhia de Pesca do Itabapoana S/A.)	33 e 160
CRÉDITO RURAL — (Banco de Crédito Agrícola do Esp. Santo)	6a
CRÉDITO RURAL — orientado	64 e 127
CRISE — Componentes da	13
CULTURA — Política de	112
CULTURA — Conselho Estadual de	111

“D”

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	126
DEO — (Departamento de Edificações e Obras)	146
DER-ES — (Departamento de Estrada de Rodagem do Esp. Santo)	146
DERMAG — (Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola)	128
DESENVOLVIMENTO — Ausência de estrutura para o	23
DESPESA — demonstração da	52
DESPESA — com pessoal	54
DÍVIDA PASSIVA	56
DOENÇAS PESTILENCIAIS	92
DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	91
DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS AGUDAS	92

“E”

EDUCAÇÃO — Conselho Estadual de	111
EDUCAÇÃO FÍSICA — Diretoria de	107
EDUCAÇÃO — Plano Nacional de	114
EDUCAÇÃO — Relatório da Secretaria de Educação e Cultura	99
EDUCAÇÃO — setor de	40
EMCATUR — Empresa Capixaba de Turismo	33 e 167
EMPRESA FÔRÇA E LUZ ALEGRE VEADO S/A.	140
ENERGIA ELÉTRICA — convênio Norte do Estado	39 e 139
ENERGIA ELÉTRICA — fusão Escelsa/CCBFE	37
ENSINO MÉDIO — Diretoria do	108
ERRADICAÇÃO DO CAFÉ — Impacto da	17
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	84
ESTATÍSTICA PORTUÁRIA	142
ESTATÍSTICA — Serviços de	122
ESTÍMULOS — aos investimentos privados	43
ESTRUTURA P/DESENVOLVIMENTO — ausência de	23
EXPERIMENTAÇÃO E PESQUISA — Secretaria de Agricultura	127

“F”

FINANCIAMENTO — ao setor privado	69
--	----

III

FINANCIAMENTO — ao setor público	68
FORUNS — Construção de	122
FRUTICULTURA	133
FUNDAÇÃO HOSPITALAR	96

"G"

GABINETE CIVIL E MILITAR	84
--------------------------------	----

"H"

HIGIENE DA CRIANÇA	96
--------------------------	----

"I"

IBES — (Instituto de Bem Estar Social)	158
IMPrensa OFICIAL	160
INCENTIVOS FISCAIS	44
INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Relatório da Secretaria de	165
INFRA-ESTRUTURA AGRÍCOLA — Investimento de	44
INFRA-ESTRUTURA — estrangulamento da	21
INFRA-ESTRUTURA — investimentos em	37 e 127
INSTITUTO BIOLÓGICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	136
INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL	121
INVESTIMENTOS — em ações do BCAES	65
INVESTIMENTOS — quadro demonstrativo de	53
IPAJM — (Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro) ...	157

"J"

JUDICIÁRIOS — Serviços	119
JUNTA COMERCIAL	167
JUSTIÇA — Relatório da Secretaria do Interior e Assuntos da	119

"L"

LABORATÓRIOS	93
LEITE — Gado de	130
LEITE — Política do	133
LEVANTAMENTO AERO-FOTOGRAFAMÉTRICO	130

"M"

MINÉRIO DE FERRO — Exportação de	143
MOCCA	113

IV

"O"

ORÇAMENTO TRIENAL DE INVESTIMENTOS

"P"

PATRIMÔNIO	58
PECUÁRIA BOVINA	
PLAMAN	127 e 130
PLANEJAMENTO — Diagnóstico para o	9
PENITENCIÁRIOS — Órgãos	120
POLÍCIA CIVIL	151
POLÍCIA MILITAR	152
POLÍTICA DE CRÉDITO — à agricultura, pecuária e agro-indústria	6
PÔRTO DE VITÓRIA — Exportação e Importação	143
PREÇOS MÍNIMOS — Política de	131
PRÉ-PRIMÁRIO — Cursos	99
PRESIDENTE DA REPÚBLICA — visita do	31
PRIMÁRIO — Ensino	100
PRIMÁRIO — matrículas	101
PRIMÁRIO — percentuais de evasão	102
PRIMÁRIO — unidades de curso	100
PROFESSOR — curso de aperfeiçoamento de	105

"R"

RECEITA — Comportamento da	47
RECEITA — Composição percentual da	48
RECEITA — e Despesa 1961/63	51
RECEITA — —orçamentária	47
RECEITA — orçamentária a preços constantes	50
RECURSOS AUDIOVISUAIS — Diretoria de	107
REFORMA ADMINISTRATIVA	32 e 75
REFORMA ADMINISTRATIVA — Dificuldade de implantação	83
REFORMA TRIBUTÁRIA — implantação da	25
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	85
RESULTADOS PRINCIPAIS DE 1968	47
RIZICULTURA	122

"S"

SAÚDE — Relatório da Secretaria de Saúde e Assistência	89
SEGURANÇA PÚBLICA — Relatório da Secretaria de	152
SERICULTURA	133

V

SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS — Relatório da Secretaria de	139
SERVIÇOS SOCIAIS — Relatório da Secretaria de	157
COLOS — Análise de	127
COLOS — Carta de	130
SUDESITA — (Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Itaba- poama)	141

“T”

TECIDOS — Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim	171
TERRAS E COLONIZAÇÃO — Departamento de	129
TELEFONE — Convênio com CTES	141
TRANSPORTE — Departamento de	145
TRIBUTAÇÃO — Outros aspectos da	56
TURISMO — atividades da EMCAUR	167

“U”

UNIDADES ESCOLARES	100
UNIDADES SANITÁRIAS	93
URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA	141

“Z”

ZOOTECNIA	120
---------------------	-----